

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA

MARCELO HENRIQUE BEZERRA BRANDÃO

DESIGUALDADE DE RENDA CORRENTE NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE DECOMPOSIÇÕES DO ÍNDICE DE
GINI COM DADOS DA PNAD CONTÍNUA (2012–2019)

ORIENTADOR:

PROF. DR. CASSIANO JOSÉ BEZERRA MARQUES TROVÃO

CO-ORIENTADOR:

PROF. DR. ANTÔNIO HERMES MARQUES DA SILVA JÚNIOR

Natal - RN

Abril de 2021

MARCELO HENRIQUE BEZERRA BRANDÃO

DESIGUALDADE DE RENDA CORRENTE NO BRASIL: UMA
ANÁLISE A PARTIR DE DECOMPOSIÇÕES DO ÍNDICE DE
GINI COM DADOS DA PNAD CONTÍNUA (2012–2019)

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão Acadêmica Institucional do PPECO – UFRN como requisito para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Cassiano José
Bezerra Marques Trovão

Co-orientador: Prof. Dr. Antonio Hermes
Marques da Silva Júnior

Natal - RN

Abril de 2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Brandão, Marcelo Henrique Bezerra.

Desigualdade de Renda Corrente no Brasil: uma análise a partir de decomposições do Índice de Gini com dados da PNAD Contínua (2012-2019) / Marcelo Henrique Bezerra Brandão. - 2021. 101f.: il.

Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Natal, RN, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Cassiano José Bezerra Marques Trovão.
Coorientador: Prof. Dr. Antônio Hermes Marques da Silva Júnior.

1. Desigualdade - Dissertação. 2. Decomposição - Dissertação. 3. Renda - Dissertação. 4. Regional - Dissertação. 5. Social - Dissertação. I. Trovão, Cassiano José Bezerra Marques. II. Silva Júnior, Antônio Hermes Marques da. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 08

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA

MARCELO HENRIQUE BEZERRA BRANDÃO

DESIGUALDADE DE RENDA CORRENTE NO BRASIL:
ANÁLISE A PARTIR DE DECOMPOSIÇÕES DO ÍNDICE DE
GINI COM DADOS DA PNAD CONTÍNUA (2012–2019)

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Cassiano José Bezerra Marques Trovão (UFRN - Orientador)

Prof. Dr. Antonio Hermes Marques da Silva Júnior (UFRN - Co-orientador)

Prof. Dr. Fabrício Pitombo Leite (UFRN/UFBA - Interno)

Prof^a. Dr^a. Daniela Verzola Vaz (UNIFESP - Externa)

Natal - RN

Abril de 2021

Agradecimentos

Obrigado a CAPES por proporcionar esta oportunidade e suporte, tão necessários para um bom desempenho na trajetória.

Obrigado ao meu orientador Cassiano Trovão pelos ensinamentos, pela paciência e por me trazer para esta linha de pesquisa, pela qual me afeiçoei. Também dirijo meus agradecimentos ao co-orientador Antônio Hermes, que se dispôs a abrir caminhos na parte metodológica do trabalho, e ao Fabrício Leite e à Daniela Vaz, que aceitaram o convite para fazer parte da banca de Defesa. A contribuição de vocês ao meu crescimento é inestimável.

Obrigado a minha família, especialmente minha avó Maria do Carmo Coutinho Brandão que tanto me educou e me estimulou a buscar formas mais elevadas de conhecimento. Obrigado a meus pais Leda Bezerra da Silva e José Moreira Brandão Júnior por sempre torcerem pela minha realização profissional e pessoal. Obrigado a minha irmã Ana Beatriz Silva Brandão pelo forte apoio ao longo do caminho.

Sou grato pelos meus amigos que me ouviram na jornada: Rodrigo Collier, muito obrigado por me sugerir a inscrição. Mauro Montenegro, Ertz Bandeira de Mello, Samuel Borges, Izaac Braga, Camila Oliveira, Samantha Ribeiro, Rossi Linhares, Mark Tindo, Emerson Simplício e Guilherme Brandão, obrigado por partilharem mais de perto comigo as dores e alegrias de enfrentar estes grandes desafios e por apostarem em meu potencial!

Resumo

O presente trabalho visa analisar a evolução da desigualdade de renda corrente e sua decomposição para o Brasil entre 2012 e 2019. A partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, procurou-se avaliar a desigualdade de renda em suas distintas fontes: renda do trabalho, aposentadorias e pensões, renda oriunda da proteção social e outras fontes, e, também a partir da divisão da população em subgrupos. Os recortes analisados são: situação do domicílio e macrorregional. A dissertação faz uso de dois métodos distintos de decomposição do coeficiente de Gini: 1) Bhattacharya e Mahalanobis (1967), que permite uma decomposição do Gini nos casos em que há sobreposição das curvas de Lorenz; e 2) Zenga (2013) e Zenga e Valli (2018), que possibilita sua decomposição cruzada por fonte e por subgrupo. O objetivo é apresentar uma avaliação do comportamento da desigualdade de renda a partir das mudanças ocorridas ao longo das oscilações cíclicas da economia brasileira nesse período. Defende-se que a análise da contribuição para a desigualdade de renda corrente de cada uma de suas fontes e de cada subgrupo, além de seu efeito combinado, contribui não apenas para o debate mais geral sobre a desigualdade no país, como fortalece as bases para um diagnóstico mais preciso dos problemas e dos desafios brasileiros no enfrentamento desse fenômeno, sob o ponto de vista das políticas públicas.

Palavras-chave: Desigualdade, Decomposição, Renda, Social, Regional.

Abstract

The present work's aim is to analyze income inequality evolution and decompositions for Brazil, between 2012 and 2019. Based on information gathered from Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), and assessing income inequality in its distinct sources: income from work, retirements and pensions income, income from social protection and other sources; and, also, by dividing the population in subgroups. The analyzed cuts are: home situation (rural/urban) and macrorregional. This work uses two distinct Gini decomposition methods: 1) Bhattacharya e Mahalanobis (1967), which allows for Gini decomposition in case of crossing Lorenz curves; and 2) Zenga (2013) and Zenga e Valli (2018), that makes a cross decomposition possible between subgroups and sources. The objective is to present an assessment of income inequality behaviour based on changes that happened through cyclic economic oscillation of Brazilian economy in these times. It is argued that analyzing the contribution to the income inequality of each source and each subgroup, and also for their combined effect, contributes not only to a more general discussion of the country's inequality, but also strengthens the base for a more precise diagnosis of Brazilian problems and challenges while facing this phenomenon, under the optics of public policy.

Keywords: Inequality, Decomposition, Income, Social, Regional.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 DESIGUALDADE DE RENDA CORRENTE: UMA DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES	7
1.1 INTRODUÇÃO	7
1.2 DESIGUALDADE: UM COMPLEXO FENÔMENO ESTRUTURAL E DINÂMICO	8
1.3 O CONCEITO DE RENDA	18
1.4 FATORES HISTÓRICOS	28
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
2 DECOMPOSIÇÃO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	33
2.1 INTRODUÇÃO	33
2.2 DESIGUALDADE: SITUAÇÃO DOMICILIAR UMA REVISÃO DA LITERATURA	36
2.3 PERFIL DA RENDA CORRENTE E A SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS	40
2.3.1 Massas de renda e participação segundo fonte de renda.	40
2.3.2 População/declarantes por fontes de renda	43
2.3.3 Rendimento médio por situação do domicílio	45
2.3.4 Participação no total da renda por situação do domicílio	47
2.3.5 Participação no total da renda por situação do domicílio e fonte de renda.	48
2.4 DECOMPOSIÇÃO POR FONTES DE RENDA: BRASIL	50
2.5 DESIGUALDADES INTRA-SUBGRUPOS	53
2.6 DECOMPOSIÇÃO: POR SITUAÇÃO DOMICILIAR	54
2.7 DECOMPOSIÇÃO POR FONTES DE RENDA	57
2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
3 DECOMPOSIÇÃO REGIONAL	60
3.1 INTRODUÇÃO	60

3.2	DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA	60
3.3	PERFIL DA RENDA CORRENTE: MACRORREGIÕES	66
3.3.1	Rendimento médio por macrorregião geográfica	67
3.3.2	Participação no total da renda por macrorregião geográfica	70
3.3.3	Participação no total da renda por macrorregião geográfica e fonte de renda	71
3.4	DESIGUALDADES INTRA-SUBGRUPOS	73
3.5	DECOMPOSIÇÃO POR MACRORREGIÕES	74
3.6	DECOMPOSIÇÃO POR FONTES DE RENDA	77
3.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	A APÊNDICE METODOLÓGICO	89
A.1	Definições preliminares e notação	89
A.2	Decomposição do índice de Gini	90
A.3	Propriedades do termo de sobreposição	90

Lista de Figuras

2.1	Trajectoria dos coeficientes de Gini segundo os dois métodos (BM e Z) – 2012 a 2019.	36
-----	--	----

Lista de Tabelas

2.1	Coeficientes de Gini segundo os métodos de decomposição de Bhattacharya e Mahalanobis (1967) (BM) e Zenga (2013) (Z).	35
2.2	Renda real (a preços de 2019) por fontes de renda.	41
2.3	Quantidade de recebedores por fontes de renda - em milhões de habitantes	43
2.4	Renda média (a preços de 2019) por situação de domicílio.	46
2.5	Participação (%) das zonas de habitação no total da Renda de Todas as Fontes	48
2.6	Participação relativa (%) das zonas de habitação segundo fontes de renda.	49
2.7	Decomposição do Gini por fontes de renda.	50
2.8	Índice de Gini intra-subgrupo (situação do domicílio) para a Renda de Todas as Fontes.	53
2.9	Decomposição por situação do domicílio do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.	55
2.10	Evolução dos componentes da decomposição por situação do domicílio do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes (base: 2012 = 100).	55
2.11	Participação relativa (%) dos componentes da decomposição por situação do domicílio do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.	56
2.12	Decomposição cruzada do Índice de Gini por situação do domicílio e por fontes de renda.	57
3.1	Renda média real (a preços de 2019) por região geográfica.	68
3.2	Participação (%) das macrorregiões no total da Renda de Todas as Fontes.	70
3.3	Participação relativa (%) das macrorregiões segundo fonte de renda.	72
3.4	Índices de Gini intra-subgrupo (macrorregiões) para a Renda de Todas as Fontes.	73
3.5	Decomposição por macrorregiões do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.	75
3.6	Evolução dos componentes da decomposição por macrorregiões do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes (base: 2012 = 100).	76
3.7	Participação relativa (%) dos componentes da decomposição por macrorregiões do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.	77

3.8	Decomposição cruzada do Índice de Gini por macrorregiões e por fontes de renda.	80
-----	---	----

INTRODUÇÃO

Para Marx (1857), a desigualdade é um fenômeno inerente ao sistema capitalista que emerge da própria lógica da dinâmica de acumulação do capital, que tende a concentrar renda e riqueza nas mãos da classe proprietária. É um fenômeno que se manifesta inclusive em contextos de crescimento econômico, uma vez que os possíveis efeitos positivos para a distribuição dos frutos do processo de produção, em uma economia capitalista, não se apresentam de forma alguma garantidos por mecanismos automáticos. Além disso, as desigualdades tendem a se tornar mais complexas quanto maior, também, a complexidade das estruturas econômicas. Com o desenvolvimento da tecnologia, da financeirização, e dos ganhos especulativos, múltiplas dimensões de análise têm surgido, tornando o fenômeno cada vez mais difícil de ser entendido, mensurado e avaliado na economia contemporânea. (DEDECCA, 2012)

Diversas características desse fenômeno podem ser exploradas, dado que este comporta múltiplas dimensões. Sua análise pode se estender desde sua dimensão mais evidente – como é o caso da renda corrente – até dimensões não-monetárias e sociais, como: acesso à saúde e educação, condições de trabalho, acesso a água encanada, dentre outros. Sua complexidade também se manifesta por meio de dimensões denominadas transversais como aquelas relacionadas à raça, gênero, faixa de idade, região geográfica e situação domiciliar (rural ou urbano) (TROVÃO; MANZANO, 2019a).

Os dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua, possibilitam uma análise da desigualdade econômica associada à renda. Nesta dissertação, os dados disponíveis a respeito da renda corrente serão tratados a partir da agregação em quatro fontes: Renda do Trabalho (TRB), Renda de Aposentadorias e Pensões (A&P), Renda de Programas Sociais Governamentais (PSG) e Outras Fontes de Renda (OFR - composta por aluguéis e arrendamentos, seguro desemprego ou defeso, pensão alimentícia, doações em dinheiro, rendimentos de caderneta de poupança e parcerias, direitos autorais e exploração de patentes).

O objetivo do presente estudo parte da possibilidade da mensuração e comparação dos níveis de desigualdade por meio da decomposição da desigualdade de renda a partir de dois recortes: regional e situação de domicílio. No percurso metodológico, partiu-se da ideia de explorar, também, a contribuição das diversas fontes de renda para a desigualdade total. A importância de se mapear o comportamento da desigualdade de renda reside

essencialmente no aprofundamento do debate a respeito desse fenômeno, bem como no fortalecimento das bases informacionais para a orientação, concepção e gestão de políticas públicas voltadas para sua minoração. A partir dos resultados apresentados, pode-se garantir os instrumentos para uma melhor alocação de recursos, de forma a assegurar uma distribuição mais igualitária a partir de políticas de Estado que melhorem tanto a distribuição da renda, quanto o bem-estar da sociedade.

Dado que múltiplos fatores caracterizam a desigualdade enquanto um fenômeno multidimensional – que evolui em paralelo à evolução do sistema econômico – pode-se pensar que a dinamização e financeirização da riqueza e da renda crescentes no capitalismo tornam menos relevantes outros tipos de desigualdades à medida que novas dimensões são incluídas. No entanto, como será apresentado, a desigualdade é um fenômeno complexo, dinâmico e cumulativo. Assim, o surgimento de novas dimensões não diminui a importância da desigualdade de renda corrente, passível de ser captada pelos dados da PNAD-C. Esta permanece como uma dimensão relevante para a caracterização da desigualdade histórica em um país que tem como marca um abismo social que se mostra recorrente, ainda, na segunda década do Século XXI.

O Capítulo um introduz ao leitor os conceitos básicos a respeito do tema da desigualdade e da renda, necessários à interpretação dos resultados dos capítulos dois e três, enquanto resgata o histórico dos efeitos do cenário econômico para os índices de desigualdade no país.

No Capítulo dois, faz-se uma discussão do comportamento da desigualdade de renda de acordo com a situação de domicílio dos entrevistados (se moradores da zona rural ou urbana) lançando luz sobre os efeitos da dinâmica econômica para sua evolução. Dessa forma, será possível avaliar, com mais clareza, as áreas mais sensibilizadas e que demandam maior esforço para a superação dos desafios impostos pela desigualdade. Isso será realizado por meio de uma análise de decomposições do índice de Gini, incluindo uma abordagem que permite a decomposição cruzada por subgrupo e por fonte de renda, simultaneamente.

O Capítulo três seguirá o mesmo percurso analítico, porém, a partir de um recorte por macrorregião geográfica (regiões brasileiras - Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Serão analisadas as decomposições tanto do ponto de vista das contribuições de cada região, quanto das distintas fontes de renda para a desigualdade total.

Para alcançar os objetivos definidos para cada capítulo, a dissertação definiu como estratégia calcular e analisar os coeficientes de Gini para as variáveis de renda disponíveis na PNAD-C. Para Heshmati (2004), diversas medidas de desigualdade partem da chamada Curva de Lorenz. Esta é utilizada em medidas de desigualdade e pobreza por plotar a parcela acumulada da renda total contra a proporção acumulada por essas unidades que a recebem. A escolha pelo Gini, em detrimento de outros índices, se justifica pois este, além de amplamente utilizado na economia, é decomponível tanto por subgrupos populacionais quanto por fontes de renda, simultaneamente. O índice de Gini é um

indicador de concentração de renda que varia entre 0 e 1, em que zero representa a perfeita igualdade, e 1 a perfeita desigualdade.

Após os cálculos dos índices totais de Gini, a população é separada em subgrupos populacionais de ordem territorial (região ou situação de domicílio). Isso possibilita o cálculo da trajetória dos índices de desigualdade separadamente, assim como a contribuição de cada um deles para a desigualdade total.

As fontes de renda constantes na PNAD-C Anual foram agrupadas nos quatro grupos descritos anteriormente (Renda do Trabalho (efetivamente recebida), Renda de Aposentadorias e Pensões, Renda de Programas Sociais Governamentais, e Outras Fontes de Renda). Nesse percurso, calculou-se a contribuição de cada subgrupo e de cada fonte de renda para a desigualdade total. Os resultados foram tratados, separadamente, evidenciando as contribuições entre-grupos e dentro dos grupos para a desigualdade total, além da estimação dos casos de sobreposição.

Para Lambert e Aronson (1993), a sobreposição é um resíduo que surge da estimação das desigualdades entre e dentro dos subgrupos quando a amplitude da renda dos subgrupos se sobrepõem, significando por exemplo que a renda de alguns de um dado grupo A é maior/menor do que a de um dado grupo B complementar. Para os autores, a decomposição do Gini seria dada pela equação:

$$G = G_B + \sum_k a_k G_k + R, \quad (1)$$

em que G_B é o coeficiente de Gini entre-subgrupos, a_k é o produto da proporção populacional e a proporção de renda alocadas num subgrupo k , G_k é o coeficiente de Gini dentro do subgrupo k e R é um resíduo que resulta em zero se a amplitude das rendas não se sobrepuserem. Para Mookherjee e Shorrocks (1982) a sobreposição é caracterizada por um "estranho efeito de interação que é impossível de ser estimado ou interpretado de uma forma precisa".

A técnica utilizada para a decomposição por subgrupos populacionais foi a utilizada por Bhattacharya e Mahalanobis (1967). Para a decomposição cruzada por subgrupo e fontes de renda, utilizou-se a decomposição do índice de Gini proposta por Zenga (2013), que se baseia no método de Yitzhaki e Lerman e utiliza a frequência cumulativa de Bonferroni. Pela diferença entre os dois métodos, espera-se que os valores dos índices de Gini sejam ligeiramente diferentes.

Para as decomposições, utilizou-se a linguagem R de programação e os pacotes **IC2** (PLAT, 2012) e **ineqJD** (ARCAGNI; VALLI, 2019). O primeiro realiza a decomposição por subgrupos através da função `decompSGini`, que permite escolher o método de Bhattacharya e Mahalanobis (1967). Já o segundo opera a decomposição por fontes de renda através da função `gini`, utilizando como referência os trabalhos de Zenga (2013) e Zenga e Valli (2018). A explicação para ambos os métodos consta em apêndice metodológico.

Em seu estudo sobre a desigualdade na Índia, Bhattacharya e Mahalanobis (1967)

introduziram os estudos de decomposição, utilizando como *proxy* da renda os gastos com consumo declarados em um ano. Os autores buscavam mensurar a contribuição de cada área da Índia (equivalente aos estados brasileiros) para o total da Índia e para seus setores rural e urbano, a partir do índice de Gini. Na literatura econômica, essa decomposição tem sido aplicada, também, para analisar outros tipos de recortes territoriais e sociais.

O método de Bhattacharya e Mahalanobis (1967) será usado para mensuração da composição da desigualdade para cada um dos recortes definidos anteriormente (regional e situação do domicílio), mostrando separadamente a contribuição de cada um dos componentes dos subgrupos para a desigualdade total.

Um dos objetivos aqui definidos é analisar se as condições recentes da trajetória econômica mudaram a dinâmica de distribuição da renda no país. Algumas questões carecem de maior atenção quando se propõe estudar a composição da desigualdade a partir de distintas dimensões: A contribuição dos rendimentos no meio rural para a desigualdade total tem mudado? Como os coeficientes de Gini Intra-subgrupos (coeficientes referentes ao cálculo da desigualdade de cada subgrupo) estão se comportando ao longo do tempo?

Para iniciar a análise da composição da desigualdade de renda, deve-se começar pelo básico: os coeficientes de Gini totais e das subpopulações (subgrupos). Em seguida, comparam-se os resultados com os obtidos para o Brasil como um todo. O mesmo deve se repetir para todas fontes de renda, analisadas na sequência. O estudo da desigualdade a partir das técnicas de decomposição, permite ao pesquisador analisar os efeitos dos ciclos econômicos para a desigualdade como um todo, assim como os efeitos observados para os distintos subgrupos, evidenciando inclusive se estes perderam peso relativo na explicação do coeficiente total de desigualdade.

Na decomposição, existem ainda unidades que se enquadram como unidades sobrepostas. Para Costa (2016), estas aumentam a sensibilidade da desigualdade geral à desigualdade dentro dos subgrupos (*within-group*). Quanto maior o percentual de participação de unidades em sobreposição menor é a contribuição dos subgrupos para a desigualdade total. Em oposição, quanto menos unidades sobrepostas mais significativa para a explicação da desigualdade total é aquela observada intra-subgrupos.

Para Costa (2016), a presença de unidades sobrepostas faz com que a distribuição não seja perfeitamente decomponível. Um exemplo destes casos seria a existência de domicílios rurais que possuem muito mais renda do que muitas unidades do setor urbano. No caso prático, sempre haverá sobreposição, pois nenhuma das características regionais/territoriais aqui especificadas segue uma regra hierárquica de distribuição. Isso é ainda mais nítido quando se observa a diversificação territorial e econômica do Brasil.

Com base em Bhattacharya e Mahalanobis (1967), pode-se definir o cálculo de sua decomposição do índice de Gini pela Equação 2. Sua validade depende de que se cumpra a condição $j \neq h$.

$$BMind = \sum_{j=1}^k \sum_{h=1}^k p_j p_h |\bar{y}_j - \bar{y}_h| / 2\bar{y} \quad (2)$$

Os subgrupos são representados pelas variáveis j e h , e o número de subgrupos é representado por k . Na equação apresentada, a decomposição foi definida para apenas dois subgrupos, de forma a que se assuma $k = 2$. As variáveis \bar{y}_j e \bar{y}_h representam a média de renda dos subgrupos, e \bar{y} corresponde à média da renda total. Já p_j e p_h correspondem à participação no total da população de cada subgrupo.

Cabe destacar que a estimativa das decomposições do índice de Gini levou em consideração os pesos amostrais, disponíveis na PNAD-C, cujos microdados foram obtidos pelo pacote **PNADcIBGE**, utilizando a função `get_pnad`.

Os coeficientes de Gini intra-subgrupos – que são diferentes dos *dentro* dos subgrupos (*within-group inequality*) – podem ser calculados para se mensurar o índice de desigualdade que representaria a desigualdade daquele subgrupo caso esse representasse a população inteira. Sua utilidade está na avaliação das mudanças na distribuição de vários tipos de renda dentro dos subgrupos, detectando, assim, quais são mais sensíveis às mudanças no comportamento da atividade econômica.

A análise se concentra no índice de Gini intra-grupo e na decomposição para cada subgrupo analisado, mostrando o quanto do Gini total foi determinado pelas desigualdades dentro e entre os subgrupos.

Zenga (2013) propõe um método que permite a decomposição cruzada por fonte de renda e por subgrupo populacional a partir de um índice de Gini sintético, dado pela Equação 3. Aqui, Y refere-se à renda, n diz respeito ao número de domicílios entrevistados e I representa o índice de Gini.

$$Zsint(Y) = (1/n) \cdot \sum_{i=1}^n I_i(Y) \quad (3)$$

Para realizar a decomposição deste índice de Gini sintético, Zenga (2013) desmembra a variável Y em uma quantidade i de subgrupos e c fontes de renda. Dada uma situação em que $Y = X_1 + X_2 + \dots + X_c$, ou seja, sendo a renda subdividida em c fontes de renda, as contribuições adicionais de $B_i X_j$ e $B X_j$ para $I_i(Y)$ e $I(Y)$ respectivamente.

Conforme Zenga (2013), a Equação 4 representa a contribuição de X_j para $I_i(Y)$, tal que a população n é dividida em j subgrupos.

$$\beta_i(X_j) = B_i(X_j) / I_i(Y) \quad (4)$$

Já a Equação 5 traz a contribuição relativa de X_j para I_i , ou seja, da renda de cada subgrupo para o índice de desigualdade total. É importante observar que, assim, consegue-se obter uma decomposição com a mesma tarefa que a vista na obra de Bhattacharya e Mahalanobis (1967).

$$\beta(X_j) = 1/(n \cdot I(Y)) \cdot \sum_{i=1}^n \beta_i(X_j) \cdot I_i(Y) \quad (5)$$

Portanto, estabelece-se nesta metodologia o intuito claro de realizar a decomposição da renda no Brasil a partir de j subgrupos de ordem territorial e c fontes de renda. Independentemente de parte da renda ser subestimada nas pesquisas domiciliares de caráter declaratório devido à sub-declaração, a preocupação com a transversalidade que afeta essa parte significativa da desigualdade econômica ainda se mostra um objeto de estudo relevante, especialmente no Brasil, um país não apenas desigual, mas também heterogêneo. Desse modo, busca-se fazer uma análise robusta da dimensão econômica da renda corrente, ainda que não se considerem os fluxos de renda associados à posse de patrimônio (subestimado na PNAD-C), para aprofundar o debate a respeito de sua materialização em algumas dimensões transversais, como a macrorregional e a associada à situação dos domicílios, que marcam e tornam evidentes as especificidades da desigualdade de renda no país.

1 DESIGUALDADE DE RENDA CORRENTE: UMA DE MÚLTIPLAS DIMENSÕES

1.1 INTRODUÇÃO

Os objetivos desse primeiro Capítulo são: definir e caracterizar o fenômeno da desigualdade enquanto um fenômeno multidimensional; evidenciar o papel da renda corrente para sua conformação, uma vez que este é o principal objeto de estudo dessa dissertação. Para isso, buscou-se na literatura do pensamento econômico os elementos que dão suporte ao seu entendimento em sua plenitude e, também, em sua dimensão associada à renda corrente. Como fenômeno dinâmico e marca histórica que caracteriza a sociedade brasileira em pleno século XXI, algumas linhas serão dedicadas às suas especificidades no contexto de transformações do capitalismo contemporâneo.

O Capítulo está dividido em duas seções: a primeira apresenta os fundamentos teóricos acerca da desigualdade e os fatores históricos que provocaram mudanças em sua interpretação, o que inclui sua exploração enquanto um fenômeno multidimensional; a segunda busca apontar o grau de relevância da desigualdade de renda corrente para as desigualdades. Nessa última seção, a revisão de literatura procura trazer um debate sobre as diversas visões a respeito do conceito de renda, situando o leitor sobre qual o conceito utilizado e qual a fatia da renda total que será foco dessa dissertação. O arcabouço teórico apresentado servirá de suporte para a discussão acerca da mensuração dos níveis de desigualdade de renda corrente, bem como de sua decomposição, temas dos próximos capítulos.

1.2 DESIGUALDADE: UM COMPLEXO FENÔMENO ESTRUTURAL E DINÂMICO

O termo desigualdade é usado para descrever um fenômeno que foi estudado por muitas áreas das ciências humanas, passando pela filosofia, pela ciência política e pela economia. No campo da filosofia, pode-se destacar os estudos de Jean-Jacques Rousseau. Segundo esse autor, a desigualdade teria se originado a partir da primeira diferenciação patrimonial entre seres humanos – quando separou-se o primeiro pedaço de terra e se permitiu que ele fosse atribuído a alguém, em detrimento de outros. Assim, ficaria configurada a primeira diferenciação entre os homens, o acesso à terra. Além disso, aponta que a igualdade entre indivíduos se encerra no momento em que um ser humano precisa do serviço de outro para realizar alguma atividade (ROUSSEAU, 1755).

Ainda para Rousseau (1755), a aceitação do *Contrato Social* – através do qual o indivíduo abnega de sua liberdade individual para cumprir determinado papel social possibilitado pela liberdade coletiva – acaba por cristalizar na sociedade a existência da desigualdade patrimonial, pois torna legítima a propriedade privada. Evidentemente, isso não aconteceu instantaneamente. Foram necessários anos e anos de desenvolvimento da vida humana em sociedade e do próprio sistema econômico para que se alcançasse este estágio.

O empirismo demonstra que as instituições sociais não têm sido suficientes para deter a perpetuação da hereditariedade na acumulação de riqueza, nem assegurar um maior acesso à propriedade para os mais desprovidos ou, tampouco, conseguido aumentar suficientemente o bem estar de todos simultaneamente por meio da oferta de bens e serviços públicos (DEDECCA, 2012). O caso brasileiro é uma forma clássica deste fenômeno: apesar dos repetidos esforços sociais e dos visíveis avanços, a concentração da propriedade privada e a acumulação da riqueza continuam sendo fatores impeditivos do progresso distributivo, com efeitos regressivos para as desigualdades e o próprio progresso socio-econômico material (SOUZA, 2016). Sem sombra de dúvidas, isso coloca o Brasil em uma condição que poderia se chamar de armadilha das desigualdades.

Para Marx (1857), a desigualdade é um fenômeno inerente ao sistema capitalista que emerge da própria lógica da dinâmica de acumulação do capital e que tende a concentrar renda e riqueza nas mãos da classe proprietária. Marx (1857) chama atenção para a inerência do processo acumulativo capitalista ao processo de produção, já que capitalista é aquele que tem a posse dos meios de produção. Ainda mais, a separação do trabalhador dos produtos de seu próprio trabalho é um fator marcante na desigualdade nas sociedades capitalistas, pois é possibilitada pela relação exterior entre ambos, separados pelo próprio processo distributivo, onde são interpostas as leis sociais que reafirmam essa desigualdade imanente. Este processo os aliena daquilo que seu esforço produziu, impondo sua

reprodução às vicissitudes do sistema salarial, enquanto provê aos capitalistas a oportunidade de auferir lucros e juros derivados de sua exploração enquanto classe subsumida. O fator-chave na determinação da parcela da produção que caberá à cada um depende da própria configuração distributiva presente no modo de produção.

O poder de concentração do processo produtivo capitalista torna as relações produtivas tão intensas para Marx (1857), que sua expressão máxima assume a forma de reprodução $D-D'$, na qual o dinheiro gera mais dinheiro, ainda que independente da geração de produtos ou mercadorias no processo de produção. A concentração de riqueza em forma de propriedade, apontada por Rousseau (1755), se soma à concentração da propriedade capitalista trazida por Marx (1857) (inclusive em sua forma monetária obtida a partir de juros), que garante a continuidade do processo de extração de mais-valia, origem dos lucros do capital. Também, se soma às desigualdades de acesso a produtos e ao consumo possibilitados pelos salários por parte dos trabalhadores. Assim, a existência dessas formas não se mostram excludentes, pelo contrário, são complementares e cumulativas.

Webb e Webb (1995) apontaram que os frutos da reprodução $D-D'$ tenderiam a se manter concentrados como riqueza monetária ao longo do tempo, acentuando desigualdades patrimoniais-financeiras. Estes autores também argumentaram que o sistema capitalista funcionava de forma a colaborar naturalmente com este fenômeno, sendo necessárias intervenções visando a desconcentração, visto que um sistema regulatório baseado nos interesses capitalistas não iria melhorar seus níveis distributivos por qualquer mecanismo automático.

Marx (1857) aponta que uma das faces da desigualdade no capitalismo decorre da separação entre o trabalhador e o que este produziu e das subsequentes relações sociais baseadas nesta configuração submissa ao capital. A classe trabalhadora possui posição social subordinada no processo produtivo, pois só consegue participar da economia e adquirir bens e serviços por meio da venda da força de trabalho, dos salários, cujos valores tendem a permanecer ao nível da subsistência.

Ainda para Marx (1857), dado que a designação de tarefas produtivas ocorre *ex-ante* e a distribuição de seus resultados ocorre *ex-post*, conclui-se que a configuração da distribuição no fim de um período dependerá da disposição inicial dos trabalhadores nas respectivas posições. Tal disposição prévia é ditada pelas relações de produção, fazendo o grau de subordinação do trabalhador ao capital ser um fator crucial em sua disposição final na linha de produção. Não só isso, como a quantidade do produto a que terão acesso posteriormente depende diretamente dessa mesma posição na escala produtiva, seu acesso aos frutos do processo de produção é extremamente limitado.

Essa imediata separação dos trabalhadores do acesso aos produtos, para só depois terem limitado acesso a partir dos seus salários – pagos pelos detentores do capital – faz com que estejam em uma posição social subordinada, o que, por si só, já configura um fator de desigualdade. A partir desta linha de raciocínio, pode-se inferir que existem diversas dimensões de desigualdade relacionadas aos mais variados fatores socioeconômico. No

caso mencionado, a condição de proprietário de capital é uma delas. Essa desigualdade que emerge na relação capital-trabalho está diretamente associada à chamada subordinação formal do trabalho pelo capital, uma vez que a força de trabalho é apropriada no processo de produção, servindo a um único propósito: a autovalorização do capital. Para o autor, tal subordinação dá ao trabalhador apenas uma possibilidade: vender sua força de trabalho para que possa ter qualquer participação no processo distributivo e garantir os bens e serviços essenciais à sua sobrevivência.

Os autores aqui discutidos trazem à tona múltiplas dimensões da desigualdade: patrimonial, de riqueza, de acesso a terras e salarial. Ademais, deve-se ter claro que a dimensão da desigualdade relacionada ao patrimônio engloba, assim, as dimensões financeira e imobiliária (riqueza monetária e riqueza material na forma da propriedade física imobiliária - terra e espaços urbanos) (TROVÃO; MANZANO, 2019a).

A quantidade crescente de dimensões da desigualdade ao longo do tempo possui relação direta com a evolução constante do modo de produção capitalista. O capitalismo, principalmente após o advento da industrialização, tem adquirido cada vez mais complexidade em sua estrutura e funcionamento, abrindo espaço para novas configurações produtivas e formas de auferir e acumular riqueza. A financeirização do sistema econômico, por exemplo, possibilitou a criação de diversas formas de investimento e ampliou o escopo da especulação comercial, de forma a concretizar cada vez mais a visão de Marx (1857) quanto à acumulação $D-D'$.

Keynes (1936) observa que, mesmo com os avanços nos padrões de consumo trazidos pelo desenvolvimento capitalista e com a diversificação, ampliação e aumento do acesso aos diversos bens e serviços por ele criados, o capitalismo ainda não se mostrou capaz de resolver seus problemas distributivos, de forma que o crescimento poderia vir acompanhado de alterações distributivas contrárias ao desenvolvimento, também chamadas de regressivas, pois aumentariam as desigualdades. Para o autor, a ação do Estado poderia deter a concentração de renda e riqueza. Apesar de achar que alguma desigualdade se mostraria funcional ao capitalismo, pois levaria os sujeitos a agir, inventar e investir; acredita-se que o nível existente de desigualdade acaba podendo se tornar um obstáculo à expansão dos bens de capital ao ponto destes continuarem sendo escassos.

Keynes (1936), ao acreditar no modo de produção capitalista, evidenciava seu papel dicotômico para a desigualdade. Se por um lado a correção do sistema poderia emergir da ação do Estado por meio de medidas que permitissem a expansão dos investimentos de forma a se alcançar a abundância dos bens de capital, além da promoção de medidas que reduzissem a concentração de renda e riqueza por meio de um sistema tributário progressivo, por outro, poder-se-ia inferir, a partir de suas ideias, que este terminaria por reforçar a existência da desigualdade por meio da legitimação dos contratos sociais, reforçando a relação antagonista entre capitalistas e trabalhadores, uma vez que não seriam abolidas de forma alguma a propriedade dos meios de produção/exploração.

POLANYI (1944), assim como Keynes, reafirmava que forças automáticas impul-

sionadas pelos mecanismos de livre mercado não tenderiam a levar a sociedade a um equilíbrio ótimo de pleno emprego da força de trabalho. Para o autor, essas forças dependeriam de alguma ação externa para orientá-la, nesse caso, o próprio Estado. Visando denunciar os problemas resultantes da concentração capitalista, o autor entendeu que regimes totalitários entraram em prática devido a tal necessidade de haver uma completa transformação dos mercados – o Estado passando a assumir o controle ou fiscalização de diversas atividades antes de caráter liberal.

Para POLANYI (1944), uma série de transformações drásticas em nível global ocorreram após 1930, quebrando o *status quo* e modificando a dinâmica econômica e o cenário político internacionais. Tais mudanças afetaram fatores socio-econômicos que acabaram por moldar a sociedade contemporânea. O controle estatal, no após crise de 1929, foi bastante útil pra assegurar que os interesses e anseios da sociedade fossem minimamente atendidos, dando origem à construção do chamado Estado do Bem Estar Social (POLANYI, 1944). Isso é confirmado por Piketty (2001), quando demonstra o aumento da participação das despesas sociais e impostos nas rendas dos países ricos.

Para Trovão e Manzano (2019a), a busca pelo Estado do Bem Estar Social teve íntima relação com o objetivo de equacionar as desigualdades causadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. O objetivo era sanar aspectos não-econômicos da desigualdade social, como garantir o acesso a bens e serviços públicos (de uso coletivo), reduzindo as desigualdades de oportunidades, promovendo o acesso à educação, dentre outros. As demandas sociais exigiram dos governos uma atuação extra-mercado, para que boa parte da sociedade passasse a ter acesso a determinados bens e serviços considerados essenciais. A ideia central é que a renda gerada no processo produtivo apropriada pela classe trabalhadora se mostrava insuficiente para prover ao indivíduo e à sua família os meios de subsistência que deveriam ser usufruídos por todos, em uma sociedade em transformação.

Para Tawney (1931), o papel distributivo do Estado, na época do após crise de 1929, poderia levar à diminuição da desigualdade, desde que por meio da promoção de políticas públicas – incluindo a oferta de bens e serviços públicos – de forma a entrelaçar as dimensões social e econômica, e então incentivar os direitos coletivos (principalmente no que concerne à saúde e educação). Dessa forma, o Estado poderia garantir uma distribuição mais equânime dos frutos produzidos pelo capitalismo.

Para Trovão e Manzano (2019a), o crescimento econômico possibilitado pelo cenário mundial pós-guerra, aliado aos esforços em prol do Estado do Bem Estar Social, acabou por reduzir os níveis de desigualdade. Para Burawoy (1990), isso se traduziu em maior acesso à saúde, educação, emprego - e, por conseguinte, melhores salários. Por meio da oferta estatal de bens e serviços essenciais que não eram supridos de forma equânime pelo mercado conseguiu-se atingir níveis próximos ao pleno emprego da força de trabalho. Essa elevação salarial, aliada à atuação política dos agentes estatais (*policymakers*), e ao cenário favorável, cristalizou o Estado do Bem Estar Social como estrutura essencial para o desenvolvimento da economia e para a redução das desigualdades. Trovão e Manzano

(2019a) conclui que houve também uma ”transformação no lócus da reprodução da vida em sociedade” possibilitada pelo maior poder de barganha dos sindicatos, cujo poder de influência foi diretamente beneficiado pela segurança jurídica da atuação sindical, validada pelos mecanismos estatais.

Marshall (1950) apontou o efeito duplo sobre a desigualdade que tem o Estado do Bem Estar Social: por um lado, reduz a dimensão social da desigualdade ao prover bens e serviços para a população (igualdade de acesso); por outro, também afeta a dimensão monetária a partir de suas transferências, aposentadorias públicas, benefícios assistenciais, entre outras políticas. A partir destes argumentos, o autor chegou à conclusão de que medidas para redução da desigualdade social feitas indiscriminadamente – sem separar os públicos-alvos – também poderiam surtir um efeito contrário, aumentando a desigualdade. Para o autor, a concessão de acesso a bens e serviços oferecidos pelo Estado não deveria acontecer de forma homogênea, pois têm efeito sobre a renda não monetária do indivíduo a partir do momento em que ele deixa de pagar pelo serviço. Isso poderia fazer com que a renda não monetária distribuída pelo governo aumentasse a desigualdade por representar acréscimos desnecessários aos estratos superiores da distribuição.

Contrário ao oferecimento indiscriminado de bens e serviços para todos, independente de nível de renda ou posição social, Marshall (1950) defende a ideia de alterar a configuração distributiva para que os ricos não fiquem cada vez mais ricos, com os auxílios estatais se tornando renda pessoal disponível para as camadas mais abastadas. Por outro lado, a melhoria da qualidade de vida para os mais pobres seria relativamente muito maior que para os mais ricos, o que permitiria uma melhora na desigualdade de status e na qualidade de vida.

A imprescindibilidade da atuação estatal também foi defendida por Tawney (1931). No entanto, esse autor afirma que bens e serviços coletivos, apesar de não fazerem parte da agenda do capital, podem acabar por se mostrar uma oportunidade de exploração e obtenção de mais lucro.

Pela visão dos autores, conclui-se que é indispensável que a resolução do problema da desigualdade distributiva se dê por meio da ação do Estado. Este precisa principalmente utilizar meios que elevem o consumo individual e coletivo – aumentando a oferta de bens e serviços públicos e/ou incentivando transferências governamentais – ou por meio, por exemplo, de uma tributação mais progressiva da renda como propunha Keynes (1936). Direcionar estímulos aos grupos com acesso restrito aos frutos do processo de produção permitiriam uma melhora da desigualdade em várias dimensões.

Segundo Marshall (1950), igualar a distribuição seria muito mais importante do que o aumento médio de bem estar gerado pelo estímulo simultâneo em todos os subgrupos, uma vez que essa última ação também aumentaria a renda na mãos dos mais ricos.

No entanto, acredita-se que a expansão da oferta de serviços públicos, não acessíveis por meio da renda individual, faz com que os interesses coletivos sejam priorizados em detrimento dos individuais, o que permitiria levar progresso e desenvolvimento social para

regiões e classes diversas.

Para ampliar sua oferta de bens e serviços, o Estado precisa planejar investimentos de forma a alinhá-los com seus objetivos político-sociais. Tais objetivos buscam aperfeiçoar a estrutura econômica para alcançar um desenvolvimento socioeconômico com melhor distribuição, funcionando como um elo entre o ato de investimento na produção e o acesso por parte da população a quem foi direcionado (LAVINAS, 2006).

A política do Estado do Bem Estar Social também gerou importantes efeitos sobre as famílias. Algumas receberam casas construídas pelo Estado em seus programas de habitação, enquanto outras passaram a possuir acesso ao crédito imobiliário – como acontece hoje com a experiência brasileira do Programa Minha Casa Minha Vida, com a regulamentação de contratos de aluguel, dentre outros benefícios.

A partir das ideias de Trovão e Manzano (2019a), o pode-se entender que o aumento da ação estatal que se sucedeu à II Guerra Mundial trouxe um aumento da segurança social, de tal forma que governos intensificaram a busca pela regularização dos contratos trabalhistas, buscando segurança jurídica para organizações sindicais e ampliando a oferta de bens e serviços, de forma a aumentar o bem-estar geral da sociedade a partir da melhoria de múltiplas dimensões de desigualdade.

Dedecca (2009) também explicou que o Estado do Bem Estar Social promoveu avanços econômico-sociais valiosos para a produção e o emprego e instaurou institutos de proteção legal aos trabalhadores e ao contrato de trabalho. Todos esses fatores colaboraram para uma melhora na distribuição da renda corrente.

Conclui-se que a desigualdade pode assumir distintas dimensões. As duas principais dimensões tratadas até agora foram a econômica e a social. A primeira refere-se ao acúmulo de patrimônio e à distribuição funcional e pessoal da renda. A segunda diz respeito ao acesso a bens e serviços de uso coletivo, que permitam a reprodução da vida em sociedade. Para Trovão e Araújo (2019), existem também as formas transversais de desigualdade, influenciadas tanto por questões sociais, quanto econômicas, que devem ser analisadas com cautela. Estas desigualdades podem estar relacionadas à discriminação de gênero, raça ou cor de pele, faixa de idade, situação dos domicílios e regiões geográficas.

O aumento da complexidade da estrutura econômica traz, conseqüentemente, problemas de resolução mais complexos e que requerem maior esforço alocativo. A diversificação nos investimentos e nos meios de pagamento, a informação crescente, a internacionalização do capital e a financeirização da economia estão dentre os principais fenômenos que contribuem para um aumento no número de dimensões da desigualdade, dificultando o problema da alocação ideal para sua redução. Segundo Rosanvallon e Fitoussi (1996), acreditou-se, num primeiro momento, que o Estado de Bem Estar Social tivesse resolvido os problemas distributivos do sistema capitalista. Porém, com o advento da internacionalização da economia e a crise do estado assistencialista, as dimensões foram reformuladas e acumuladas.

Em sua contribuição, os autores franceses listaram quatro fases do desenvolvimento

da desigualdade: a primeira fase inicia-se com a implementação bem-sucedida do Estado Moderno no século XVII. No século seguinte, ocorreram movimentos de emancipação e individualização nos campos social, econômico e de busca pelo bem-estar, aquecendo o mercado. Em meados do século XX, o Estado do Bem Estar Social atinge seu auge, com políticas bem sucedidas e melhorias nos indicadores sociais. Neste período, havia um grande senso de solidariedade geral na sociedade que ia além da atuação privada e estatal. A partir dos anos 1970, as mudanças estruturais, a crise do Estado-Providência e a globalização/internacionalização/mundialização da economia abalaram o *status quo* e os mecanismos convencionais de atuação político-econômica. Intitulada de "Nova Era das Desigualdades", a quarta fase acompanha mudanças no sistema monetário, operações financeiras, profunda alteração da regulação internacional, dentre outros elementos que aumentam a complexidade do sistema socioeconômico-financeiro (ROSANVALLON; FITOUSSI, 1996).

A capacidade do Estado de dar continuidade às políticas do Estado do Bem Estar Social no longo prazo, usando-as como instrumento de controle da desigualdade tem sofrido contestações devido às bruscas mudanças no cenário econômico, que acabaram por desestruturar os pilares sobre os quais tais políticas e normas sociais eram construídas (TROVÃO; MANZANO, 2019a).

Rosanvallon e Fitoussi (1996) explicaram que a busca desenfreada por valorização monetária causou drásticas mudanças na dinâmica capitalista. Tais mudanças são explicadas pelo avanço dos investimentos em direção a formas financeiras, pois estas superam e muito as vistas sob a ótica do capital físico/produtivo. A valorização monetária pode ser alcançada mais rapidamente via internacionalização da produção, e uma das consequências disto é a diminuição da regulação, devido à falta de controle – ou até mesmo de conhecimento – dos órgãos responsáveis. Com dificuldades crescentes em acompanhar a velocidade com que ativos financeiros e operações financeiras são criados, os órgãos reguladores sofrem com a falta de informação e de eficácia nas suas ações.

Mesmo com o sucesso das políticas do Estado do Bem Estar Social, a desigualdade tendeu a aumentar nos países desenvolvidos na década de 1970. Tentando compreender este fenômeno, Rosanvallon e Fitoussi (1996) apontaram não só as crescentes alterações econômicas, como também o fator antropológico, relacionado ao comportamento individualista moderno. Tal comportamento entrelaça os lados econômico e social da existência de três crises a serem enfrentadas: a) a relacionada aos laços sociais e de solidariedade; b) a relacionada ao mundo do trabalho, e; c) a relacionada ao modo de constituição das identidades individuais e coletivas (TROVÃO; MANZANO, 2019a).

Independentemente da abundância econômica a que se tenha chegado nas décadas de 60 e 70, o crescimento e o desenvolvimento exigiriam uma reformulação dos instrumentos de Bem Estar Social, para que estes conseguissem manter sua efetividade após saltos de complexidade estrutural e garantir uma ampla cobertura dos direitos conquistados. A quantidade de dimensões da desigualdade se entrelaçam temporalmente, como

característica da própria dinâmica capitalista, coexistindo em um processo cumulativo. Para Rosanvallon e Fitoussi (1996), dimensões referentes ao passado são denominadas "estruturais", enquanto as mais recentes são chamadas "dinâmicas".

Esses autores, ainda, denominaram de desigualdades estruturais aquelas referentes ao contexto já estabelecido, e que remetem a características relevantes no contexto da instauração do sistema capitalista. São pressupostos cristalizados no passado, como, por exemplo, uma família bilionária que passa sua riqueza por herança por décadas, ou o alto nível de pobreza em uma nação que tenha sido colonizada. Já as desigualdades dinâmicas, referentes à Nova Era das Desigualdades, surgem da segregação de grupos sociais que são progressivamente excluídos da possibilidade de obter meios de participar da distribuição (e.g. dificuldades para obter emprego). Os autores também defendem que atingir a equidade na distribuição de renda não é a tábua de salvação, pois o fenômeno pode adquirir outras formas associadas a questões de raça, gênero, faixa de idade, região geográfica, etc (desigualdades transversais).

A partir das ideias até agora levantadas, conclui-se que diante da quebra de paradigmas econômicos, as subseqüentes mudanças nas condições de vida não se distribuiriam de forma igualitária. Como um mesmo impulso econômico pode gerar diferentes impactos – a depender dos indivíduos e da região – espera-se que a parcela da sociedade que possui a capacidade de acumular riqueza receba frutos maiores da distribuição, bem como perca menos, em um eventual cenário de crise. Portanto, a desigualdade futura parece estar diretamente relacionada, não apenas com a disposição original da distribuição, mas, também, com os reflexos dos movimentos da atividade produtiva.

De modo sintético, Rosanvallon e Fitoussi (1996) explicam que a desigualdade provém do enfraquecimento dos princípios de igualdade na estrutura social; do crescimento das desigualdades estruturais (desigualdades de rendimentos, de despesas, de patrimônio, de acesso à educação, entre outras); e do surgimento de novas desigualdades, oriundas de evoluções técnicas, jurídicas e/ou econômicas, merecedoras de maior atenção.

Refletindo sobre a obra de Guiso et al. (2002), Dedecca (2012) apontou que as famílias possuem diferentes dinâmicas de aquisição e posse de ativos, variando conforme sua posição na distribuição. Famílias pertencentes aos decis mais ricos não apenas poupam e concentram mais ativos, como também o fazem de formas e por razões distintas. O autor aponta que as famílias de menor renda, quando não estiverem endividadas, estarão poupando para uma necessidade futura. As famílias mais ricas concentram os ativos da economia através da multiplicação de suas riquezas. Isso possibilita a obtenção de maiores níveis de poupança e consumo que, quando utilizados para adquirir mais ativos, acabam aprofundando a elevação dos níveis de concentração de renda.

Além disso, é possível concluir, também, que a própria desigualdade patrimonial interfere de forma direta na dimensão social. Os indivíduos situados em percentis mais baixos na distribuição são subjugados a uma posição social inferior. Este ponto tem especial importância na discussão da desigualdade brasileira, que historicamente move

esforços científicos para entender os possíveis efeitos de uma Reforma Agrária e Urbana.

Os efeitos de retroalimentação das desigualdades na sociedade moderna, que se manifestam por meio dos próprios mecanismos de funcionamento do sistema, colocam em xeque ideais relacionados à defesa de uma sociedade mais meritocrática e menos assistencialista. Tais forças concentradoras dificultam ou impedem que esforços empregados na produção de valor gerem oportunidades de mobilidade social para todos de forma equânime.

Além do mais, a Nova Era das Desigualdades, como denominam Rosanvallon e Fitoussi (1996), traz, em si, características que a confere mais dinamicidade, devido tanto à maior complexidade das estruturas do sistema econômico como, também, aos problemas geracionais, raciais, regionais, setoriais, e outros relacionados ao inadequado acesso aos bens públicos e às oportunidades no mercado de trabalho. A flexibilização e sofisticação crescentes dos termos contidos em diversos tipos de Contratos Sociais – especialmente o Contrato de Trabalho – têm corroído crescentemente a segurança jurídica e realocado diversos agentes para posições menos vantajosas.

Trovão e Araújo (2019) conclui que o fenômeno da multidimensionalidade se expressa de forma a acompanhar o grau de diversificação e complexidade que atinge o sistema econômico. Dessa forma, a desigualdade atinge formas de comparação cada vez mais complexas, pois envolvem fatores diversos nas esferas econômicas e não econômicas. Além disso, existem problemas de mensuração do nível de acesso a bens e serviços públicos – e o valor obtido pelo seu usufruto. Ter de se debruçar em considerações relativamente subjetivas para atribuir o peso ideal para cada dimensão é apenas um dos obstáculos que cientistas enfrentam para estabelecer novos índices de desigualdade multidimensional.

Para Burawoy (1990), a complexidade estrutural oriunda do desenvolvimento das forças produtivas torna o processo de mensuração da desigualdade em sua dimensão econômica e, mais precisamente, aquela associada à renda, também, uma tarefa extremamente complexa, pois depende da noção do pesquisador quanto ao que é considerado renda.

Dedecca (2012) aponta que as características existentes na mensuração e avaliação do bem estar e da desigualdade funcionam de forma complementar, em vez de equivalente. Para o autor, o bem estar refere-se à evolução média das condições econômico-sociais de uma população, e utiliza a própria renda como exemplo de *proxy* amplamente aceita. Já a desigualdade serve para mensurar o grau de diferenciação na distribuição desse bem-estar entre os indivíduos, e relacioná-lo com as diferenças sociais expressas no escopo aqui analisado.

Formas de mensuração da desigualdade multidimensional ainda estão em desenvolvimento, restando muitas limitações, como a medição do acesso a bens e serviços públicos. Em muitos casos, há dificuldade em mensurar as desigualdades sociais, devido à subjetividade necessária ao estabelecimento dos níveis de sensibilidade do índice para cada dimensão.

Para Juster et al. (1973), certas dimensões sociais do bem-estar são quase impossíveis de se mensurar. Existem algumas variáveis, como anos de educação e dinheiro investido em educação, taxas de mortalidade e criminalidade, dias de internação em hospitais, dentre outras que são absolutamente incalculáveis e incomparáveis. Outras são mensuráveis mas exigem certo grau de 'valoração' (valuation) por parte dos *policymakers* e cientistas sociais. Os valores encontrados por estes refletem suas próprias arbitrariedades, complicando a comparação entre valores encontrados por cientistas de diferentes *backgrounds*. Tais diferenças geram conflitos alocativos no âmbito político, pois apontam para direções diferentes ao indicar o melhor caminho possível para o aumento do bem-estar econômico.

Preocupado com os impactos da adição de dimensões aos modelos, Juster et al. (1973) explicou que enquanto formas de valoração não fossem propriamente estabelecidas, a inclusão de dimensões em indicadores tradicionalmente utilizados poderia tornar a análise arbitrária. A partir disso, as dificuldades de mensuração da produção, produtividade e dos ciclos econômicos complexificam a multidimensionalidade da análise.

Apesar destas dificuldades, Juster et al. (1973) menciona que a inclusão de novas dimensões poderia ser de grande ajuda, caso setores não-mercadoológicos amplamente reconhecidos fossem estabelecidos estruturalmente no modelo. Exemplificando a partir das contas nacionais, o autor explica que a uniformidade deve ser garantida. Isso poderia ser atingido através de uma estrutura de contabilidade já existente e aceita para tais índices. Um dos problemas é traduzir indicadores não tradicionalmente econômicos em indicadores mensuráveis economicamente. Para o autor, é preferível que exista um *how-to* previamente estabelecido para calcular e interpretar cada uma das dimensões, de forma que não se precisaria contar com os métodos particulares de cada pesquisador, mas com uma interpretação mais centralizada e amplamente comparável.

Apesar de o foco mais usual nos estudos sobre desigualdade se concentrar na dimensão monetária, o que acaba por reduzir o poder explicativo do fenômeno em sua complexa totalidade (TROVÃO; ARAÚJO, 2019), essa é uma dimensão ainda relevante para o fenômeno, especialmente, em uma sociedade com baixo grau de desenvolvimento do aparato de proteção social (Estado de Bem-estar Social) como o Brasil. Entende-se que a renda, apesar de não contar a história por completo, conta parte expressiva dela. Mais que isso, sua materialização em outras dimensões transversais, permite evidenciar a heterogeneidade e a complexidade de uma sociedade como a brasileira. Assim, o presente estudo foca na análise da renda corrente, reconhecendo sua limitação dada pelas bases de dados utilizadas. Ademais, como os dados utilizados são oriundos da PNAD-C, entende-se que nem toda a renda pode ser considerada (parte dela é sub-declarada), a exemplo daquela oriunda dos lucros e dividendos e/ou da propriedade do capital, principalmente, nos estratos mais elevados (DEDECCA et al., 2008).

A PNAD-C Anual apresenta dados domiciliares para diversas fontes de renda, captando apenas uma parcela da renda corrente, que é denominada renda de todas as

fontes. Utiliza um complexo processo de amostragem, semelhante aos discutidos por OIT (ILO, 2013) e GROUP) (2001), o que confere maior poder de comparabilidade. O estudo das variáveis e fontes de renda – especialmente a *Renda de Todas as Fontes* – permite um aprofundamento das questões que envolvem a distribuição de renda corrente no país.

A discussão entre renda e desigualdade, em grande medida, esteve associada àquela entre bem estar e desigualdade. A renda, nesse sentido, não só aparece como *proxy* do bem estar, como, também, passa a ser utilizada enquanto medida para o crescimento econômico – um tema que se mostra complementar ao da desigualdade. A renda pode ter origem em diversas fontes, sendo importante para o avaliador especificar a análise desejada para obter uma correta interpretação. Os estudos sobre renda têm o potencial para auxiliar aqueles que planejam e pensam as políticas públicas de forma a que encontrem caminhos para o país em busca por um modelo de crescimento econômico, que que escape da inclinação para o aumento da concentração de renda. Na medida em que se definem os papéis de cada fonte de renda para a renda total, os *policymakers* podem atuar, por exemplo, para melhorar o impacto das transferências ou por meio da promoção de uma política tributária mais progressiva que garanta uma melhor distribuição da renda corrente.

A fim de situar o leitor acerca dos conceitos de renda, seus tipos e sua importância para o fenômeno da desigualdade como um todo, a próxima seção trará um resgate teórico, sublinhando a parcela que é disponibilizada na PNAD-C – portanto, a parcela da renda que será o foco dos próximos capítulos dessa dissertação.

1.3 O CONCEITO DE RENDA

Inicialmente, faz-se necessário investigar como o conceito de renda evoluiu ao longo do tempo, bem como de sua relação com a dinâmica econômica. O conceito adotado pelas principais instituições internacionais que procuram avaliar a renda nacional dos países tem se transformado ao longo das últimas décadas. Dedecca (2012) destaca o papel relevante do debate seminal, bem como do significativo impacto que este teve para a definição do conceito de renda. Esse debate foi travado no final dos anos 1930 e ao longo da década de 1940 entre Hicks (1939) e Kuznets (1948a).

Para Dedecca et al. (2008), a análise do sistema de contas nacionais tem sido um importante instrumento para entender o conceito e a própria distribuição da renda. Quando se fala de desigualdade de renda é necessário fazer a seguinte distinção: de uma lado, tem-se a distribuição funcional da renda – que contempla todas as formas de apropriação do produto nacional, incluindo as realizadas por famílias e empresas, traçando uma relação entre a parcela apropriada pela classe trabalhadora na forma de salários e ordenados; e, de outro, a distribuição pessoal da renda, que está associada à concentração da renda corrente auferida pelos indivíduos por meio de fontes como: pensões, aposentadorias e rendimentos do trabalho, por exemplo. Os rendimentos oriundos dos recebimentos de juros e aluguéis, aparecem em grande medida subestimados nas pesquisas domiciliares,

principais fontes de informação para sua mensuração.

Os autores explicam, também, que a análise da distribuição pessoal da renda por meio de pesquisas domiciliares está sujeita a uma limitação: essas pesquisas domiciliares captam com maior precisão uma parcela específica da renda, isto é, a renda corrente oriunda do trabalho e da proteção social. Isso acaba por subestimar os impactos dos rendimentos obtidos por meio de aplicações financeiras, lucros oriundos de participação societária, entre outros tipos de rendimento que, certamente, compõem a renda dos domicílios e que impactam a forma da distribuição da renda.

No estudo da renda corrente por meio de pesquisas domiciliares, são as limitações associadas à dificuldade de se captar os bens e serviços não-monetários consumidos pela sociedade, isto é, aqueles cujo acesso se dá sem que haja uma contrapartida monetária. Assim, o bem-estar resultante da adição destes bens na cesta de consumo dos domicílios representa um aumento em sua renda (não monetária), pois, de outra forma, os indivíduos só teriam como obtê-los por meio de mecanismos de mercado.

Assim, percebemos que a renda corrente captada por essas pesquisas é apenas uma parcela da renda total (nacional) de um país. Dedecca et al. (2008) explica que esta é uma particularidade inerente a esse tipo de levantamento de informações sociais – até mesmo nos países desenvolvidos. Para acessar a renda domiciliar com mais riqueza de informação, é necessário compatibilizar os dados com aqueles oriundos das declarações tributárias, levantados por parte do Governo (PIKETTY, 2001). Observa-se que este método pode reduzir a subestimação da desigualdade pois possibilita uma análise mais robusta das distintas fontes de renda, especialmente aquelas características dos mais ricos, incluindo a oriunda do patrimônio, imobiliário e financeiro. Além disso, elas podem compensar possíveis problemas associados à sub-declaração (HOFFMANN, 1988).

O papel da renda para a determinação da desigualdade é de grande importância, especialmente devido ao papel que ainda hoje desempenha como a única forma de inserção de parte expressiva da população ao processo distributivo, no sentido do acesso aos bens e serviços essenciais para alcançar um nível minimamente aceitável de bem-estar, ainda que este seja definido por múltiplos fatores que vão além da renda, como destacam Osberg e Sharpe (2002).

Separando os conceitos legal e econômico a respeito da renda, Crockett (1966) afirma que este último não é tão exato entre os teóricos. No entanto, esse autor assume que seu entendimento pode ser auxiliado por um conjunto de ideias encontradas nos principais economistas do início do século XIX. O autor afirma que nenhum conceito de renda idealizado por qualquer cientista tem sido completamente incorporado como regra pelos países de modo geral.

Ademais, Crockett (1966) explica que o conceito de renda pode variar entre as nações, dado que, em alguns países, considera-se como renda, aquela que é passível de taxaço local. Isso reforça os desafios apontados para a mensuração da renda a partir da autodeclaração, como disponíveis nas pesquisas domiciliares.

Dentre as diversas visões sobre o que seria renda que surgiram no início do século XIX, Haig (1921) a define como sendo aquela capaz de aumentar o poder de satisfação das necessidades individuais. Essa satisfação pode se dar através do aumento da quantidade detida de moeda ou de algum outro bem ou serviço que possua valor atribuível monetariamente. Para Simons (1938), a renda pode ser definida como a soma dos valores adquiridos ao longo de um período, menos o estoque líquido de riqueza possuída ao final do período. Hicks (1940) traz o conceito de Renda Social (*Social Income*) enquanto o montante de bens e serviços valorados em termos monetários que compõem a Renda Nacional.

Na definição de Renda Social, Hicks (1940) faz uma longa exposição sobre os números-índice. O autor acredita que esses são de fundamental importância para sua definição enquanto medida do bem-estar econômico. Para comparar as rendas reais, o autor acredita que a única maneira seja investigar quais valores devem ser atribuídos aos vários tipos de bens e serviços que entram na renda social, de forma a preservar a validade do número-índice escolhido.

Seu argumento em defesa dos preços como pesos para medir a Renda Social enquanto um índice de bem-estar econômico, está na ideia de que os preços indicariam as utilidades marginais, e que o equilíbrio alcançado no sistema de preços serviria como *proxy* do ponto de tangência da curva de indiferença naquele ponto. Assim, a escolha dos preços deve se pautar por aqueles que corresponderiam, da melhor forma, às utilidades marginais relativas, ou seja, os preços com os quais o consumidor se depara realmente. Em outras palavras, deveriam se considerar os preços de varejo (não os preços de atacado) e os preços depois de impostos ou subsídios.

No entanto, Hicks (1940) aponta para a dificuldade de se realizar esse tipo de cálculo para os bens e serviços públicos. Assim, defende que os serviços públicos devem ser valorados pelo que custam; pois garantem que seu benefício marginal seja compatível com as definições do gasto privado. Sua hipótese é de que: se se aceitam as escolhas reais do consumidor individual enquanto reflexo de suas preferências, então, não há alternativa a não ser aceitar as escolhas reais do governo como representativas das necessidades reais da sociedade. Como, para ele, os serviços públicos não são produzidos com custos decrescentes, pode-se utilizar os custos médios de produção como uma estimativa aproximada das suas utilidades marginais. Nesse sentido, o custo de produção dos Serviços Públicos (as despesas realizadas com eles) seria definido pelas Receitas Públicas (de Tributação Direta, Tributação Indireta e Empréstimos) menos as Despesas Públicas com Pensões e Subsídios. Logo, a obtenção da Renda Social, que inclui os Serviços Públicos, conta com a adição desse valor à Renda Social de Bens Privados. Em outras palavras, a Renda Social seria igual a Todos os rendimentos privados + Impostos Indiretos - Subsídios - Pensões.

Assim como no debate iniciado por Hicks nos anos 1930, Dedecca (2012) faz menção à recorrente preocupação dos órgãos internacionais acerca das (insuficientes) formas de mensuração da desigualdade no capitalismo moderno. O autor discute a visão das principais organizações internacionais quanto ao que é considerado renda para fins de men-

suração do produto – avaliando o estado do crescimento do bem estar – e, consequentemente, da desigualdade. Para ele, os documentos elaborados pela Organização Internacional do Trabalho (2003) e pelo GROUP) (2001) denunciam a insatisfação da comunidade científica perante as limitadas formas de mensuração do produto e da renda, que não conseguiam acompanhar os crescentes níveis de complexidade de suas fontes.

A atração dessas atenções ao tema deveu-se às constantes mudanças no sistema capitalista, que trouxeram diversas e novas formas de renda para além daquelas tradicionalmente reconhecidas - que são geralmente aplicadas nos cálculos de Sistemas de Contas Nacionais ao redor do mundo (DEDECCA, 2012).

Para aprofundar esse debate, Dedecca (2012) faz questão de lembrar o debate inaugurado a partir da visão *hicksiana*, que vinha sendo amplamente aceita desde o período entre-guerras no século XX. A visão de renda de Hicks estabeleceu precedentes para a aplicação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) entre os economistas nas décadas de 1930 e 1940. Para Dedecca (2012), a renda deveria incorporar, não apenas os salários monetários (*money wages*) e a renda proveniente de operações no mercado (*market income*), como também as transferências governamentais (*money transfers*) para os indivíduos — excetuando-se os impostos. O total gerado corresponderia à renda pessoal disponível, passível de ser utilizada para adquirir bens e serviços em montante necessário para manter o patrimônio individual inalterado.

Ao longo de suas contribuições quanto à medição da renda social, Hicks (1940) trouxe à tona as principais formas de gasto das receitas provenientes da aplicação de impostos diretos e indiretos. Para o autor, essas poderiam ser divididas em são três. A primeira refere-se a pensões e transferências unilaterais governamentais, que são pagamentos que não correspondem a nenhum serviço prestado. Essa classificação também inclui os juros dos títulos da dívida pública nacional. Portanto, ao calcular a renda total, deve-se ter cuidado para não acarretar problemas de dupla-contagem. A segunda forma de gasto ocorre por meio da concessão de subsídios produtivos para determinadas commodities, que devem ser reconhecidos pelo valor integral de seu gasto. Por último, aquela que surge do fato de o Estado usar sua receita para pagar a produção dos serviços públicos oferecidos gratuitamente à população (saúde, educação, estradas, segurança e outros), dispensando pagamentos em moeda. Para Hicks (1940), o problema principal na mensuração da renda social seria conseguir ditatar exatamente a quantidade de renda correspondente ao uso de cada serviço, levantando questionamentos quanto à melhor abordagem.

Hicks (1940), refletindo sobre métodos anteriores de mensuração da renda, discutiu sobre as diferenças entre o que deveria ser definido como renda a partir do viés pesquisado – produtividade ou bem-estar. A partir das ideias de Clark (1937), o autor assume que a melhor estratégia seria considerar o valor dos serviços públicos para os usuários pelo valor dos seus respectivos custos. Além disso, as escolhas de oferta de serviços governamentais refletiriam as preferências de seus usuários, já que eles seriam produzidos de acordo com a necessidade social. Ademais, argumentava que seria possível utilizar os custos médios da

produção como uma estimativa do valor da renda social. Este custo governamental seria equivalente ao valor da Receita Pública, menos o valor dos Gastos Públicos – realizados para o pagamento de Pensões e concessão de Subsídios. A este montante, acrescentar-se-ia a renda dos bens privados, calculada a preços de mercado. Portanto, a renda social (ou nacional) seria composta de todas as rendas privadas, somadas aos impostos indiretos e subtraídas dos gastos em subsídios governamentais e pensões.

Hicks (1940) avança para argumentar que o arcabouço de Clark (1951) seria o mais adequado para pesquisas que exijam uma melhor representação das utilidades marginais, sem que se adentrasse em problemas de bem-estar econômico. A importância para a análise relaciona-se ao uso da renda como uma *proxy* do bem-estar, sendo a desigualdade de renda, portanto, relacionada a problemas de desigualdade de bem estar. Para o autor, se o interesse fosse avaliar a produtividade, o pesquisador deveria utilizar formas de mensuração correspondentes aos custos marginais. Para reforçar a adequação nos cálculos, sugeriu uma observação aprofundada em relação à forma com que os impostos indiretos seriam tratados e contabilizados, assim como para evitar qualquer problema de dupla contagem, especialmente tratando-se de Pensões.

Portanto, o conceito de renda de Hicks (1940) é definido como o valor total que pode ser utilizado para consumo sem que a riqueza real acumulada passe por qualquer redução. Para Eisner (1989), a poupança era interpretada como igual à diferença entre a medida hicksiana de renda e o consumo realizado na prática.

Investigando a relevância da renda corrente na determinação do nível geral de bem estar dos indivíduos, Kuznets (1948b) apontou a crescente diferença entre os dois, demonstrando que o acesso a outros bens e serviços não monetários estariam ganhando relevância após as políticas estatais.

Kuznets (1955), ao analisar os fatores que alteram a distribuição de renda, apontou um questão relevante associada a como a desigualdade se comportaria mediante um ciclo de crescimento econômico, dado que este tende a favorecer o aumento da poupança e da acumulação entre as camadas de renda mais altas. O autor chega à conclusão de que uma das formas de contrabalancear estes movimentos seria por meio da interferência política e da aplicação de pacotes legislativos.

Ainda para Kuznets (1955), existiriam diversas formas de aplicação das medidas estatais, tanto diretas quanto indiretas, sendo sua escolha dependente das intenções do *policymaker*. Dentre as medidas, estão as que podem reduzir o estoque de riqueza em ativos fixos, por meio do aumento (induzido ou permitido) da inflação, o que faz com que este perca valor real; assim como aquelas relacionadas à tributação progressiva da renda e das heranças. No sistema tributário brasileiro do século XXI, por exemplo, as medidas citadas pelo autor aumentariam as alíquotas cobradas sobre as faixas de renda mais elevadas. Para ele, uma outra forma de atuação se daria por meio do controle da taxa de juros de longo prazo, reduzindo o valor a ser pago sobre os títulos da dívida pública.

Kuznets (1955) aponta que o aparato de medidas que os Estados possuem para contrabalancear os altos níveis de concentração de renda reflete uma mudança na crença da sociedade, especialmente, dentre os países mais desenvolvidos, em relação à desigualdade de longo prazo. Para o autor, na medida em que se alcancem maiores níveis econômicos, países desenvolvidos passariam a enxergar as desigualdades e o acúmulo de renda como desnecessárias ao crescimento econômico, como antes se acreditava.

Kuznets (1955) se remete aos fatores observados na economia ocidental, que indicam processos de crescimento econômico: as crescentes diferenças entre as taxas de crescimento natural das populações de renda mais alta e mais baixa, a força transformadora das indústrias modernas para as riquezas "antigas" rapidamente substituindo-as, à medida que se tornam tecnologicamente obsoletas em termo de geração de valor agregado; e a rápida substituição interindustrial dos agentes durante saltos de renda per capita, especialmente, dentre aqueles de menor renda. Indo além, o autor também explica que o dinamismo e a liberdade econômica do capitalismo atual é cada vez menos dependente de prévia concentração de poupanças, antes "necessárias" aos saltos de crescimento.

Verifica-se, a partir das ideias de Kuznets (1955), que há uma forte relação entre o estágio de desenvolvimento do sistema econômico e a forma como os frutos de seu crescimento (seus incrementos de renda) são distribuídos ao longo dos estratos sociais. Para o autor, altos níveis de desigualdade estariam, historicamente, associados aos períodos de crescimento ocorridos nos momentos iniciais da urbanização e industrialização, especialmente, em países desenvolvidos. Como em uma ampla curva, tais níveis crescentes de desigualdade e acumulação começam a se estabilizar ao longo do tempo, até que começam a cair nos estágios mais maduros do desenvolvimento econômico-industrial, dado que as dinâmicas distributivas e a disposição populacional se alteram em conjunto, formando a famosa curva de "U" invertido que relaciona, no eixo cartesiano vertical, o nível de concentração de renda e, no horizontal, o nível de renda.

Kuznets (1955) assume que a estrutura habitual de distribuição de renda dos países subdesenvolvidos é mais desigual do que a dos países desenvolvidos, fenômeno que ele associa ao menor nível de renda per capita verificado nos primeiros. Ademais, explica que o impacto de um mesmo nível de desigualdade é muito maior nos países menos desenvolvidos, pois desvios de uma média já considerada baixa acabam por trazer níveis muito piores de bem estar, ressaltando problemas de pobreza/miséria – falta de acesso a uma renda minimamente necessária para suprir as necessidades básicas das unidades domiciliares. Essa distância em relação a uma média já baixa, também, faz com que o fenômeno da concentração adquira nuances muito mais acentuadas. Isso se deve ao fato de que apenas um percentual muito baixo da população (relativamente a países desenvolvidos) seria capaz de aumentar qualquer tipo de poupança, restringindo ainda mais os efeitos do crescimento e da concentração da renda – *e.g.*, possibilidades de investimento – nas mãos de pouquíssimas famílias. O autor, também, acrescenta que as baixas taxas de crescimento da renda per capita, verificadas principalmente nos estágios iniciais do

crescimento econômico dos países subdesenvolvidos, estão associadas a uma mobilidade social praticamente inexistente, com os níveis de renda mantendo-se neutros ou até mesmo diminuindo.

Para Nordhaus e Tobin (1972), duas inovações ao conceito de renda seriam necessárias. A primeira se refere à incorporação do valor de produtos consumidos *in natura*, uma vez que que não são objetos de transação monetária (especialmente os bens e serviços oferecidos pelo Estado). A segunda concernente à busca pela valoração de bens e serviços de capital, lazer e trabalho, de uso não relacionado ao mercado. A preocupação destes autores se baseia, entre outros motivos, no fato de que o cálculo das contas nacionais ignora as muitas fontes de variação no bem-estar, que são medidas de acordo com o valor de mercado de bens e serviços. Portanto, o bem-estar pode aumentar mesmo quando a renda líquida diminui. O consumo dos frutos dos investimentos governamentais e dos outros bens de consumo duráveis públicos passam a ser interpretados como 'direto' e capaz de gerar bem-estar aos seus consumidores, imediatamente. Além disso, outros fatores ambientais, também, podem constituir fontes de aumento de bem-estar para consumidores e produtores que não são devidamente valoradas no cálculo da renda nacional.

Kuznets (1973) ampliou sua análise e atribuiu as limitações de medição a discordâncias entre os autores acerca dos pressupostos adotados e a problemas na medição, cuja origem seria mais profunda. O autor julgava necessário incluir, na medição, os bens intangíveis, duráveis e intelectuais, para uma representação mais realista da renda. O autor acreditava que não existiria uma forma de medi-la sem que se omitisse algum de seus aspectos, falhando em refletir todas as benesses e prejuízos não-monetários – como a poluição e a miséria – relacionadas aos fins econômicos e que emergem como subprodutos do crescimento tecnológico e das transformações ambientais.

Kuznets (1973) também observou que problemas na medição referiam-se a conceitos variados no que tange a definições como, por exemplo, os conceitos de líquido e bruto, econômico e não-econômico, custo e benefício, e outros pressupostos tomados pelos diversos autores que impediam o atingimento de totais articulados, coerentes entre si.

Além dessas diferenças já serem consideradas 'ilimitadas' – pela sua característica de '*ever-increasing complexity*', o desenvolvimento do capitalismo moderno fazia o sistema econômico adquirir ainda mais complexidade em sua estrutura institucional, com variadas formas de obter, produzir e consumir bens e serviços, de forma que o uso de um conceito de renda correspondente aos avanços e ao nível de complexidade atual do sistema seria requerido para obter o máximo de precisão na análise da desigualdade (DEDECCA, 2012).

Discutindo as dificuldades para o entendimento do fenômeno do crescimento e como este se relaciona com outros fenômenos sociais, Kuznets (1973) traz à tona a mudança nas condições laborais, de vida e financeiras que acompanham os saltos do crescimento econômico. Geralmente associadas à maior tecnologia, produtividade e urbanização, as trajetórias de crescimento podem mudar as condições de bem-estar das famílias na medida em que as aproximam de maiores salários e condições de vida melhores, características

associadas à vida no meio urbano.

Dedecca (2012) aponta que o papel do mercado de trabalho, poderoso instrumento para a medição do bem estar, tem se sido reduzido neste processo. Com base na PNAD-C, dentre os anos 2012 até 2019, por exemplo, a Renda de Todas as Fontes aumentou em 73,4%, enquanto a Renda de Todos os Trabalhos aumentou em 71,2%, e as outras fontes de Renda elencadas cresceram 79,6%. Isso aponta para uma recomposição no grupo de rendimentos dos agentes na direção do favorecimento das rendas não relacionadas ao trabalho formal, tais como os rendimentos de aposentadorias e pensões, os aluguéis, os benefícios governamentais (transferências), dentre outras.

A partir desse debate, percebe-se que a renda do trabalho tem perdido peso relativo na explicação da renda total da economia. A renda pessoal associada ao patrimônio está se reproduzindo de forma rápida e adquirindo formas cada vez mais complexas e enraizadas de acumulação, que afetam não apenas na dimensão econômica, o que limita, em alguma medida, o potencial explicativo das pesquisas domiciliares. Portanto, pode-se concluir que, com o surgimento de novos mercados, moedas e processos no sistema financeiro, enquanto parte da reprodução e acumulação capitalista — especialmente na dimensão monetária/financeira — aumentam-se, de forma brusca e recorrente, as rendas não capturadas pelos trabalhadores, o que faz com que estas últimas passem a representar uma parcela cada vez menor da renda total.

Cabe destacar, ainda, que, apesar dos esforços das organizações internacionais para levantar discussões e se posicionarem quanto à mensuração da renda, estas não se mostraram desvencilhadas dos pressupostos hicksianos (DEDECCA, 2012). As adições sugeridas por essas instituições não representam nenhum incremento em termos de composição ou de complexidade, ignorando a multidimensionalidade além de outros aspectos mais subjetivos e/ou intangíveis da análise. Para Dedecca (2012), as fortes implicações da diversificação patrimonial — tanto por meio da apropriação quanto da gestão — tornam essencial a reformulação da visão de renda disponível.

Não se pode deixar de notar que, apesar dos esforços acadêmicos em renovar o conceito de renda para que este se adapte às novas estruturas socioeconômicas, organizações internacionais apenas elaboraram propostas analíticas que, infelizmente, ainda se limitam à renda monetária. Como aqui discutido, aumentos de bem-estar podem ser alcançados por meio de um aumento de renda corrente, porém, tanto bem-estar quanto desigualdade são elementos que vão muito além da renda corrente. O acesso a bens e serviços fornecidos pelo Estado, também, permitem reduções de desigualdades e aumento de bem-estar, ainda que isso não se manifeste no incremento dos níveis de renda corrente dos indivíduos/famílias.

Para reunir os recursos necessários para disponibilizar bens e serviços suficientes para incrementar os níveis de renda (monetária e não monetária) dos domicílios situados nos primeiros décimos da distribuição, o Estado pode, certamente, alterar a tributação, o que, de forma progressiva, reduziria relativamente a renda dos mais ricos. Para Simons

(1938), a taxaço da renda seria um "amplo instrumento para mitigao do avanço da desigualdade econômica". O foco na tributao corrobora a importância da renda para a conformao das desigualdades em seu aspecto mais amplo.

Paralelamente ao pensamento de Simons (1938), pode-se inferir que as transferências governamentais unilaterais, também, atuam sobre os níveis de desigualdade, provocando um efeito progressivo nos indicadores de concentrao. Sugere-se que um aumento nas transferências governamentais relacionadas  assistência social ou complementao da renda familiar, como o Benefício de Prestao Continuada e o Bolsa Família, no caso brasileiro, podem contribuir para uma reduo da desigualdade geral. Dedecca et al. (2008) apontam que as transferências também são suscetíveis a sub-declarao, de forma a que se possam subestimar seus efeitos para as medidas de pobreza e desigualdade – dado que o alvo das transferências geralmente são domicílios na cauda inferior da distribuio (WEINBERG, 2006).

A partir das inferências realizadas por Nordhaus e Tobin (1972), percebe-se que, apesar das limitaoes na medio da renda – relacionadas  falta de informao completa acerca de efeitos positivos e negativos nos eixos social e ambiental, derivados de processos de crescimento econômico – indicadores que englobem agregados macroeconmicos suficientemente relevantes, podem ser suficientes para ilustrar a evoluo habitual ou média dos níveis de bem estar econômico correspondentes.

Para Kuznets (1973), as limitaoes em analisar a renda de uma nao residem nas especificidades carregadas por esta em toda a sua trajetória histórico-econômica de desenvolvimento e das suas estruturas sociais e produtivas. Em um estudo que envolva as temáticas do crescimento e do desenvolvimento, a comparabilidade entre naoes dependerá diretamente da quantidade de semelhanças compartilhadas entre estas, assim como do prazo analisado (se curto ou longo). Quanto maior o prazo analisado, mais as mudanças tecnológicas diferenciadas trarão efeitos distintos em cada nao, o que se refletir na qualidade de seus produtos, condioes de vida, poluio emitida, desigualdades e outros.

Como discutido anteriormente, Dedecca et al. (2008) reforça as limitaoes da renda disponibilizada pelas pesquisa domiciliares, como  o caso da PNAD-C. Apenas uma parte do PIB  representada por essas pesquisas. Ainda assim, deve-se ter claro que essa parcela da renda  extremamente relevante para parcela expressiva da populao brasileira. A renda corrente  o único meio de acesso  distribuio dos frutos do processo produtivo para muitos brasileiros, que não auferem rendas provenientes de imóveis ou da atividade empresarial (lucros) – visto que seu estoque de riquezas  praticamente inexistente.

Apesar da real desigualdade tender a ser subestimada, visto que a própria estrutura fundiária e tributária do país possibilita ganhos extraordinários de concentrao de renda entre os ricos, a compreensão de sua evoluo temporal ao longo dos últimos anos pode servir para entender como a distribuio de renda do país está se comportando ao longo das distintas fases pelas quais a economia brasileira tem passado – pelo menos na base e no meio da pirâmide. Assim, deve ficar claro que, como apontam Dedecca et al. (2008), os

dados aqui explorados focam na renda do trabalho, previdenciária e de outros programas sociais, não englobando toda a renda interna disponível. Portanto, essas fontes devem ser entendidas enquanto uma parte, ainda que relevante para uma parcela expressiva da população, da dimensão econômica da desigualdade.

Seguindo a linha de pensamento de Dedecca et al. (2008), a presente dissertação tem por foco a dimensão da desigualdade associada à renda. Portanto, as evoluções verificadas não representarão o movimento geral de distribuição/concentração econômica do sistema como um todo. Isso implica que, mesmo encontrando um resultado favorável à redução das desigualdades de renda nas análises que se seguirão nos próximos capítulos, deve se ter claro que a desigualdade como um todo pode ter aumentado em outras dimensões. Essa linha de raciocínio, aliada aos achados teóricos dos parágrafos anteriores, reforça a cautela que deve ser adotada quando se propõe políticas públicas apenas olhando para essa dimensão.

Defende-se a necessidade, fazendo jus ao interesse público, da divulgação das bases de microdados do imposto de renda. Com a evolução da financeirização, da informalidade, do *boom* de movimentos de prestação de serviços remotos – como o nomadismo digital e a *expat culture*, introdução de criptomoedas e moedas digitais, torna-se-á cada vez mais complicado avaliar, apenas por meio dessa fonte de dados, a situação distributiva no país como um todo sem que se percam importantes movimentos e nuances que, essenciais ao entendimento do sistema, agregam informação útil para os *policymakers*.

Apesar das críticas que podem ser feitas ao uso da renda corrente para a mensuração da desigualdade, ainda não há um indicador de mensuração multidimensional consensualmente aceito pela academia. Apesar de a pesquisa sobre a desigualdade em seu escopo multidimensional ser de fundamental importância para um compreensão ampla desse fenômeno, neste trabalho, os dados disponibilizados pela PNAD Contínua Anual, em termos de renda, podem contribuir para aquilo que se denominou anteriormente de desigualdades transversais. Em outras palavras, a complexidade e a multidimensionalidade desse fenômeno, também, se materializam em sua dimensão econômica e, mais precisamente, na dimensão da renda corrente, foco deste trabalho. Aqui, como visto, procurar-se-á analisar, além da desigualdade de renda a partir de distintas categorias (transversais) de análise, explorar o comportamento das suas diversas fontes, bem como sua contribuição isolada e conjunta para a desigualdade total. Em outras palavras, é avaliar como cada uma destas fontes contribuiu – progressiva ou regressivamente – para a evolução da concentração de renda no país entre os anos de 2012 e 2019.

Apesar de suas limitações, a amplitude das informações oferecidas pela PNAD-C permitirá uma ampla análise socioeconômica. Visto que as rendas do trabalho e da proteção social se mostram expressivamente relevantes para a condição social de parcela significativa da população. Ademais, entender como se deu o comportamento da desigualdade de renda ao longo das distintas fases do ciclo econômico mais recente no país pode favorecer o entendimento do papel que esse fenômeno possui para alterar a realidade de

grupos sociais distintos. No bojo dessa dissertação, isso se dará por meio de uma análise regional e por situação de domicílio. Assim, avaliar o comportamento dos indicadores (índice de Gini e suas decomposições) frente aos movimentos cíclicos da economia auxilia a definir quais os grupos mais fragilizados e que necessitam de maior atenção por parte daqueles que pensam e implementam as políticas públicas no país.

Defende-se, dessa forma, que a análise da dinâmica geral da renda corrente, a partir dos dados da PNAD-C, se mostra suficiente para caracterizar, ao menos nessa dimensão, a evolução da desigualdade no país. A análise se fortalece, uma vez que se avalia o impacto de cada uma das fontes de renda para os índices de desigualdade ao longo dos últimos anos.

1.4 FATORES HISTÓRICOS

Esta seção procura trazer alguns elementos históricos que podem auxiliar o entendimento das atuais tendências da distribuição da renda corrente no país. A análise concentra-se no período após década de 1960. Hoffmann (1972) chamou atenção para as relações existentes entre o desenvolvimento econômico e as tendências da distribuição de renda nos anos 1960. Com base nos dados do Censo Demográfico de 1960 e 1970, Fishlow (1972) e Hoffmann e Duarte (1972) mostraram o crescimento expressivo da desigualdade da distribuição da renda no Brasil. Os autores mostraram que a concentração de renda se deu simultaneamente ao crescimento econômico observado no período. Segundo Hoffmann e Duarte (1972) houve um aumento da concentração de renda em direção ao setor urbano e à região Sul. Ademais, demonstra que a única região a registrar melhoria na sua distribuição de renda (diminuição da concentração) foi o Nordeste. O autor chega a conclusão de que mais da metade da população não se beneficiou do crescimento acelerado do período, e que 30% da população tiveram apenas acesso marginal à renda gerada no processo produtivo em um movimento em que crescimento e distribuição de renda caminhavam em sentidos opostos.

Dentre as causas do crescimento concentrado, Hoffmann e Duarte (1972) aponta para a compressão salarial, que representou reduções reais no salário mínimo, além dos aumentos na concentração de renda entre os assalariados da indústria. A comparação entre as distintas posições na ocupação, também, evidencia esse processo de concentração, com o salário médio dos assalariados caindo de 50% para aproximadamente 45% do salário médio dos empregados da administração pública. Como causa alternativa da concentração da renda no Brasil, desse período, tem-se o crescimento menor dos salários em relação à produtividade.

Um dos pontos que merece destaque é a ideia de que o desenvolvimento industrial brasileiro, ao menos nessa fase, atuou no sentido de concentrar renda nas mãos dos detentores do capital (empresários). Devido ao uso intenso de tecnologia capital-intensiva, a proporção de empregados no setor terciário frente aos empregados na indústria e na

construção era mais que o dobro quando comparada com outros países desenvolvidos. Segundo Hoffmann (1972), isso se verificava em um país onde o setor de serviços se mostrava relativamente menos produtivo. Nesse sentido, distintos fenômenos sociais resultaram dos efeitos da concentração de renda, como é o caso do aumento da mortalidade infantil e das piores nas condições de vida e no bem-estar.

Quanto aos anos 1970, Mendonça e Barros (1995) aponta que "o crescimento econômico foi muito mais elevado e muito melhor distribuído". Segundo os autores o rendimento médio se ampliou em todos os décimos da distribuição de renda, com os 10% mais pobres apresentando a segunda maior taxa de crescimento para o rendimento médio (7,2%).

Ao longo dos anos 1980, na chamada década perdida, houve uma redução expressiva das taxas de crescimento econômico, o que terminou por impactar de maneira expressiva a distribuição de renda. Segundo Mendonça e Barros (1995), "o nível de renda de todos os grupos, sem exceção, decresceu ao longo da década". Mais que isso, a redução se deu com maior intensidade para os estratos mais baixos. A queda do rendimento dos 10% mais pobres foi mais que o dobro do rendimento médios dos outros décimos.

Segundo (SALM, 2006), as "enormes turbulências" observadas nos anos 1980, representadas por: "inflação alta e crescente; desemprego; desestruturação do mercado de trabalho (aumento da informalidade e dos trabalhos não remunerados); queda do salário mínimo e dos salários em geral; crescimento do emprego nos serviços em detrimento dos empregos industriais", apresentaram impactos negativos sobre a distribuição de renda elevando o "coeficiente de Gini a níveis altíssimos".

Segundo Neri (2006), houve uma fase, antes do Plano Real, de "incerteza crônica". A instabilidade provocada pela inflação alta e persistente e os vários pacotes econômicos e planos de estabilização, fez com que as pessoas se acostumassem a tentar se defender dos efeitos das oscilações econômicas, o que acabava, segundo o autor, fortalecendo os movimentos inflacionários. De 1990 a 1992, houve para Neri (2006), um "milagre econômico às avessas", quando a renda caiu de forma acentuada, afetando principalmente, os 10% mais ricos, o que fez com que houvesse uma redução da desigualdade nivelando a renda por baixo. Já, entre 1992 e 1993, o que se vê é o crescimento expressivo da inflação com crescimento expressivo daqueles que conseguiam se proteger de seus efeitos, isto é, os 10% mais ricos. Para Neri (2006), o resultado foi um significativo aumento da concentração de renda. "A fase seguinte (1993 a 1995) pode ser classificada como "de lua-de-mel" com o Plano Real", quando "todos os segmentos da população ganharam aumentos de renda em torno de 12% ao ano, em ritmo de milagre econômico" (NERI, 2006). Ao final da década de 1990, o país havia reduzido a desigualdade de renda, seja pela estabilização inflacionária, seja pela, redução da volatilidade dos rendimentos médios mensais.

A década de 2000 ficou marcada por um processo relevante de redução da desigualdade de renda. Segundo Trovão e Araújo (2019), nesse período, especialmente após 2004, o país viveu uma retomada da atividade econômica que "favoreceu e foi favorecida

pela expressiva ampliação da ocupação, do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, das transferências de renda e do aumento real do salário mínimo”. Segundos os autores, a desigualdade de renda mensurada pelo coeficiente de Gini caiu consistentemente ao longo de todo o período.

Quanto ao crescimento econômico brasileiro entre 2004 e 2008, Borghi (2017) mostra que o PIB do país aumentou quase 5%, anualmente, em termos reais. O cenário internacional favorável e as mudanças nas abordagens das políticas públicas (crédito às famílias e às empresas, valorização real do salário-mínimo e programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada) possibilitaram tal processo, colocando o país em uma trajetória de crescimento da renda das famílias que, simultaneamente às diminuições da desigualdade e à expansão do emprego formal, fortaleceu as estruturas econômicas do ponto de vista da capacidade da geração de emprego e renda.

Para Neri (2018), após a redução da concentração de renda, mensurada pelo coeficiente de Gini entre 1997 e o final da década de 2000, o Brasil viu uma reversão desse processo a partir de meados da década de 2010. As melhorias distributivas sofreram uma reversão em sua trajetória após a crise iniciada em 2015. A reversão dessa tendência reforça a dificuldade do país em manter níveis de desigualdade mais baixos, indicando sua fragilidade frente a choques econômicos negativos. Entre 2016 e 2018, o Gini aumentou significativamente, com relativa melhora em 2019.

Os desafios em reduzir a desigualdade de renda no país se manifestam, também, nas distintas divisões territoriais. Portanto, os próximos capítulos se dedicarão a investigar o comportamento da desigualdade de renda no país a partir de dois recortes: macrorregional e situação do domicílio. Como apontam Helfand, Rocha e Vinhais (2009), houve um crescimento significativo da renda com redução da desigualdade no setor rural desde 1995 no Brasil. Resta saber se esse processo se manteve entre 2012 e 2019 no país, especialmente, nos períodos de piora das condições econômicas, como nas fases de desaceleração e crise do ciclo econômico recente.

Para Borghi (2017), os desafios das últimas décadas para a redução da desigualdade se manifestam desde os efeitos da recessão mundial no Brasil. Após reduções recorrentes nas taxas de crescimento do PIB, após 2010, instalou-se uma severa crise em 2015. Para o autor, o cenário internacional aliado às políticas desenvolvimentistas contribuíram para o crescimento brasileiro na primeira década do século XXI. Esse processo contribuiu para o aumento da escala produtiva, fortalecida pelo aumento da exportação de commodities, cujos frutos – mais exatamente, o montante acumulado de reservas internacionais – possibilitaram estimular o desenvolvimento e, por conseguinte, reduzir a desigualdade.

É com esse pano de fundo em mente que se pretende explorar o comportamento da desigualdade de renda na segunda década do século XXI, mais precisamente entre 2012 e 2019, período em que se tem informações disponibilizadas pela nova PNAD-C.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É justo que a contribuição científica deste trabalho vise ao interesse público, objetivando, em um amplo escopo, tornar mais nítida a visão dos policymakers acerca dos diferentes efeitos que os distintos comportamentos da atividade econômica podem trazer como impacto para as diversas camadas sociais e nos distintos espaços geográficos. Nesse movimento, podem ser verificados efeitos positivos e negativos para a distribuição de renda, que afetam questões sensíveis para o país, principalmente relacionadas à igualdade de oportunidades e dignidade entre os seres humanos.

Este capítulo teve como objetivo a discussão teórica acerca dos conceitos de desigualdade e da renda. Sua base foi estabelecida diante das principais visões trazidas pelos cientistas ao longo do século XX. Um dos objetivos específicos era situar o leitor na discussão de ambos os temas, mas com intuítos diferentes: com a desigualdade, busca-se resgatar o conceito desde os primórdios filosóficos até as construções e desafios atuais. Com a renda, procura-se fazer o leitor entender o nicho da desigualdade coberta pela PNAD-C, delimitando-a, porém, evidenciando seu poder explicativo.

Os capítulos posteriores desta dissertação terão como objetivo utilizar métodos de decomposição do índice de Gini, calculados usando os dados obtidos na PNAD-C Anual, para os anos de 2012 a 2019, anteriores ao cenário mundial pandêmico da COVID-19.

As decomposições permitirão observar os movimentos da concentração de renda para os subgrupos estudados ao longo do tempo, mensurando o impacto das fases do ciclo econômico recente, das políticas públicas e do crescimento para a desigualdade dentro e entre subgrupos populacionais, aqui separados em quesitos regionais e de situação de domicílio.

Esta dissertação possui o intuito de elucidar alguns dos desafios impostos pela desigualdade de renda na sociedade brasileira, possibilitando a construção de uma base fixa para comparação temporal, regional, setorial, dentre outras. Mesmo possuindo uma fonte limitada para a mensuração completa da dimensão econômica da desigualdade, é essencial salientar a importância das informações contidas na PNAD-C para a realidade brasileira, do mercado de trabalho, e das remunerações previdenciárias e da proteção social, que tanto levantam discussões no país.

Com a evidência da Reforma Trabalhista em 2017, toda a atenção voltou-se para seus impactos nas condições de acesso ao mercado de trabalho, dada a precariedade das novas relações contratuais, no contexto da segurança jurídica que afetaram os trabalhadores. Além disso, a análise de programas de transferência de renda – como o seguro-desemprego, Bolsa-Família, dentre outros – se torna crucial em um momento de insegurança quanto à renda do trabalho, que se mostra como única fonte para a grande maioria da população. Com o aumento do desemprego, da flexibilização dos direitos trabalhistas, da insegurança jurídica do contrato de trabalho, do trabalho informal e da precarização das condições de trabalho, torna-se essencial uma demonstração dos efeitos de tais políticas para a

distribuição da renda corrente.

Outras fontes de rendas captadas pela PNAD-C também serão abordadas neste trabalho. Apesar de significativa para a composição sua composição, a renda do trabalho não é a única a determinar os movimentos da desigualdade ao longo dos ciclos econômicos. Pensões, aposentadorias, programas sociais, dentre outras são importantes para uma análise dos grupos sociais e de seus desempenho, em termos distributivos, ao longo do tempo. Além disso, as diferentes rendas podem impactar de forma progressiva ou regressiva a desigualdade.

Por exemplo, a importância do Bolsa Família, uma das fontes de renda abordadas neste trabalho, foi salientada por Dedecca et al. (2008) devido a sua relevância para a composição da renda das famílias mais carentes, retirando-as da linha da pobreza ou até da miséria. O autor, porém, chama atenção para a limitação desta fonte de renda na determinação da estrutura geral de rendimentos captados pela PNAD e, conseqüentemente, sua distribuição. Programas de Assistência Social como o PBF, geralmente estão associados aos primeiros décimos da distribuição, e não representam um incremento extremamente relevante dentre a quantidade de domicílios na base da pirâmide. Portanto, incrementos ou reduções nestas fontes de renda e suas respectivas contribuições progressivas para a desigualdade geral devem ser analisadas com cautela, visto que podem não ser tão impactantes quanto as mudanças geradas pela renda do trabalho, por exemplo.

Uma análise da decomposição de um indicador de desigualdade permite a detecção das fontes de renda que mais contribuem para alterá-la bem como dos subgrupos que mais são afetados pelo comportamento da renda ao longo do tempo. Nesse sentido, é relevante avaliar se fases recessiva da atividade produtiva, como a vivida entre 2015 e 2016 no país, podem fazer com que uma fonte de renda que se mostra progressiva em tempos de normalidade, se torne regressiva em tempos de crise. Desta forma, as informações poderão ser utilizadas para promover uma melhor alocação de recursos, através de políticas públicas redistributivas focadas em reduzir as desigualdades, seja por meio de benefícios de seguridade social, ou por meio de melhores condições de acesso ao mercado de trabalho por meio da geração de empregos. O objetivo é contribuir para o debate ao mensurar as diferenças entre as influências geradas pela dinâmica econômica e política em cada subgrupo, de forma a favorecer aqueles interessados em pensar um caminho que leve a uma estrutura social menos desigual.

2 DESIGUALDADE DE RENDA POR SITUAÇÃO DOMICILIAR

2.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste Capítulo é analisar a trajetória recente da desigualdade de renda corrente no Brasil a partir dos dados da PNAD-C, sob a ótica da situação de domicílio dos entrevistados. A situação do domicílio diz respeito a localização dos domicílios (rural ou urbano). É importante observar que esse olhar não necessariamente diz respeito ao local onde a renda é gerada, dado que muitas pessoas trabalham em localidades distintas de onde residem. Acredita-se que essa abordagem se mostra relevante para o entendimento das desigualdades entre as pessoas, uma vez que as condições de vida e a apropriação da renda têm se mostrado desiguais nos Brasis rural e urbano.

Um dos recursos utilizados para se chegar a esse objetivo é a análise do índice de Gini, capaz de quantificar a concentração da renda corrente. Mais que isso, a estratégia de utilização desse índice, tem como base sua capacidade de decomposição, o que possibilita uma análise em separado e em conjunto dos componentes do índice, separados, neste Capítulo, em rural e urbano. Além disso, procura-se explorar os efeitos e a evolução dos índices bem como de seus componentes ao longo das distintas fases do ciclo econômico vivido pelo Brasil entre 2012 e 2019.

Isso é possível pois os dados disponibilizados pela PNAD-C possibilitam diferentes formas de agrupamento/recorte, o que permite a decomposição do Gini para avaliar, assim, a contribuição de cada subgrupo para a desigualdade total, bem como a desigualdade dentro de cada subgrupo definido, possibilitando uma caracterização da evolução da desigualdade de renda do Brasil como um todo. Os dados da PNAD-C estão disponíveis a partir de 2012 e serão explorados até o ano de 2019, último ano antes da crise provocada pela pandemia da Covid-19.

Nesse Capítulo, busca-se elucidar como se deu a evolução dos níveis de desigualdade, decomposta em subgrupos, a partir do desempenho econômico. Presume-se que choques econômicos negativos tendem a ter efeitos regressivos sobre a desigualdade, sendo que os impactos progressivos ficariam a cargo de situações em que se verifiquem crescimento da atividade produtiva. Parte-se da hipótese de que as crises tendem a impactar

sobremaneira os subgrupos de maior vulnerabilidade social, reforçando o quadro de desigualdade característico da sociedade brasileira.

O estudo da distribuição de renda é de suma importância para a concepção e promoção de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento social e a redução das desigualdades. Diferentes cenários econômicos e sociais exigem diferentes medidas de combate à desigualdade e carregam, também, diferentes possibilidades de atuação. Assim, defende-se que haja cuidado por parte dos *policymakers* para que as transferências governamentais, oferta de bens e serviços públicos e tributação não acabem por acentuar ainda mais um estado não desejável de elevada desigualdade de renda e de acesso por parte da população.

O coeficiente de Gini é uma forma de mensuração da desigualdade amplamente utilizada nos estudos sobre concentração de renda. Pode-se decompor o coeficiente com o intuito de mensurar os impactos de distintos subgrupos populacionais de forma isolada para a desigualdade total. Ao conseguir quantificar a parcela da concentração que cabe a cada grupo da população, pode-se garantir uma base técnica para se conceber políticas públicas mais precisas, além de adequadas às necessidades em cada fase ciclo econômico, ou que contribuam para atuar para amenizar as vicissitudes econômicas que afetam a vida das pessoas.

A distribuição de renda em cada subgrupo pode ter uma trajetória específica ao longo do tempo. Ademais, podem ser distintas suas contribuições para a desigualdade total. Métodos de decomposição do índice de Gini possibilitam inferir a contribuição de cada subgrupo para a desigualdade total. O objetivo do uso dessas decomposições é tornar inteligíveis os principais obstáculos que, no caso brasileiro, assumem características estruturais, e que impossibilitam a mobilidade social e econômica.

O uso dos dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possibilita esse tipo de análise. A intenção é verificar a trajetória recente de uma parcela da desigualdade da renda corrente, que é passível de ser mensurada por essa pesquisa. O fato de se ter informações anuais para distintas fontes de renda nessa pesquisa permite que se avalie o comportamento dos índices utilizados frente às oscilações da atividade econômica.

Como visto no Capítulo um, desde o início dos anos 2000, o índice de Gini vinha apresentando trajetória de queda, apontando para diminuições na desigualdade de renda, indicando a existência de evidências para a conformação de uma nova configuração distributiva no país. É a partir da metade dos anos 2000 que esse processo fica ainda mais evidente, momento em que a concentração de renda passou a cair de forma mais intensa (SALM, 2006; DEDECCA et al., 2008).

Podemos pensar que a redução da concentração de renda tenha alterado a estrutura distributiva para os distintos subgrupos de análise (rural e urbano). Associada às evoluções sociais e às medidas governamentais adotadas e/ou fortalecidas nesse período

(política de valorização real do salário mínimo, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada), especialmente a partir de meados dos anos 2000, verificava-se um cenário de conformação de condições favoráveis à redução dos níveis de concentração ao longo do tempo, tornando a distribuição de renda, para alguns subgrupos, menos suscetíveis a choques econômicos, como aqueles que afetam a renda da população em momentos de crise econômica (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019).

Os índices de Gini foram obtidos através do método de Bhattacharya e Mahalanobis (1967), e de Zenga (2013) e Zenga e Valli (2018) para o caso da decomposição cruzada para o Gini Sintético. Conforme visto na Tabela 2.1, existe uma diferença nos valores mensurados pelos dois métodos de decomposição (Ver Apêndice A). Percebe-se que o cálculo do Gini Sintético obtido pelo método de Zenga (Gini Z) é menos sensível à desigualdade, uma vez que seu nível se mostra consistentemente abaixo dos valores obtidos pelo método de Bhattacharya e Mahalanobis (1967). Como possuem trajetória quase igual, mostrando reações semelhantes dos indicadores, as séries referentes aos dois métodos não têm aqui a função de serem comparadas e analisadas em suas diferenças. Como disposto no Apêndice A, os métodos de cálculo são distintos, gerando, conseqüentemente, resultados distintos. Apenas em anos específicos os índices não seguem a mesma trajetória, como é o caso da passagem de 2018 para 2019, quando o Gini BM indica uma redução da concentração e o Gini Z, um aumento.

Tabela 2.1: Coeficientes de Gini segundo os métodos de decomposição de Bhattacharya e Mahalanobis (1967) (BM) e Zenga (2013) (Z).

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Gini BM	0,526	0,518	0,514	0,509	0,520	0,520	0,531	0,529
Gini Z	0,500	0,496	0,489	0,485	0,489	0,493	0,505	0,507

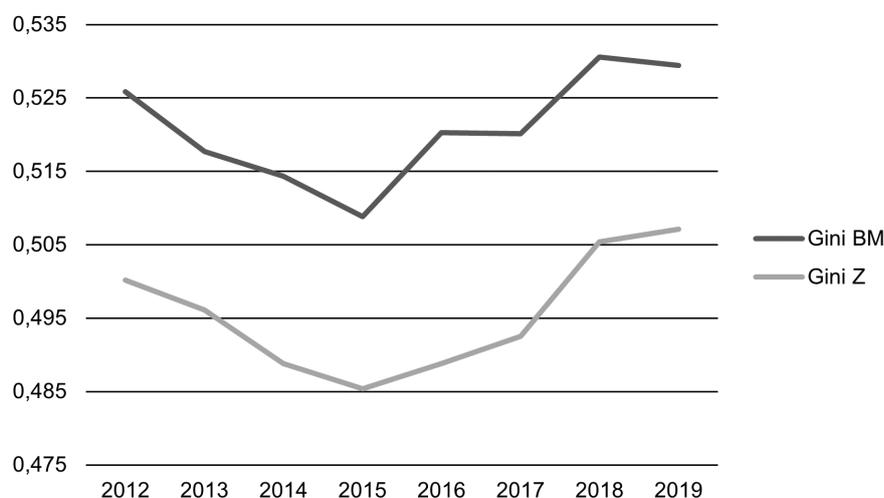
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria

Ainda assim, a análise da Figura 2.1 evidencia que as trajetórias de ambos os índices são parecidas ao longo das fases do ciclo. Entre 2012 e 2015, o resultado de ambos os métodos mostrou uma consistente redução da desigualdade. Ao final do período, ambos os coeficientes haviam se reduzido, em 3,2% (Gini BM) e 3% (Gini Z). Nesse ano que marca o início da crise, vê-se nitidamente a reversão da trajetória de ambos os Ginis, atingindo níveis superiores aos verificados em 2012.

Percebe-se, através destas trajetórias, que existe um certo atraso nos efeitos das fases do ciclo quando se analisam os coeficientes de desigualdade. De modo geral, percebe-se: 1) os efeitos da fase da desaceleração do crescimento ocorrem entre 2012 e 2015 - queda suave da desigualdade; 2) entre 2016 e 2018 - reversão da trajetória com aumento dos Ginis; e 3) de 2018 a 2019 - estabilidade e/ou suave aumento (Gini Z), ou estabilidade/suave queda (Gini BM).

Além dessa breve introdução, o Capítulo se divide em mais cinco seções. Na segunda, faz-se uma revisão da literatura acerca dos fatores históricos que marcaram a

Figura 2.1: Trajetória dos coeficientes de Gini segundo os dois métodos (BM e Z) – 2012 a 2019.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria

trajetória socioeconômica brasileira no que concerne aos desafios que emergem das desigualdades e das especificidades que afetam as populações que residem nos meios rural e urbano. Na terceira, analisa-se a composição populacional, o rendimento médio real e a participação no montante da renda por parte dos residentes nos meios rural e urbano. A quarta seção traz os índices de Gini, apresentando os valores intra-subgrupo. A quinta seção apresenta a decomposição por subgrupos (rural e urbano). Na sexta seção, a decomposição do coeficiente é realizada de forma cruzada: por fonte de renda e por subgrupos, simultaneamente.

2.2 DESIGUALDADE POR SITUAÇÃO DOMICILIAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Como apontam Silva e Grossi (2001), houve um crescimento expressivo no número de estudos internacionais sobre o setor rural na década de 1970, o que abriu espaço para a reformulação das políticas públicas, dando atenção a problemas antes pouco explorados. Um exemplo apontado por Schneider et al. (2010) é o surgimento da preocupação ambiental, que entrou em voga na década de 80. Estes estudos atraíram a atenção dos agentes econômicos e políticos para o setor rural, estimulando uma grande modernização agrícola que mudou grande parte de seus paradigmas estruturais e as relações socioeconômicas no campo.

Para Silva e Grossi (2001), a especialização produtiva e a oferta crescente de serviços técnico-produtivos, frutos do processo de modernização agrícola, elevaram a produtividade do trabalho no setor rural e transformaram a divisão do trabalho, o que fez como que os trabalhadores passassem a atuar em múltiplas atividades econômicas. Tal

fenômeno passou a ser chamado "pluriatividade".

Para os autores, a atenção recebida pelo setor rural, também, abriu espaço para o debate a respeito de outras nuances de seu desenvolvimento. Esse é o caso do aumento do número de trabalhadores especializados e qualificados nos novos nichos da produção rural. Além disso, algumas atividades, antes só executadas no meio urbano, passaram a ganhar espaço no meio rural, como é o caso do turismo. Para os autores, os efeitos positivos da evolução rural foram possibilitados por investimentos em infraestrutura, comunicações e acesso a distintos bens e serviços, cenário ideal para a formação de novas redes de produção.

Schneider et al. (2010) explicam que o desenvolvimento rural possui complexidade e integralidade que envolvem diversos aspectos relevantes para a economia do setor, como a agricultura familiar, características naturais, produtos e serviços oferecidos não apenas nos mercados locais, mas, também, fora deles.

Para os investidores, a pluriatividade representou vantagens para o funcionamento das atividades nos setores rural e urbano. Silva e Grossi (2001) apontam que a possibilidade de escapar dos tipicamente altos custos da vida urbana (e.g. custos de aglomeração e outras externalidades negativas) representava um maior estímulo ao investimento no setor rural, até para a realização de atividades não-rurais. A valorização da cultura sertaneja e as belezas ecológicas dos territórios rurais culminaram em um desenvolvimento mais intenso do turismo, abrindo novas oportunidades de empreendimento.

Para Nordhaus e Tobin (1972), muitas das externalidades negativas oriundas do crescimento econômico estão conectadas à urbanização. Historicamente, tais saltos de crescimento vêm acompanhados de grande êxodo populacional, partindo do trabalho rural para a indústria urbana. Apesar de seus efeitos negativos, tal deslocamento possibilitou que uma parcela cada vez maior da sociedade pudesse desfrutar dos avanços tecnológicos.

Silva e Grossi (2001) explicam que a partir dos estímulos destinados ao campo surgiram mais vantagens para os trabalhadores rurais – especialmente os de menor renda – como maior empregabilidade. Outros estímulos à habitação ou permanência no meio rural incluíam: o desenvolvimento da infraestrutura de transportes, o menor custo de vida e de habitação e a crescente disponibilidade de bens e serviços públicos. Além disso, como mencionado, a valorização da cultura sertaneja e o desenvolvimento do turismo ecológico contribuíram para o aumento nos investimentos e do emprego no meio rural.

A estrutura produtiva recente do setor rural foi intitulada de "Novo Rural" por Silva e Grossi (2001). Os autores dividiram o setor em agropecuária moderna, atividades não-agrícolas e novas atividades agropecuárias. Tal mudança foi gerada a partir do aumento do contato com o meio urbano, por meio do qual herdou características de diversos setores. A penetração do setor urbano acabou atraindo novos agentes, que passaram a reduzir o rural a um papel mais secundário.

Nordhaus e Tobin (1972) argumentam que os ganhos realizados no setor urbano talvez sejam uma forma de compensação devido aos problemas relacionados com a ha-

bitação e trabalho neste setor. Esta visão fortaleceu o debate acerca da sensibilidade dos índices que mensuram a concentração de renda e as especificidades de cada subgrupo (rural e urbano) para a composição da concentração de renda total.

Para Silva e Grossi (2001), o êxodo rural-urbano do século XX aprofundou as diferenças entre as trajetórias distributivas setoriais e mudou a forma como a distribuição de renda se comporta no espaço. Isso abriu caminho para estudar a evolução da distribuição de renda em um contexto de mudanças no desempenho econômico nos meios rural e urbano.

Hoffmann e Duarte (1972) afirmava que a melhora dos indicadores sociais dependiam da velocidade do desenvolvimento da distribuição de renda, de tal forma que distribuições estáveis ao longo do tempo tendem a resultar em uma estabilidade dos indicadores sociais. Um exemplo disso seria a constatação de não alteração da distribuição fundiária ao longo do século XX (HOFFMANN; DUARTE, 1972). Sua conclusão seria a de que jamais se alcançará mudanças nas estruturas fundiárias sem que haja uma reforma agrária. A estagnação dos indicadores de concentração de renda e fundiária nos anos 1960 e 1970 evidenciava os desafios (econômicos e sociais) para a reversão do histórico de profunda desigualdade que marcava o processo de industrialização brasileiro da época.

Citando Furtado (1976), Hoffmann e Duarte (1972) apontava para a inviabilidade de o país ter uma estrutura democrática e igualitária baseado naquela dinâmica econômica concentradora, em um movimento que negligenciava a importância da pequena propriedade (diferentemente dos EUA, que se basearam na propriedade familiar), tornando o investimento algo privativo a grandes detentores de renda e de terras para cultivo em larga escala. A terra era inacessível para a grande maioria da população, já que a massa trabalhadora era constituída de camponeses ex-escravos. A libertação destes escravos não trouxe mudanças significativas do ponto de vista da estrutura distributiva do país, tampouco na forma de organização produtiva.

Ao se comparar as diferenças entre o desenvolvimento da estrutura fundiária brasileira e o da norte-americana, Hoffmann e Duarte (1972) apresenta as razões pelas quais a forma de desenvolvimento territorial brasileiro foi impeditiva para se alcançar uma igualitária distribuição de poder e renda ao longo das regiões geográficas. Uma das principais causas? A expressiva e persistente concentração fundiária. Portanto, o aumento da desigualdade nas décadas de 60 e 70, apenas reforçou a situação distributiva já preocupante no país.

Negando a nomenclatura 'milagre econômico' para os 1960, Hoffmann e Duarte (1972) argumenta que, apesar de 'algum crescimento ser melhor do que nenhum', talvez não se tenha percorrido o crescimento ideal vis-à-vis à situação preexistente das estruturas distributivas econômico-sociais brasileiras, com destaque especial para a concentração fundiária. A realidade é que esse contexto pouco se alterou até os anos 1990.

Para Schneider et al. (2010), o retorno do Brasil ao regime democrático no final dos anos 1980 imputou novas formas ao desenvolvimento rural. Tais mudanças servi-

ram como suporte para o resgate da estabilidade macroeconômica, após longos períodos de hiperinflação. Sucessivas políticas de aumento do salário mínimo estimularam o consumo dos assalariados, que passavam a consumir mais produtos agrícolas, especialmente alimentícios. A agricultura de pequena escala não só foi estimulada por tais políticas, como também pelos movimentos do sentido de algum avanço em direção a uma reforma agrária, ainda que distante de um modelo que descontasse o poder sobre a propriedade no campo. Muitos investimentos rurais passaram a receber crédito e seus trabalhadores também contavam com maior poder aquisitivo.

Helfand, Rocha e Vinhais (2009) demonstram que, no decênio entre 1995 e 2005, os índices rurais de pobreza e de desigualdade de renda (índice de Gini) foram reduzidos, respectivamente, em 16% e 5,1%. Schneider et al. (2010) atribui a redução da desigualdade ao interesse dos agentes públicos na agenda rural. Para os autores, tais objetivos foram alcançados por meio das políticas de redistribuição de renda e de formação de postos de trabalhos rurais formais.

Para Abramovay e Morello (2010), o desenvolvimento rural ocorreu concomitantemente à distribuição progressiva da renda. As transferências de renda (nomeadamente o PBF, o BPC e a aposentadoria rural) e o aumento da demanda por trabalho qualificado no campo são meios pelos quais esse fenômeno ocorre. Para Helfand, Rocha e Vinhais (2009), a queda na concentração de renda do trabalho foi responsável por uma redução de 60% no coeficiente de Gini entre 1998 e 2005. Os 40% restantes podem ser atribuídos à queda na concentração das rendas provenientes de transferências governamentais.

Para melhor entender os movimentos recentes da desigualdade de renda corrente segundo situação de domicílio dos entrevistados, a próxima seção apresente alguns dados introdutórios acerca da massa de renda da PNAD-C, da população, dos rendimentos médios e da composição das fontes de renda para o rendimento total por subgrupo.

Reconhece-se, assim como aponta Hoffmann (2020), que "a classificação em agrícola ou não agrícola não deve ser confundida com a distinção entre rural e urbano." Como alerta o autor, o "trabalhador rural" é aquele que trabalha no cuidado de plantações e rebanhos. Porém, ao se usar a localização do seu domicílio (rural ou urbano), o que se tem é um "trabalhador residente em área rural", e não um "trabalhador rural". Assim, para ele, se o objetivo é entender a desigualdade de renda que leve em conta o "trabalhador rural", deve-se considerar de fato aqueles trabalhadores ocupados em atividades da agropecuária. No entanto, o objetivo desse Capítulo vai além da renda do trabalho e, portanto, optou-se pela utilização do recorte definido pelo IBGE de localização dos domicílios, uma vez que a proposta é mensurar a desigualdade de renda corrente oriunda de todas as fontes possíveis de serem captadas pela PNAD-C, bem como sua apropriação segundo a localização dos domicílios.

2.3 PERFIL DA RENDA CORRENTE E A SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS

Esta seção destina-se à análise do crescimento da Renda de Todas as Fontes (TOD), que engloba a Renda Efetiva do Trabalho (TRB), a proveniente de Aposentadorias e Pensões (A&P), a oriunda de Programas Sociais Governamentais (PSG) e as Outras Fontes de Renda (OFR) - detalhadas em seção anterior. As estimativas para o somatório das rendas foram obtidas por meio aplicação dos pesos amostrais e dos deflatores específicos para a PNAD-C, disponibilizados pelo IBGE e constantes dos próprios microdados, para converter os valores nominais estimados nos trimestre em reais do mesmo ano correspondente. Posteriormente, os valores também foram deflacionados para 2019 por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Nesta seção serão apresentados os resultados encontrados para o perfil da renda brasileira sob o recorte rural e urbano e fontes de renda selecionadas. Esta análise é importante para entender, posteriormente, o comportamento dos coeficientes intra-subgrupos e de decomposição que serão apresentados nas seções seguintes. Entender o peso de cada subgrupo na distribuição total, tal como seu comportamento frente as alterações de fase no ciclo econômico recente, pode ser de fundamental importância para entender determinadas alterações a serem detectadas nas trajetórias dos distintos subgrupos. A análise da evolução da renda real, da sua participação e da população será dividida segundo os subgrupos selecionados, definidos enquanto critério de transversalidade que conforma as desigualdades, em sua definição ampla, discutida anteriormente.

A análise prosseguirá avaliando as trajetórias das variáveis para o Brasil e comparando-as com sua trajetória nos subgrupos selecionados. Neste Capítulo, tais subgrupos são os definidos pela situação do domicílio - rural ou urbano. Em seguida, as fases do ciclo serão estudadas para que se possa observar a diferença de seus impactos na estrutura distributiva. As três fases do ciclo identificadas são: 2012 a 2014 (desaceleração do crescimento), 2015 a 2016 (crise) e 2017 a 2019 (lenta recuperação dos níveis de crescimento). Busca-se entender como cada um desses momentos econômicos afetou a evolução da contribuição dos subgrupos territoriais e das fontes de renda para o total da desigualdade brasileira, mensurada pelo índice de Gini.

2.3.1 Massas de renda e participação segundo fonte de renda.

A análise da massa de renda, apresentada na Tabela 2.2 demonstra, inicialmente, que a Renda de Todas as Fontes aumentou em 9% entre 2012 e 2014, em termos reais. Dentre seus componentes, a Renda do Trabalho cresceu 10,8%, Aposentadorias e Pensões cresceu 8,7%, Programas Sociais Governamentais, 15,4% e Outras Fontes de Renda apresentaram uma queda de 23,6%. Estas últimas, foram as únicas que perderam participação entre 2012 e 2014. Esse movimento refletiu uma melhoria das condições do mercado de

trabalho, a despeito da desaceleração da atividade produtiva.

Tabela 2.2: Renda real (a preços de 2019) por fontes de renda.

Fonte	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Montante (R\$ bilhões)								
TRB	189,7	200,1	210,2	199,6	208,1	208,8	218,5	221,4
A&P	48,4	49,1	52,6	50,8	52,4	54,9	59,6	60,3
PSG	3,9	4,3	4,5	4,4	4,6	4,5	4,7	4,9
OFR	14,0	13,1	11,6	13,1	13,6	14,9	15,7	15,9
TOD	255,9	266,7	279,0	267,9	278,8	283,1	298,5	302,5
Distribuição (%)								
TRB	74,1	75,0	75,4	74,5	74,7	73,7	73,2	73,2
A&P	18,9	18,4	18,9	19,0	18,8	19,4	20,0	19,9
PSG	1,5	1,6	1,6	1,6	1,7	1,6	1,6	1,6
OFR	5,5	4,9	4,2	4,9	4,9	5,3	5,2	5,3
Total (%)	100,0							

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

A segunda fase do ciclo, entre 2015 e 2016, refere-se ao período de crise. Nesse momento, tem-se reduções em todas as fontes de renda entre 2014 e 2015. A massa de Renda de Todas as Fontes sofreu redução de 4%, a Renda do Trabalho caiu 5%, a renda de Aposentadorias e Pensões reduziu-se em 3,4% e a renda dos Programas Sociais Governamentais diminuiu 2,22%. Contrariando as outras trajetórias, o montante proveniente de Outras Fontes de Renda aumentou 12,93%. Percebe-se que a maior queda ocorreu, em termos reais, na Renda do Trabalho, mostrando que o mercado de trabalho é sensível e apresentou um comportamento pró cíclico em 2015.

Já entre 2015 e 2016, a massa de rendimento do trabalho voltou a crescer 4,3%. As rendas de Aposentadorias e Pensões aumentaram 3%, a renda de Programas Sociais Governamentais, 4,5% e as Outras Fontes de Renda, 3,8%. A Renda de Todas as Fontes apresentou uma variação positiva 4%. Percebe-se que, mesmo com o agravamento da crise a renda real de todas as fontes se ampliou.

Entre 2017 e 2019, período de lenta recuperação da atividade econômica, a massa de Renda de Todas as Fontes cresceu 6,85%. Tal performance foi menor do que a verificada na fase de desaceleração do crescimento, mas ainda maior do que a da época de aprofundamento da crise. Dentre as distintas fontes, a Renda do Trabalho cresceu 6% (menor que na primeira fase). A renda de Aposentadorias e Pensões cresceu 9,8% (maior que na primeira fase). A renda oriunda dos Programas Sociais Governamentais aumentou 8,88% (pouco mais que a metade do verificado na primeira fase). Outras Fontes de Renda aumentou apresentaram crescimento de 6,71%. Diferentemente do período 2012-2014, esta fonte apresentou comportamento inverso - aumentando e não diminuindo.

Com o advento da Reforma Trabalhista em 2017, mesmo havendo um aumento real

significativo da Renda do Trabalho e de Aposentadorias e Pensões, o comportamento da variável Outras Fontes de Renda permaneceu aumentando. É razoável afirmar que, com a flexibilização dos direitos trabalhistas, muitos agentes se viram sem escolha senão se submeter a formas informais de obtenção de renda, não regidas por legislação trabalhista específica, o que pode implicar situações em que se garante recursos suficientes para a reprodução da vida material.

Percebe-se, também, a importância de se estudar as fases do ciclo. Nota-se que, mesmo após sair da fase mais profunda, os três anos que se sucederam à crise não foram suficientes para trazer aos níveis anteriores a massa de renda real.

Analisando a evolução acumulada ao longo de todo o período (2012-2019), a massa de Renda de Todas as Fontes obteve um aumento real de 18,2%. A Renda do Trabalho aumentou 16,7%, a renda proveniente de Aposentadorias e Pensões aumentou 24,6%, o montante destinado a Programas Sociais Governamentais cresceu 25,4%. Outras Fontes de Renda teve acréscimo de 13,6%. Portanto, as fontes de renda mais afetadas no período como um todo foram aquelas não relacionadas à proteção social.

Analisando a porção inferior da Tabela 2.2, em que se apresenta a evolução da distribuição do montante de renda entre as fontes, observam-se as tendências de redução da participação da Renda do Trabalho. Entre 2012 e 2018, esta caiu 0,9p.p.. As fontes de renda cujas participações aumentaram foram as referentes a Aposentadorias e Pensões – que aumentaram 1p.p. – e aos Programas Sociais do Governo, com aumento de 0,1p.p.. As rendas que compõem o agregado Outras Fontes de Renda sofreram uma redução de 0,2p.p.. Tais mudanças podem apontar para uma lenta deterioração do acesso à Renda do Trabalho no país, acompanhada de aumento da relevância da proteção social para a sustentação da renda, especialmente em momentos de crise.

A participação das Outras Fontes de Renda (OFR) no total da massa de renda - que incorpora as fontes Aluguéis e Arrendamento, Seguro-desemprego e Seguro-defeso, Pensão Alimentícia, Doações em Dinheiro, Rendimentos de Caderneta de Poupança e Parcerias, Direitos Autorais e Exploração de Patentes - para a composição da renda dos agentes vinha caindo desde 2012. O movimento de queda estancou-se em 2014, tornando a subir a partir de 2015, apontando para uma tendência de aumento do peso relativo da renda do não-trabalho.

O aumento do desemprego e a piora das condições no mercado de trabalho, decorrentes da desaceleração econômica e da crise iniciada em 2015, trouxeram estímulos para que os agentes buscassem informalmente sua participação na distribuição de renda ou apenas evitassem reduzir seus níveis de padrão de vida. Além disso, o aumento da participação da renda dos Programas Sociais Governamentais também pode sinalizar uma maior necessidade da população, cada vez mais impossibilitada de participar do mercado de trabalho, de recorrer aos benefícios sociais para garantir o sustento de suas famílias.

2.3.2 População/declarantes por fontes de renda

A população aqui estudada refere-se a todas as unidades da população que declararam receber qualquer tipo de renda (TOD maior que zero), portanto apenas pessoas que receberam renda maior que zero foram contabilizadas, podendo ter recebido de mais de uma fonte. A quantidade de pessoas que recebe Renda de Todas as Fontes corresponde ao total populacional de declarantes considerados nesse trabalho. Dado que muitas pessoas podem receber mais de um tipo de renda, em simultâneo, estas poderão ser contabilizadas duas ou mais vezes. Portanto, o somatório de unidades receptoras em cada fonte de renda pode não deve ser igual à população da Renda de Todas as Fontes.

Tabela 2.3: Quantidade de recebedores por fontes de renda - em milhões de habitantes

Fonte	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TRB	84,6	86,2	87,6	87,5	86,7	86,4	87,5	89,9
A&P	26,4	26,6	27,6	27,7	28,4	29,0	30,4	30,7
PSG	12,4	12,7	12,6	12,2	12,7	12,3	12,8	13,0
OFR	11,7	11,4	10,6	11,4	11,2	11,8	12,2	12,6
TOD	118,8	120,8	122,8	123,3	123,8	124,1	126,4	129,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

A Tabela 2.3 disponibiliza os totais populacionais referentes àqueles que recebem renda corrente na PNAD-C em todo o Brasil. A trajetória da população brasileira que recebe Renda de Todas as Fontes (TOD) aumentou de forma linear entre 2012 e 2014, em 2 milhões por ano (1,7% a.a.). Apesar de ter sofrido queda real nos seus montantes de renda em 2015, a população com renda não diminuiu em 2015 - entre 2014 e 2015, crescendo apenas 0,4%. Em 2016 repetiu esse desempenho, aumentando apenas 0,4%, o que pode demonstrar um processo de estancamento na entrada de novas pessoas com algum tipo de rendimento na população que participa da distribuição de renda corrente.

Esse fato, junto à queda do montante de renda no período, reforça-se que, além dos efeitos adversos sobre a quantidade de novos entrantes no mercado de trabalho, a renda média auferida foi reduzida. Infere-se que o cenário econômico negativo impediu a população total da distribuição de renda corrente da PNAD-C de crescer devido às causas negativas do cenário econômico adverso, como, por exemplo, devido ao aumento do desemprego, que não apenas retira muitos da distribuição, como também impede boa parte dos novos entrantes, devido ao aumento da concorrência entre os que buscam uma ocupação.

Em 2017, o crescimento da quantidade de pessoas com renda na PNAD-C foi de apenas 0,24% em relação ao ano anterior. Como 2017 é o ano do início da nova fase do ciclo (lenta recuperação), era de se esperar que, em 2018 e 2019, os crescimentos populacionais fossem mais intensos. Isso se confirma ao analisar o ano de 2018, quando se observa um aumento de 1,85% - um crescimento 7,7 vezes maior que o verificado no ano anterior. Em

2019, a trajetória de recuperação das boas taxas de crescimento da população com de renda continua crescendo, um aumento de 2,4% em relação a 2018.

As taxas verificadas no período de lenta recuperação (2017-2019) mostram uma mudança de trajetória que poderia indicar que o crescimento da população que participa da distribuição de renda contribuiria para reduzir as desigualdades. As taxas de crescimento foram maiores do que as verificadas no período pré-2015. No entanto, é importante avaliar com cautela esse processo para avaliar se este crescimento de pessoas com renda pode contribuir para a redução da desigualdade. Em outras palavras, as questões são: essas pessoas entram em que parte da distribuição e qual sua fatia apropriada?

Analisando separadamente as fontes de renda, a quantidade de pessoas com Renda do Trabalho aumentou 3,6% até 2014. Em 2015, apresentou mudança de trajetória, deixando de crescer significativamente. Em relação ao ano anterior, em 2015 o número de pessoas com Renda do Trabalho reduziu-se em 0,11% e continuou diminuindo em 2016 (-0,9%) e 2017 (-0,3%). Em 2018, a quantidade de pessoas com renda do trabalho se recupera (+1,3%) em relação ao ano anterior e permanece crescendo mais 2,7% até 2019. Percebe-se que, após 2017, ano da Reforma Trabalhista, o número de recebedores de renda do trabalho aumentou, principalmente quando comparado à trajetória anterior à crise. Porém, novamente, isso deve ser visto com cautela, justamente por ser necessário avaliar se essas ocupações remuneradas adicionais contribuem positiva ou negativamente para a concentração de renda.

A trajetória das Aposentadorias e Pensões é peculiar, pois a quantidade de unidades recebedoras aumentou significativamente, como, também, esse aumento se mostrou sustentado ao longo da série. Concomitante às desacelerações no crescimento da quantidade de unidades recebedoras de Renda do Trabalho, o crescimento total de Aposentadorias e Pensões foi de 4,5% entre 2012 e 2014. Em 2015, o ritmo de crescimento diminuiu (+0,4%). Em 2016, o aumento foi de 2,5% e, em 2017, cresceu 2,11% em relação ao no anterior. Em 2018, o crescimento mais que dobrou, taxa de 4,8%. Em 2019, o ritmo desacelera (1%).

Entre 2012 e 2019, a população total com renda aumentou 8,9%. Este aumento foi maior do que o verificado para quase todas as fontes de renda, individualmente, por conta do crescimento da população da fonte Aposentadorias e Pensões, cujo aumento foi 16,3%, refletindo o envelhecimento da população participante da distribuição de renda. O aumento expressivo da população que recebe A&P foi acompanhado por aumentos significativamente menores de pessoas com Renda do Trabalho, cujo número de unidades recebedoras aumentou em apenas 6,3%.

Pessoas com renda de Programas Sociais do Governo aumentaram 4,83% entre 2012 e 2019. Tal desempenho pode apontar para insuficiência de cobertura da proteção social nos momentos mais críticos da crise, decorrente de uma postura fiscal rígida que pode contribuir para agravar segurança monetária dos domicílios situados nos primeiros décimos da distribuição. A trajetória populacional desta fonte de renda oscilou em termos de taxa

de expansão ao longo do tempo, havendo anos em que houve redução na quantidade de recebedores - algo não visto na Renda do Trabalho nem nas Aposentadorias e Pensões.

A quantidade de declarantes de Outras Fontes de Renda aumentou 7% no período, ritmo mais acelerado que aquele observado para Renda do Trabalho, o que pode apontar para uma tendência de deterioração das condições no mercado de trabalho e de perda de importância dessa fonte para a composição da renda e da desigualdade. Assim como a renda de Programas Sociais Governamentais, a quantidade de declarantes desta parcela de renda oscilou significativamente ao longo do período. Entre 2012 e 2014, a quantidade de pessoas que receberam fontes alternativas de renda reduziu-se em 9,4%. Esta foi a única fonte de renda que reduziu a quantidade de recebedores no período. De 2015 para frente, gradualmente foi ganhando mais proeminência, aproximando-se dos valores observados para os Programas Sociais Governamentais.

O desempenho verificado para a quantidade de declarações de Outras Fontes de Renda mostra um caminho de recomposição da renda dos indivíduos. Cada vez mais recebendo renda proveniente de não trabalho, de transferências governamentais (programas sociais ou Aposentadorias e Pensões). Em suma, as unidades que compõem a distribuição de renda têm migrado para fontes alternativas de renda (não trabalho). Isso pode aparecer como forma de se proteger dos efeitos do cenário econômico adverso e das dificuldades enfrentadas para conseguir entrar e se manter no mercado de trabalho.

2.3.3 Rendimento médio por situação do domicílio

Esta subseção destina-se a analisar, a partir da Tabela 2.4, os rendimentos médios para cada fonte de renda, separados por situação de domicílio. Como disposto em parágrafo introdutório nesta seção, os dados foram deflacionados para 2019 e os pesos amostrais foram aplicados. Busca-se entender os efeitos das fases dos ciclos no crescimento real das diferentes fontes de renda nas duas localidades de habitação.

Inicia-se a análise pela Renda de Todas as Fontes, pois esta reflete o agregado da renda corrente média, captado pela PNAD-C, de cada subgrupo ao longo dos anos. Entre 2012 e 2014, observa-se que as rendas médias aumentaram progressivamente, tanto na zona rural (+9,37%), quanto na zona urbana (+5%). Percebe-se, neste primeiro momento, que o crescimento real da renda entre essas duas zonas estava atuando de forma a aproximar seus níveis médios, reduzindo a distância significativa entre eles.

Com o aprofundamento da situação econômica em 2015, o declínio da renda real afetou igualmente os níveis médios de renda - tanto no meio rural quanto no urbano, cujas quedas foram de 4,7% e 4,2%, respectivamente. Apesar dos efeitos similares sobre a distribuição, é importante salientar que uma queda de 4,2% no nível médio real da renda urbana tem um impacto absoluto significativamente maior do que a mesma redução no meio rural.

Após 2015, as rendas médias reais nas duas localidades (rural e urbana) voltaram a subir gradualmente até 2018. Apesar do baixíssimo crescimento na renda da zona rural

Tabela 2.4: Renda média (a preços de 2019) por situação de domicílio.

Setor	Ano	TRB	AEP	PSG	OFR	TOD
Rural	2012	1.206,01	1.112,72	285,11	674,58	1.128,61
	2013	1.248,78	1.149,05	314,05	756,75	1.167,57
	2014	1.330,40	1.180,58	342,71	745,82	1.234,43
	2015	1.259,04	1.145,29	325,52	729,89	1.176,15
	2016	1.278,69	1.163,77	325,65	747,96	1.180,11
	2017	1.308,28	1.207,94	327,77	722,46	1.201,81
	2018	1.368,65	1.227,07	321,33	759,01	1.239,41
	2019	1.316,51	1.200,30	317,46	707,12	1.198,93
Urbano	2012	2.375,66	1.971,00	327,59	1.249,42	2.314,50
	2013	2.460,57	1.992,50	349,32	1.194,22	2.377,94
	2014	2.534,79	2.042,96	361,86	1.142,18	2.430,84
	2015	2.412,64	1.962,84	376,43	1.188,90	2.328,35
	2016	2.538,85	1.971,84	376,92	1.260,88	2.416,75
	2017	2.543,89	2.020,12	383,53	1.315,33	2.441,16
	2018	2.628,22	2.093,11	390,85	1.334,21	2.528,83
	2019	2.590,22	2.104,30	397,56	1.305,51	2.500,78

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

em 2016 (0,3% contra 3,8% da zona urbana, uma relação de aproximadamente doze vezes menor). Conforme a crise foi sendo suavizada com a lenta recuperação de 2017, houve um movimento de reequilíbrio, quando se verificou um crescimento da renda no urbano urbano de 1%, enquanto, no rural, a taxa foi de 1,83%.

Observa-se que a renda média real rural teve um aumento real de 6,2% ao longo do período analisado (entre 2012 e 2019), enquanto a taxa de crescimento na zona urbana foi de 8,0%. Assim, aquele movimento inicial de aproximação entre as duas localidades, visto de um olhar mais geral não se confirmou no após crise de 2015-2016. Portanto, espera-se um aumento gradual da participação da zona urbana no total da renda em todo o período.

Sob a ótica das fontes de renda, as taxas de crescimento da renda no período 2012-2014 foram as seguintes: Renda do Trabalho (rural 10,3%; urbana 6,7%), Aposentadorias e Pensões (rural 6,1%; urbana 3,7%), Programas Sociais Governamentais (rural 20%; urbana 10,5%), e de Outras Fontes de Renda (rural 10,6%; -8,6%) durante o mesmo período.

Desse modo, observa-se que, durante esse período, a única fonte de renda que apresentou queda no poder de compra, até 2014, foram as Outras Fontes de Renda na zona urbana, que reduziu sua média real em 8,6%. Com a crise iniciada em 2015, seu desempenho parece ser o inverso do experimentado pela fonte Renda do Trabalho, podendo indicar um movimento de fuga para a renda informal na ausência de oportunidades de obtenção de renda no mercado de trabalho formal.

Como as outras fontes aumentaram, estabelece-se aqui mais uma evidência de movimento inverso das rendas auferidas por outras fontes, contra as rendas obtidas por meio do mercado de trabalho e transferências governamentais.

Viu-se, anteriormente, que a fonte Aposentadorias e Pensões tem ganhado grande proeminência na composição da renda durante o período selecionado. Analisando suas rendas médias reais nas zonas rural e urbana, a série inicia com a região urbana tendo uma renda média 77% maior do que a rural. Entre 2012 e 2014 as rendas reais médias das zonas rural e urbana cresceram 6,1% e 3,4%.

Mais uma vez, os únicos anos em que houve queda no poder de compra foram 2015 e 2019. Em 2015, essa fonte sofreu redução de 2,98% na zona rural, e de 3,92% na zona urbana. Já em 2019, na fase de lenta recuperação, as perdas da população vivendo no meio rural foram de 2,2%, sem perdas para a localidade urbana. Percebe-se que os movimentos negativos do aprofundamento da crise de 2015-2016 afetaram as distribuições e as séries de forma mais homogênea do que os impulsos de crescimento (2012-2014) e recuperação econômica (2018-2019).

Em 2014, a renda média de Programas Sociais Governamentais atingiu seu ápice na série rural, em R\$ 342,00. Tal fonte continuou crescendo continuamente até 2019 na zona urbana, atingindo R\$ 397,56, em 2019, valor 25,2% maior do que a verificada na zona rural. Mesmo com oscilações e reduções reais sofridas nos anos de 2015, 2018 e 2019, a renda média rural dos Programas Sociais Governamentais terminou o período 11,3% maior que em 2012, enquanto na zona urbana este incremento foi bem maior (21,4%).

Considerando que a fonte Programas Sociais Governamentais é geralmente direcionada para parcelas economicamente fragilizadas da população, estranha-se a trajetória da renda média de tais programas na zona rural. Um dos motivos é que o meio rural concentra boa parcela da população que tem como sua fonte de renda básica as aposentadorias rurais. No entanto, deve-se destacar que a elevação do rendimento médio real de programas sociais no meio rural tem a possibilidade de produzir ganhos mais elevados em termos de bem estar (olhando apenas para a dimensão monetária) ao garantir níveis básicos de subsistência nessas as áreas mais afastadas dos centros urbanos.

2.3.4 Participação no total da renda por situação do domicílio

A partir dos dados dispostos na Tabela 2.5, pode-se analisar a evolução da participação das zonas rural e urbana no montante de Renda de Todas as Fontes.

Como previsto a partir dos resultados dispostos em subseção anterior, detecta-se aqui uma redução da participação relativa do meio rural no total da renda, em detrimento das pessoas localizadas no meio urbano. Não apenas a participação no montante da renda por parte do rural diminuiu - o que poderia ser devido a um crescimento maior da zona urbana - como, também, os rendimentos médios rurais cresceram em ritmo mais lento que os da zona urbana (ver Tabela 2.4).

Iniciando a série, a participação urbana no total da Renda de Todas as Fontes

Tabela 2.5: Participação (%) das zonas de habitação no total da Renda de Todas as Fontes

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Setor	Rural	7,1	7,4	7,3	7,3	7,0	6,8	6,8	6,4
	Urbano	92,9	92,6	92,7	92,7	93,0	93,2	93,2	93,6
Brasil		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

situava-se em torno de 93%. Apesar do aumento de 0,3pp (ou 4,22%) na participação rural em 2013, em todos os outros anos os rendimentos no meio rural perderam ou mantiveram sua parcela no total da renda. De 2013 para 2014, a zona rural perdeu 0.1pp de participação. Manteve-se neste mesmo nível em 2015, tornando a cair em 2016 e em 2017, em 0.3pp e 0,2pp respectivamente. Em 2018, manteve-se aos mesmos níveis de 2017 (6,8% de contribuição), para então cair novamente em 2019, perdendo mais 0,4pp de participação.

Entende-se que após a crise de 2015, há uma brusca e acentuada perda de participação, da renda rural (cai quase 0.9 p.p. em 4 anos), até chegar em 2019 com apenas 6,4% de participação, valor 9,9% menor que 2012. Isso mostra que na crise recente, o setor rural se mostrou mais sensível e diminuiu os avanços que custaram décadas de desenvolvimento em apenas alguns anos de cenário adverso.

Quanto à evolução da participação da renda urbana no total, tem-se que: em 2013 a participação diminuiu 0,3p.p.. Essa pequena diminuição resultou em um aumento de participação mais intenso da zona rural (4,22%). A participação urbana aumenta até 2019, finalizando a série com participação de 93,6% da renda total, valor apenas 0,8p.p. maior que em 2012.

O perfil da distribuição de renda entre as duas zonas é claro: o meio urbano concentra quase toda a renda corrente do país (nas limitações da PNAD-C), atingindo mais de 92% durante todos os anos analisados. Isso significa que a renda urbana e seu comportamento individual tende a apresentar grande impacto para o comportamento do coeficiente de Gini brasileiro. Além disso, mudanças na desigualdade dentro da zona urbana têm muito mais poder de explicação para o comportamento do Gini nacional do que mudanças de mesmo impacto no Gini intra-rural.

2.3.5 Participação no total da renda por situação do domicílio e fonte de renda.

A Tabela 2.6 traz a composição relativa de cada uma fontes de renda por situação de domicílio. O intuito é analisar se o comportamento verificado para a zona rural para a Renda de Todas as Fontes (TOD) também se repete quando consideradas individualmente cada uma das fontes. A fonte de renda TOD, referente à Renda de Todas as Fontes,

corresponde à população total utilizada neste trabalho, portanto equivalem aos resultados da Tabela 2.5, aqui inseridos para facilitar a comparação.

Dentre todas as fontes de renda, a que possui maior peso relativo do rural em sua composição é a referente a Programas Sociais Governamentais. Isso é esperado pois a zona rural concentra parcela expressiva das pessoas em condição de pobreza (DEDECCA; NEDER, 2013). Em 2019, 23,5% dos benefícios governamentais cobertos pela PNAD-C foram pagos a habitantes de domicílios situados na zona rural.

A segunda fonte de renda mais impactada pela renda rural é Aposentadorias e Pensões. Iniciando a série representando 10% do total de benefícios pagos, no Brasil, começou a perder participação em 2014, mantendo-se relativamente estável até 2017. Em seguida, passou a perder participação nos dois anos seguintes. Terminando a série apenas com uma parcela 0.4pp. menor do total da renda de A&P - foi a que menos perdeu participação dentre todas as fontes estudadas.

Verifica-se que todas as trajetórias dos componentes da renda dos habitantes da zona rural são similares à trajetória geral da renda corrente encontrada na Tabela 2.5, ou na Tabela 2.6 para a Renda de Todas as Fontes (TOD). Pode-se questionar acerca da redução na participação dos rendimentos rurais ser devida a um crescimento das rendas na zona urbana em ritmo mais acelerado e a evolução dos rendimentos médios rurais frente ao desempenho no urbano demonstra isso.

Tabela 2.6: Participação relativa (%) das zonas de habitação segundo fontes de renda.

Fonte	Grupo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TRB	Rural	6,1	6,2	6,2	6,2	5,9	5,7	5,7	5,3
	Urbano	93,9	93,8	93,8	93,8	94,1	94,3	94,3	94,7
A&P	Rural	10,0	10,6	9,9	10,1	10,0	10,1	9,9	9,6
	Urbano	90,0	89,4	90,1	89,9	90,0	89,9	90,1	90,4
PSG	Rural	27,6	30,2	29,3	27,4	26,5	26,2	25,0	23,5
	Urbano	72,4	69,8	70,7	72,6	73,5	73,8	75,0	76,5
OFR	Rural	5,2	6,6	6,7	6,1	5,5	5,0	4,9	4,5
	Urbano	94,8	93,4	93,3	93,9	94,5	95,0	95,1	95,5
TOD	Rural	7,1	7,4	7,3	7,3	7,0	6,8	6,8	6,4
	Urbano	92,9	92,6	92,7	92,7	93,0	93,2	93,2	93,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Elaboração Própria

Entre 2012 e 2019, a participação do rural para a composição de todas as distintas fontes de renda reduziu-se sustentadamente. A perda de participação aconteceu principalmente na renda proveniente de Programas Sociais Governamentais, que reduziu o peso relativo em 14,9%. Isso pode trazer desafios para a redução da desigualdade, pois a alocação de renda em populações mais sensibilizadas deve ser prioridade para melhorar os indicadores de desigualdade e pobreza.

Neste mesmo período, a Renda de Outras Fontes no rural, também, sofreu forte redução de participação. Diminuindo 13,5% em relação a 2012, essa fonte aponta para um movimento de apropriação de renda cada vez mais concentrado e urbanizado. A Renda do Trabalho reduziu-se em 13,1%, enquanto Aposentadorias e Pensões reduziu-se em apenas 4%, apontando para além do envelhecimento no rural, também para a eficácia das transferências desse tipo de proteção social.

2.4 DECOMPOSIÇÃO POR FONTES DE RENDA: BRASIL

A partir da Tabela 2.7, observa-se a decomposição por fontes de renda para o Brasil como um todo, sem divisão por subgrupos. O Gini aqui decomposto é o *GiniZ* da Tabela 2.1 e Figura 2.1, isto é, o Gini Sintético obtido pelo método de Zenga (2013), utilizado para a decomposição cruzada por subgrupos populacionais e por fontes de renda.

Como introdução aos dados de decomposição por subgrupos e também de decomposição cruzadas por subgrupos e fontes de renda, foco da última seção desse Capítulo, serão analisadas as contribuições de cada uma das fontes de renda para a desigualdade brasileira. O objetivo é mapear com antecedência o comportamento das diferentes fontes diante da distribuição geral e diante das fases do ciclo econômico.

Tabela 2.7: Decomposição do Gini por fontes de renda.

Ano	Gini	Decomposição por Fonte				Contribuição (%)			
		TRB	AEP	PSG	OFR	TRB	AEP	PSG	OFR
2012	0,500	0,405	0,076	-0,008	0,027	80,9	15,3	-1,6	5,4
2013	0,496	0,408	0,074	-0,009	0,024	82,3	14,8	-1,9	4,8
2014	0,489	0,399	0,079	-0,009	0,020	81,6	16,1	-1,7	4,0
2015	0,485	0,391	0,081	-0,009	0,023	80,5	16,7	-1,9	4,7
2016	0,489	0,396	0,080	-0,009	0,022	81,0	16,3	-1,8	4,5
2017	0,493	0,395	0,082	-0,009	0,025	80,2	16,6	-1,9	5,1
2018	0,505	0,397	0,090	-0,009	0,027	78,6	17,8	-1,8	5,3
2019	0,507	0,397	0,092	-0,009	0,028	78,2	18,0	-1,7	5,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Elaboração Própria.

Com a análise da Tabela 2.7, percebe-se que o Gini sintético apresentava trajetória de queda desde 2012 até 2015, reduzindo-se 3% no acumulado do período. Percebe-se que 2015 foi o ano em que o indicador sentiu os últimos benefícios do crescimento e desenvolvimento que o Brasil vinha passando nas primeiras décadas do século XXI. Com a crise a trajetória de aumento da concentração de renda virou, novamente, uma realidade. Tal trajetória acabou por reverter a evolução de desconcentração da renda pela qual o país vinha passando desde 2001. De 2017 para 2018, o índice de Gini Sintético ultrapas-

saria o nível de 2012 (aumento de 2,43%), seguindo trajetória de aumento, com relativa estabilidade em 2019, ainda que em menor intensidade (0,39%), para esse indicador.

Esta análise inicial implica que se pode esperar um atraso nos efeitos das fases do ciclo na análise dos coeficientes de desigualdade. Nesta visão, as fases do ciclo parecem demarcadas como desaceleração do crescimento (2012-2014), crise (2015-2016), e lenta recuperação (2017-2019). O atraso parece ser de um ano, quando comparam-se dados anteriores. Portanto, a última fase do ciclo mostra efeitos apenas em 2019. Isso pode ser confirmado pois tal ano sofre uma suavização da trajetória de aumento da desigualdade.

Analisando a composição do Gini Sintético, observa-se que coeficientes positivos significam que tal fonte de renda contribui para aumentar o coeficiente total (regressividade), e negativos para diminuir (progressividade). Todas as fontes de renda contribuem para o aumento da desigualdade, com exceção dos Programas Sociais Governamentais. A Renda do Trabalho é a principal delas, em termos de regressividade. Sua contribuição ao longo do período girou em torno de 80%. Tal fonte iniciou o período sendo responsável por 80,9% das desigualdades de renda. Mantendo trajetória instável até 2016. A partir de 2017, esta fonte de renda foi recorrentemente perdendo participação na explicação da desigualdade.

Os motivos para a perda de participação da Renda do Trabalho na composição da desigualdade brasileira podem estar situados na degradação da Renda do Trabalho devido não só aos efeitos adversos do aprofundamento da crise por volta de 2015, como também aos efeitos adversos da aprovação da Reforma Trabalhista, o que configuraria um processo de nivelamento por baixo dos rendimentos do trabalho. Além disso, o acentuado desemprego e a dificuldade de conseguir empregos formais e com níveis mais elevados de salários fez com que a participação da massa de rendimentos do trabalho se reduzisse, de forma que parte da desigualdade explicada por essa fonte também perdesse relevância.

Seguindo a Renda do Trabalho, a renda referente às Aposentadorias e Pensões foi a segunda fonte que mais contribuiu para a composição da desigualdade. Por volta de 17% do coeficiente foi determinado por essa fonte ao longo do período estudado, mas sua trajetória visivelmente difere da verificada para a Renda do Trabalho. Apesar de algumas breves alterações de trajetória, a contribuição de tal fonte para a desigualdade aumentou 17,6% até 2019, representando a maior alteração em participação verificada para qualquer uma das fontes.

É possível inferir que a diminuição da representação da Renda do Trabalho, o aumento do número de pessoas aposentadas e pensionistas vis-à-vis o número de novas pessoas contratadas ou atuando no mercado de trabalho, a redução dos níveis salariais, dentre outros fatores, podem ter contribuído para o aumento da participação desta fonte de renda para a explicação da desigualdade. Seguindo a mesma linha de raciocínio, espera-se que a fonte Outras Fontes de Renda também tenha sofrido aumento com este movimento na economia, dado que esta engloba fontes de renda oriundas do não trabalho.

A contribuição por fonte de renda a ser analisada a seguir refere-se à dos Programas

Sociais Governamentais, constante da Tabela 2.7. Esta fonte tem comportamento peculiar dentre todas, pois é a única que possui coeficientes negativos. Isso significa que ela atua para melhorar a distribuição, diminuindo seus níveis. A contribuição dessa fonte de renda acontece no sentido de reduzir a desigualdade em torno de 1,8% ao longo do período. Começando com 1,6% negativos, sua contribuição oscilou ao longo das fases do ciclo, ora mais progressiva, ora menos. A contribuição progressiva mais alta atingida por essa fonte foi entre 2015 e 2017 - quando voltou a perder poder para reduzir a desigualdade até 2019. No final do período, a contribuição foi 6,25% maior do que a observada em 2012.

O aumento real ocorrido na contribuição da renda referente aos Programas Sociais Governamentais durante os anos de crise e no início da recuperação, reflete a importância dessa fonte de renda para atuar como um elemento anticíclico que auxilia a conter os aumentos da desigualdade em momentos em que o dinamismo econômico afeta negativamente outras fontes. Em síntese, tais programas sociais podem auxiliar a conter processos de aumento da desigualdade em cenários de crise. Posteriormente, na decomposição cruzada por subgrupo e fonte de renda, será possível também saber em que subgrupos aquelas fontes de renda possuem efeitos mais significativos da desigualdade, possibilitando uma alocação ainda mais precisa da renda destinada a transferências governamentais.

Ainda na Tabela 2.7, pode-se notar o comportamento da contribuição das Outras Fontes de Renda para a desigualdade total ao longo do período estudado. A contribuição (regressiva) desta fonte no total do coeficiente girou em torno de 5% ao longo do período. Iniciando a série com uma contribuição para 5,4% do Gini total, passou a reduzir sua participação em 25,9% até 2014. Isso ocorreu na medida em que a contribuição da Renda do Trabalho aumentou seu peso relativo para explicar o Gini até 2014. Apesar do aumento de 17,5% em 2015 e da queda de 4,3%, em 2016, a série de aumentos sucessivos de participação que se seguiram partindo de 2016 trouxeram a participação das Outras Fontes de Renda de volta, em 2019, para o mesmo patamar contributivo encontrado em 2012 (5,4%).

É interessante observar que, na medida em que a Renda do Trabalho vai perdendo força e participação na renda total e na determinação da desigualdade, há um incremento equivalente e inverso na série relacionada às Outras Fontes de Renda. A piora das condições no mercado de trabalho e nos salários tem contribuído para que os rendimentos do não trabalho assumam uma posição de destaque no processo distributivo da sociedade.

Portanto, verifica-se um movimento muito nítido de diminuição da importância ou do peso relativo da Renda do Trabalho para a determinação da desigualdade geral. À medida que esta fonte perde importância, as fontes Aposentadorias e Pensões e Outras Fontes de Renda aumentam em suas contribuições regressivas, movimento apenas compensado pela manutenção estável de contribuição progressiva dos PSG. Os capítulos seguintes trabalharão as decomposições por subgrupos e também a decomposição cruzada por fonte de renda, analisando como a desigualdade se deu sob a ótica da situação dos domicílios.

2.5 DESIGUALDADES INTRA-SUBGRUPOS

Conforme especificado no fim da seção anterior, serão analisados nesta seção os coeficientes de desigualdade de Gini intra-subgrupos. Serão mensurados coeficientes de desigualdade de Gini separadamente para as zonas rural e urbana. Assim, a análise considera a desigualdade da distribuição individual dentro de cada subgrupo - neste caso, a situação do domicílio.

A importância da análise da desigualdade dentro de cada local de habitação está no fato de se poder comparar o comportamento e as contribuições das distribuições das rendas urbanas e rurais para o Gini total do país, além de se compará-las independentemente. A decomposição a ser realizada na seção a seguir, mostrará as contribuições individuais das desigualdades dentro e entre as zonas rural e urbana para a desigualdade total do país. Em outras palavras, calcula-se o desempenho dos coeficientes para cada subpopulação ao longo do tempo, a partir do método empregado de Bhattacharya e Mahalanobis (1967).

Tabela 2.8: Índice de Gini intra-subgrupo (situação do domicílio) para a Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Setor	Rural	0,464	0,452	0,459	0,454	0,461	0,459	0,472	0,461
	Urbano	0,522	0,514	0,510	0,504	0,516	0,516	0,526	0,526
Brasil		0,526	0,518	0,514	0,509	0,520	0,520	0,531	0,529

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

Na Tabela 2.8 pode-se analisar os coeficientes de Gini intra-subgrupos, ou seja, calculados especificamente para a distribuição das zonas urbana e rural. Abaixo também se encontram os coeficientes correspondentes ao Brasil. Nota-se a proximidade do nível da desigualdade do Brasil com os níveis encontrados na zona Urbana. Isso acontece pois a zona urbana é responsável por grande parte da massa de renda total. Portanto, tem maior participação relativa na renda total do Brasil e sua influência para o comportamento do Gini total é maior. Isso faz com que os índices de desigualdade brasileiros assemelhem-se mais aos níveis e trajetórias pertinentes à esta zona.

A distribuição pertinente à zona rural é a menos desigual, com coeficientes que oscilam entre 0,452 e 0,472, enquanto coeficientes da zona urbana mantêm-se em torno de 0,510 e 0,526. Por ser uma zona mais pobre, espera-se que as rendas rurais gravitem mais intensamente em torno do nível de subsistência ou do salário mínimo, fazendo com que haja menos desigualdade do que nos centros urbanos, caracterizados por maior amplitude nas faixas de remuneração.

A trajetória do setor Rural oscilou bastante ao longo das fases do ciclo até o final da série. Observa-se que os valores mais altos foram registrados entre 2016 e 2019. Em 2018, ano em que encontra o período de recuperação lenta da economia, a crise de 2015 e 2016 ainda produzia seus efeitos nos coeficientes de desigualdade. Nesse ano, a distribuição

passou a ter seu valor mais alto (0,472), sendo 1,72% mais desigual do que 2012.

Em 2019, a desigualdade de renda na zona rural era apenas 0,6% menor que em 2012, significando que os períodos de crise vistos ao longo do ciclo podem ter sido compensadas de alguma forma, na fase de lenta recuperação. Alternativamente, pode-se argumentar que a distribuição de renda no meio rural se manteve inalterada ao longo de todo o período (olhando os extremos). No entanto, seria mais razoável dizer, inclusive, que a distribuição tenha o mesmo nível de desigualdade, mas, com níveis mais baixos de renda média ou, até mesmo, com piores condições de trabalho.

A evolução dos coeficientes correspondentes à zona rural não acompanham a trajetória observada para o Brasil. Em 2014, por exemplo, a desigualdade na zona rural aumentou em 1,54%, enquanto a desigualdade brasileira diminuiu 0,8%, ambos em relação ao ano anterior. Em 2017, o Gini rural diminuiu 0,4%, enquanto o Gini urbano e do Brasil permaneceram relativamente estáveis. Em 2019, acontece um fenômeno semelhante. O Gini urbano se mantém estável entre 2018 e 2019, enquanto o Gini rural reduz-se em 2,33%, a maior taxa de variação para um único ano ao longo da série. Isso fez com que o Gini brasileiro se reduzisse em 0,4%, a despeito da estabilidade do Gini urbano.

A análise da 2.8, também permite que se observe a trajetória do Gini urbano, que oscilou relativamente pouco, apresentando uma evolução em seus coeficientes que seguiu de forma pró-cíclica as três fases do ciclo econômico. Devido a ser a zona mais rica e concentradora de renda, espera-se que sua distribuição apresente níveis mais elevados que os observado para o rural.

Entre 2012 e 2015, o Gini urbano caiu progressivamente, totalizando uma redução acumulada de 3,44%. Em 2016, o Gini reverte sua trajetória e volta a subir 2,38%. Permaneceu relativamente estável até 2017 e tornou a subir novamente em 2018 (1,9%). Em 2019, parou de subir, permanecendo no mesmo nível (0,526).

O comportamento do Gini urbano seguiu a trajetória esperada e verificada também para total do Brasil. Diferentemente do Gini rural, a zona urbana teve seu Gini aumentado em 0,8% ao final do período, quando comparado a 2012.

A partir desta análise, conclui-se que o Gini intra-subgrupo do setor rural apresentou um comportamento diferente do verificado para o Brasil como um todo e para o meio urbano. Além disso, pode-se inferir que, como as populações situadas mais distantes dos centros urbanos/comerciais apresentam valores médios mais próximas do salário mínimo, isso pode contribuir para uma menor variabilidade em torno desse valor e uma menor concentração, verificada pelo índice de Gini mais baixo.

2.6 DECOMPOSIÇÃO: POR SITUAÇÃO DOMICILIAR

Esta seção destina-se à análise dos coeficientes resultantes da decomposição por subgrupos referentes ao recorte de situação do domicílio (rural e urbano). Desta forma,

será possível quantificar o quanto da desigualdade total do país é explicada pela desigualdade existente dentro das zonas urbana e rural, e o quanto é derivado das desigualdades entre ambas, ou pelas parcelas residuais do modelo, consideradas como unidades sobrepostas ou em sobreposição.

O método de decomposição utilizado para a análise de subgrupos é o de Bhattacharya e Mahalanobis (1967) - o mesmo utilizado para o cálculo dos Gini intra-subgrupo. O índice de desigualdade brasileiro (ou seja, a distribuição total) é dividida em três partes. Cada uma dessas partes/componentes foram denominados de: Dentro, Entre e Sobreposição e possuem uma determinada contribuição para explicar o coeficiente agregado (Brasil). Esses dados estão expostos na Tabela 2.9.

Tabela 2.9: Decomposição por situação do domicílio do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Setor	Dentro	0,423	0,413	0,414	0,409	0,420	0,423	0,431	0,434
	Entre	0,064	0,066	0,061	0,062	0,063	0,061	0,061	0,061
	Sobreposição	0,038	0,038	0,039	0,038	0,037	0,036	0,038	0,034
Brasil		0,526	0,518	0,514	0,509	0,520	0,520	0,531	0,529

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

Como pode ser difícil enxergar as variações centesimais ou decimais dos coeficientes, a Tabela 2.10 foi criada para dispor os resultados da decomposição em forma de evolução temporal, utilizando um número índice com 2012 servindo de base (2012 = 100). Isso permite uma avaliação das variações de cada componente ao longo das fases do ciclo, com maior detalhe. A Tabela 2.11 traz a evolução temporal da composição relativa do Gini. Ela foi pensada, a partir dos dados da Tabela 2.9, para facilitar a interpretação dos movimentos referentes às oscilações da composição.

Tabela 2.10: Evolução dos componentes da decomposição por situação do domicílio do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes (base: 2012 = 100).

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Setor	Dentro	100,0	97,7	97,9	96,6	99,3	99,8	101,9	102,6
	Entre	100,0	102,5	94,4	96,1	98,1	94,9	95,3	94,4
	Sobreposição	100,0	100,2	102,6	100,2	96,7	95,2	99,2	90,1
Brasil		100,0	98,4	97,8	96,8	98,9	98,9	100,9	100,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

Observa-se que os coeficientes de Gini para o Brasil acompanham a trajetória cíclica da seguinte forma: a desigualdade no país seguia uma trajetória declinante entre 2012 e 2015 (desaceleração mais um ano de crise); inicia uma trajetória ascendente entre 2016 e 2018 (um ano de crise mais dois de lenta recuperação), quando atinge seu maior

patamar em 2018; e da sinais de redução e/ou estabilidade em 2019, quando se observa uma ligeira melhora. De modo geral, o que se percebe é que a resposta do indicador de desigualdade à crise econômica se deu com um ano de defasagem, e sua resposta à lenta recuperação com 2 anos.

Analisando as fases do ciclo a partir dos dados contidos na Tabela 2.10, e tomando como base o coeficiente do ano de 2012 (2012 = 100), tem-se que a parcela do coeficiente representada pela desigualdade dentro dos subgrupos apresentou trajetória cíclica entre 2012 e 2015, quando começou a crescer continuamente até 2019. A trajetória da parcela Dentro manteve-se declinante até 2015, quando então voltou a subir. Portanto, estima-se que os efeitos da crise provocaram uma reversão da trajetória de diminuição da desigualdade e da relevância das desigualdades dentro dos subgrupos para a explicação da desigualdade total.

Tabela 2.11: Participação relativa (%) dos componentes da decomposição por situação do domicílio do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Setor	Dentro	80,5	79,9	80,6	80,3	80,8	81,3	81,3	82,0
	Entre	12,3	12,8	11,8	12,2	12,2	11,8	11,6	11,5
	Sobreposição	7,2	7,4	7,6	7,5	7,1	7,0	7,1	6,5
Brasil		100,0							

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

As unidades em sobreposição representam o resíduo visto na fórmula constante no Apêndice A para a decomposição de Bhattacharya e Mahalanobis (1967). Este resíduo diz respeito ao tamanho da sobreposição entre as duas distribuições, isto é, quantas pessoas do grupo A ganham mais do que o que menos ganha em um grupo B, e vice-versa. Altos níveis de sobreposição caracterizam a decomposição de forma a tornar mais complexa sua interpretação.

As unidades em sobreposição contribuíram pouco para a composição do coeficiente de Gini brasileiro entre 2012 e 2019, a partir desse recorte rural e urbano. Ao final do período, a contribuição da parcela residual da decomposição havia se reduzido em 9,7%.

A análise por situação de domicílio tem pouca sobreposição (representando 7,2%, em 2012, com queda de quase 10% até 2019). No que se refere à caracterização da composição da desigualdade para o total do Brasil, pode-se verificar na Tabela 2.11 que 80,4% da desigualdade nacional pode ser explicada pela desigualdade existente dentro dos subgrupos rural e urbano e, em proporção menor, pelas desigualdades entre eles (12,16%).

Infer-se que a desigualdade dentro do setor urbano é muito expressiva e, por possuir maior representação nacional no total da renda, explica muito mais as desigualdades no país do que as diferenças entre rural e urbano. Com base em 2012, o aumento da

desigualdade dentro dos subgrupos foi de 2,6%, enquanto a redução da desigualdade entre elas foi de 5,6%. O meio rural, por perder participação, explica cada vez menos a desigualdade geral do país, o que acaba refletindo da desigualdade encontrada no setor urbano.

2.7 DECOMPOSIÇÃO POR FONTES DE RENDA

A análise da decomposição cruzada por situação de domicílio e por fonte de renda pode ajudar a compreender a trajetória recente das duas localidades de habitação, assim como contribuir para se pensar uma melhor alocação dos recursos destinados às transferências e programas sociais governamentais, uma vez que se tenha como objetivo a redução da desigualdade entre e dentro delas. Tal método possibilita detectar não apenas onde se concentra a maior parcela explicativa da desigualdade total, como, também, pode-se avaliar qual fonte de renda atua como mecanismo progressivo (reduzir a desigualdade) ou regressivo (aumentar a desigualdade). A Tabela 2.12 traz os resultados desta decomposição. Neste Capítulo, o foco será analisar os dados da seção Contribuição da Fonte (%), que utiliza o total da Decomposição por Fonte como base para cálculo da sua contribuição relativa.

Tabela 2.12: Decomposição cruzada do Índice de Gini por situação do domicílio e por fontes de renda.

Zona	Ano	Decomposição por Fonte				Contribuição da Fonte (%)			
		TRB	A&P	PSG	OFR	TRB	A&EP	PSG	OFR
Urbano	2012	0,248	0,054	-0,002	0,015	49,6	10,9	-0,4	3,1
	2013	0,241	0,051	-0,001	0,013	48,5	10,2	-0,2	2,6
	2014	0,234	0,054	-0,001	0,010	47,9	11,1	-0,2	2,0
	2015	0,231	0,056	-0,002	0,012	47,6	11,5	-0,4	2,5
	2016	0,235	0,054	-0,002	0,011	48,1	11,1	-0,3	2,3
	2017	0,235	0,057	-0,002	0,014	47,7	11,6	-0,4	2,8
	2018	0,236	0,063	-0,003	0,015	46,7	12,5	-0,6	3,0
	2019	0,243	0,065	-0,003	0,016	48,0	12,8	-0,6	3,1
Rural	2012	0,157	0,022	-0,006	0,012	31,4	4,4	-1,3	2,4
	2013	0,168	0,023	-0,008	0,011	33,8	4,6	-1,7	2,2
	2014	0,165	0,025	-0,008	0,010	33,8	5,0	-1,6	2,0
	2015	0,160	0,025	-0,007	0,011	32,9	5,2	-1,5	2,2
	2016	0,161	0,025	-0,007	0,011	33,0	5,2	-1,5	2,2
	2017	0,160	0,025	-0,007	0,011	32,5	5,0	-1,5	2,3
	2018	0,161	0,027	-0,006	0,012	31,9	5,3	-1,2	2,4
	2019	0,154	0,027	-0,006	0,012	30,3	5,2	-1,1	2,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Elaboração Própria.

Analisando os coeficientes de desigualdade cruzada por situação de domicílio e fonte de renda calculados pelo método de Zenga (2013), tem-se que a contribuição das Rendas

do Trabalho de ambas as áreas é relativamente semelhante para explicar a desigualdade, especialmente levando-se em consideração a diferença no tamanho da população urbana. Na zona urbana, a Renda do Trabalho explica por volta de 47,5% da desigualdade nacional, enquanto na zona rural explica aproximadamente 33%. Temporalmente falando, a contribuição da Renda do Trabalho de ambas as localidades sobre a desigualdade total diminuiu 1,1pp e 1,6pp para o meio urbano e o meio rural, respectivamente.

A Renda de Aposentadorias e Pensões (A&P) tem comportamento diferente da Renda do Trabalho. Isso se deve ao fato de a renda de A&P aumentar a desigualdade nacional em mais que o dobro das renda dessa fonte no meio rural. Além disso, a contribuição aumentou ao longo de todo o período, saltando 1,9 p.p. Por sua vez, o setor rural saltou 0,8p.p., se distanciando ainda mais dos valores atingidos pela área urbana. Em 2019, a renda de Aposentadorias e Pensões da zona urbana contribuiu para 12,8% de toda a desigualdade nacional, enquanto a rural contribuiu com 5,2%, um valor 2,5 vezes maior, face a uma proporção também 2,5 vezes maior em 2012. Isso pode indicar que o aumento na participação das Aposentadorias e Pensões se deu de forma homogênea entre as zonas rural e urbana, não alterando, entre elas, a proporção dos resultados durante o período.

Diferentemente da análise regional, em ambas as situações do domicílio, o coeficiente de Gini é reduzido mediante um aumento nas transferências resultantes de Programas Sociais Governamentais. Conforme esperado, os efeitos de alterações na renda dessa fonte para reduzir a desigualdade são mais que o dobro quando os rendimentos são apropriados por pessoa residentes no rural, em comparação aos recursos destinados ao meio urbano. A diferença na contribuição para redução da desigualdade era muito maior no período pré-crise: em 2013, por exemplo, a contribuição da renda de PSG rural para a redução da desigualdade era 8,5 vezes maior do que a do PSG urbano. Já em 2019, a série termina com um efeito de apenas 1,8 vezes maior.

Em Outras Fontes de Renda, as rendas rural e urbana contribuem de forma semelhante para explicar a desigualdade, oscilando entre 2% e 2,4% no rural e 3,1% e 2% no urbano. Sua participação diminuiu para ambas as zonas até 2014, quando voltou a subir até 2019. Ao final do período, ambas retornam aos níveis de 2012.

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste Capítulo foi analisar a evolução da desigualdade de renda em sua dimensão transversal segundo um olhar para a situação dos domicílios no Brasil, ao longo do período de 2012 a 2019. Acredita-se que os dados apresentados permitem reflexões importantes quanto às reações e interações entre e dentro dos subgrupos frente as fases do ciclo econômico recente no país. Os dados provenientes da decomposição em subgrupos trouxeram informações relevantes sobre o perfil da renda e da desigualdade captados pela PNAD-C ao longo dos anos estudados.

Os dados provenientes da decomposição por situação de domicílio e fontes de renda refletem uma piora no processo de mitigação da desigualdade, especialmente após o aprofundamento da crise em 2015. Além disso, o rural tem perdido suas vantagens na redução da desigualdade através da renda de Programas Sociais Governamentais em benefício do setor urbano.

A composição da desigualdade parece ter mudado após a entrada na fase de crise, de forma que as desigualdades, antes em tendência de redução, passaram a dar lugar a uma trajetória de elevação da concentração de renda suavizada, apenas, em 2019.

Além disso, para todas as duas localidades houve uma perda no poder da Renda do Trabalho para explicar a desigualdade total, o que pode significar deterioração das rendas do trabalho, por meio de um nivelamento dos rendimentos por baixo, com maior protagonismo dos rendimentos oriundos da proteção social (A&P e PSG), que terminam servindo como um colchão amortecedor para os movimento de elevação da concentração de renda, especialmente quando se destinam às localidades onde se encontram parcelas expressivas da população mais vulnerável.

Não restam dúvidas de que os acontecimentos durante e após a crise de 2015 foram cruciais para a mudança na trajetória da economia e da desigualdade de renda, provocada em grande medida pela desestruturação do mercado de trabalho e da renda dele oriunda.

3 DECOMPOSIÇÃO REGIONAL

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste terceiro Capítulo é analisar a trajetória recente da desigualdade de renda corrente no Brasil a partir dos dados da PNAD-C sob a ótica macrorregional com base no índice de Gini.

O índice de Gini será decomposto em subgrupos populacionais das cinco macrorregiões geográficas brasileiras, de forma a possibilitar uma análise em separado e em conjunto da composição do coeficiente. Assim, mais uma vez, serão estudados como as oscilações econômicas afetaram, positiva ou negativamente, a desigualdade durante as fases do ciclo econômico entre 2012 e 2019. Além da decomposição por macrorregiões geográficas de Bhattacharya e Mahalanobis (1967), o coeficiente de Gini sintético de Zenga (2013) será decomposto por fontes de renda, e combinado por fonte e subgrupos. Tal decomposição cruzada permite a separação macrorregional dos efeitos de cada fonte de renda na desigualdade do país.

Nas próximas seções, será feito um resgate histórico acerca do desenvolvimento regional no Brasil e as desigualdades regionais. Na sequência, traz-se a composição populacional, montantes de renda e rendimentos médios dos subgrupos. Posteriormente, apresenta-se a desigualdade intra-subgrupos e a decomposição da desigualdade para avaliar o comportamento do indicador entre os subgrupos. Na última seção, a decomposição realizada de forma cruzada, por fontes de renda e por subgrupos populacionais.

3.2 DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A desigualdade regional há muito tempo é objeto de debate na literatura brasileira. Uma ênfase especial deve ser dada para a obra do professor Wilson Cano intitulada "Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil" que retrata o crescimento brasileiro enquanto um processo que se dá de forma majoritariamente concentrada, com ênfase para a performance do Sudeste frente às outras regiões (CANO, 1998)

Em boa parte da literatura sobre o tema, a industrialização aparece como um elemento que contribui positivamente para os níveis de crescimento e de desenvolvimento

econômico-social, de forma distinta dos outros setores produtivos (agricultura e serviços). Dentre os importantes papéis da indústria, está o de criar novas formas de quebrar paradigmas produtivos, alcançando níveis mais elevados de produtividade e, conseqüentemente, colaborando para saltos relativamente maiores do produto, quando comparada ao desempenho de setores menos intensos em tecnologia.

Mesmo quando ocorre em um território específico, como em uma macrorregião brasileira, o subseqüente efeito de encadeamento traz benefícios em termos de crescimento para os territórios adjacentes. No entanto, a depender das medidas governamentais adotadas – quer sejam direcionadas para apenas algumas regiões, com o intuito de estimular o setor tecnológico-industrial – entende-se que os territórios devem ser afetados diferentemente. O’Sullivan e Sheffrin (2003) explicam que a industrialização altera toda a organização da sociedade, que passa a se moldar às mais modernas formas de geração de riqueza, aliadas a padrões tecnológicos cada vez mais intensivos.

Araújo (1984) aponta que o Brasil herdou fatores oriundos da ocupação territorial que moldaram a evolução de seu desenvolvimento. Um destes fatores é o geográfico e está relacionado à preferência dos agentes pelas áreas litorâneas, conhecidas por propiciar melhor localização, mais opções de transporte de pessoas e mercadorias, melhor clima, condições de relevo, entre outros.

O entendimento quanto ao grau de heterogeneidade do processo de industrialização no Brasil pode dar pistas claras sobre quais regiões mais sofrem com a desigualdade de renda. As evoluções industriais heterogêneas pelo território (distribuição desigual da estrutura produtiva nacional) acabaram por provocar efeitos para a própria distribuição da produção e da renda dentro das macrorregiões. Essa argumentação auxilia o entendimento dos próprios dados da PNAD-C a respeito da desigualdade de renda corrente.

O crescimento resultante de processos de industrialização mais bem-sucedidos proporciona um aumento da renda que diferencia a região que o alcança, em termos de renda e riqueza, das demais regiões. Por fatores estruturais e pelo próprio funcionamento do sistema econômico, espera-se que as regiões menos desenvolvidas – ou que não apresentem as melhores condições para o recebimento dos estímulos industriais – tenham seu desenvolvimento mais estagnado, e que suas estruturas distributivas internas acabem por refletir a desigualdade de renda entre as macrorregiões.

A industrialização brasileira dependeu de grandes estímulos governamentais e investimentos de agentes externos. Estes agentes viam no Brasil diversas oportunidades de rentabilidade, como a mão de obra mais barata, o acesso facilitado a matérias primas com baixos preços, entre outros.

De um ponto de vista alocativo, existem diversas implicações resultantes da desigualdade regional impulsionada por estímulos públicos associados à industrialização. Os incentivos governamentais devem considerar as especificidades da distribuição nacional e das preferências dos investidores, para entender as áreas que mais precisam de estímulo. Na visão desenvolvimentista, seria responsabilidade do Estado prover um desenvolvimento

o mais igualitário possível, não sendo aceitável a exclusão ou diminuição da participação de quaisquer regiões por *policymakers*.

Tais elementos afetam a distribuição interna de renda e as diferenças no poder de compra, níveis de salários, oferta de empregos, acesso à infraestrutura e formação profissional e entre outros. Além disso, não se pode desconsiderar a existência de diferenças regionais de acesso a bens e serviços públicos, a programas sociais governamentais, à tecnologia e a inúmeras outras oportunidades para o aumento do bem-estar. Todos esses fatores, principalmente os referentes à desigualdade de oportunidades, colaboram para um aumento da desigualdade de renda em termos macrorregionais entre e dentro das próprias regiões. Isso deve ser analisado minuciosamente para que se entenda as necessidades e sensibilidades de cada uma das regiões por parte daqueles que são responsáveis por desenhar as políticas de incentivo.

Furtado (1976) afirma que a trajetória da industrialização brasileira foi regionalmente homogênea em sua fase inicial. Entre 1844 e 1910, a evolução industrial do Nordeste e São Paulo se assemelhavam, com seus mercados de trabalho em níveis similares. Portanto, é importante tentar entender quais fatores diferenciaram e em que momento os níveis de industrialização entre as regiões passaram a se diferenciar.

Furtado (1976) explica que a criação da Lei Alves Branco propulsionou a demanda por produtos nacionais, criando mais postos de trabalho, ainda na época da escravatura. Outro fator impedia o crescimento industrial no Brasil: o trabalho escravo. Carentes de conhecimento técnico, não recebiam nenhuma remuneração, razão pela qual jamais poderiam constituir uma demanda para os produtos produzidos internamente. Sua conclusão era a de que a ausência de demanda impedia o crescimento industrial, que precisava do assalariamento e do trabalho fabril para funcionar. As inovações legais para a gradual liberação dos escravos removeriam mais um empecilho ao desenvolvimento industrial nacional.

A partir da liberação dos escravos e sua posterior transformação em força de trabalho se deu concomitantemente ao aumento nas diferenças interregionais. Estava claro quais estados e regiões concentravam o aparato necessário em termos de vantagens comparativas para o direcionamento do crescimento econômico. Araújo (1984) aponta que, no Nordeste, o Rio Grande do Norte figurava em último lugar na quantidade de escravos, tendo apenas 2,7% do total de escravos da região. Os maiores detentores de escravos da região eram Bahia e Pernambuco. Portanto, vê-se que, até mesmo dentro das regiões, existem fatores estruturais que diferenciam a capacidade dos estados de absorver a totalidade dos benefícios e evoluções disponibilizadas pelo processo de industrialização.

Araújo (1984) também demonstra que, nos quinze anos que sucederam o movimento antiescravagista nacional, o número de escravos no Rio Grande do Norte caiu mais de 80%, enquanto Pernambuco e Bahia caíram pouco mais de 50%. Ao final deste processo, os maiores estados tinham uma força de trabalho escravo 19 e 35 vezes maior que a do Rio Grande do Norte. A tendência de concentração entre áreas e regiões que

reúnem aspectos estruturais propícios para tal pode atrapalhar a absorção dos estímulos produtivos por parte das regiões menos desenvolvidas.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, as configurações internacionais de comércio definitivamente mudaram para pior, e o Brasil teve que acelerar muito seu crescimento para garantir condições de prover as necessidades nacionais e compensar o esgotamento iminente do ciclo do café – sustentado sob um modelo escravagista e totalmente dependente das exportações, algo inaceitável para uma economia industrializada.

O declínio da economia cafeeira a partir do bloqueio à importação imposto pela Inglaterra – já que não era um produto essencial à subsistência – impulsionou o Brasil a reformular suas estruturas econômicas, acelerando o processo de industrialização a partir dos lucros acumulados pelo setor. Na análise deste processo, devem-se ter claras as diferenças competitivas regionais, buscando na acumulação anterior do ciclo cafeeiro e das exportações, as razões para o crescimento industrial posterior, que se manifestou desigualmente. Explicando fatores comparativos que podem diferenciar as distribuições em um mesmo território, Cano (1998) aponta para a relevância nacional do setor agrícola de São Paulo como fator concentrador do desenvolvimento industrial subsequente.

Para Cano (1998), os lucros provenientes da economia agrícola paulista foram essenciais para o processo de industrialização centralizadora. O autor defende que o desempenho do setor agrícola possibilitaria o investimento em capital industrial, se corretamente direcionado. Tendo em mente que o café representava aproximadamente 24% da produção agrícola nacional, é evidente que São Paulo e, conseqüentemente, a região Sudeste, teriam uma industrialização relativamente intensa e principalmente induzida pelo setor exportador cafeeiro.

São Paulo, por si só, concentrava 37,5% das indústrias nacionais antes da Grande Depressão de 1929. As outras regiões, consideradas periféricas, de desenvolvimento débil, não tiveram oportunidades de modernização e ampliação produtiva, tornando a indústria no Sudeste um polo concentrador, relegando as outras regiões a papéis econômicos meramente complementares (CANO, 1998).

Suzigan (1984) afirma que, na década de 1930, os efeitos avassaladores das crises (de 1929 e das exportações) na configuração econômica mundial fortaleceram a economia brasileira para o mercado interno e removeram a dependência que essa tinha das exportações. Entende-se, entretanto, que essa passagem ocorreu de forma sustentada e acelerada para aquelas regiões que acumulavam os maiores lucros da exportação cafeeira. Como o Sudeste, especialmente São Paulo, concentrava os lucros do café, outras regiões tinham que buscar novas alternativas de culturas e atividades para compensar as baixas acumulações e ter renda suficiente para acompanhar os investimentos necessários à industrialização. Além disso, com o declínio da economia cafeeira, São Paulo também passou a diversificar sua produção, fazendo com que algumas regiões tivessem suas vendas prejudicadas, principalmente o Nordeste.

Após a Grande Depressão, São Paulo se tornou o centro de tomada de decisões do

capital industrial brasileiro, com grande influência, não apenas no cerne das exportações como, também, por equilibrar sua produção entre o abastecimento do mercado externo e do interno. As vantagens desta região impossibilitaram as outras de alcançarem um crescimento autônomo e dinâmico.

A partir das ideias de Hirschman (1958), entende-se que outro fator que colaborou para a desigualdade regional entre Sudeste e Nordeste foi a baixa concentração de produções fabris nesta última região. Fortemente dependente do seu setor agrícola, o Nordeste não foi capaz de absorver, na mesma intensidade, os frutos provenientes da produção manufatureira voltada para a exportação. Comercializando primários, a forma de desenvolvimento das regiões periféricas, como o Nordeste, se mostrava antagônica ao crescimento e ao desenvolvimento industrial nacional.

Almeida e Araújo (2004) explicam que a forte desigualdade entre Nordeste e Sudeste influenciou o desenvolvimento regional brasileiro. As políticas de reversão da desigualdade regional de crescimento e os órgãos regionais de fomento (i.e. Superintendência de Desenvolvimento Econômico no Nordeste) foram criados ao longo das décadas de 1950 a 1990, sendo o apogeu de suas políticas na década de 1970.

Almeida e Araújo (2004) apontaram para a existência de pressões políticas, reivindicando a reversão do processo de concentração de renda nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, culminando em melhores condições fiscais para o investimento privado, especialmente de agentes estrangeiros. Isso acabou concentrando o poder decisório industrial da região em agentes externos ao país, prejudicando o acesso ao emprego e renda pelas populações das regiões Norte e Nordeste.

A criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no final da década de 1950, buscava solucionar o subdesenvolvimento da região através do estímulo ao investimento industrial. Para colocar os levantamentos realizados pelo GTDN em prática, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada. Tal órgão buscava reverter as desigualdades estruturais, que remontam à herança territorial e política do período colonial (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004).

Para Araújo (1984), o Nordeste pode ser interpretado como uma região de estruturas socio-econômicas resistentes que funcionam como pilares do funcionamento do sistema. Tais estruturas incluem formas arcaicas de poder e propriedade, que se traduzem em autoritarismo político e concentração de renda, respectivamente. Para a autora, a única forma de quebrar as estruturas do capital mercantil, mantidas pelas elites regionais, se daria por meio do crescimento do capital industrial.

Para Almeida e Araújo (2004), a criação da SUDENE foi importante na batalha contra as desigualdades regionais, pois buscava reverter as vantagens competitivas detidas pelo Sudeste, que crescentemente expulsava indústrias das outras regiões – especialmente do Nordeste. Estas não conseguiam manter o mesmo nível de preços ou competir por vendas, tampouco tinham condições de acompanhar a qualidade dos produtos sudestinos, assegurada pela maior incorporação tecnológica às fábricas.

Com base em Almeida e Araújo (2004), é possível concluir que, apesar de conseguir estimular a economia do Nordeste, a SUDENE falhou em quebrar paradigmas refletidos em seus indicadores de desigualdade, quais sejam: concentração de renda e propriedade, fome, miséria, pobreza, desemprego elevado, analfabetismo e mortalidade infantil.

Com o Plano de Metas de JK, a indústria do Sudeste foi muito estimulada durante toda a década de 1950 e em escalas muito maiores do que em outras regiões. Tal encadeamento aconteceu devido à sua estrutura pré-existente, que era diversificada e possibilitava que a região absorvesse os impulsos e oportunidades de forma muito mais intensa (CANO, 1998).

Cano (1998) explica que após o Golpe Militar, na metade da década de 1960, o Brasil passou por um processo de recuperação do crescimento, possibilitado pela expansão industrial, principalmente das indústrias de bens de consumo durável. Entretanto, como visto anteriormente, autores como Hammoud (2008) e Hoffmann e Duarte (1972) expõem que o crescimento durante o *milagre econômico brasileiro* acabou acentuando a concentração de renda.

Assim, é digno de nota a força do determinismo das estruturas pre-existentes na evolução futura de uma região: para Cano (1998), mesmo com o reconhecimento dos agentes, a criação de órgãos e de política regionais de incentivo ao desenvolvimento, o crescimento permaneceu concentrado em São Paulo até o início da década de 1970.

A partir da concentração regional, também percebe-se que o mesmo fenômeno ocorre entre os estados que compõem a própria região. Cano (1998) chama atenção para a concentração, entre os estados, dos efeitos dos programas de estímulo intra-regional. Infere-se que a absorção desigual de estímulos externos, ligada às estruturas pre-existentes, percorre caminhos semelhantes a partir da escala nacional para a regional, e a partir da escala regional para a estadual.

Investimentos realizados pelo Governo Federal no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 1975 e 1979, em setores industriais chave, foram orientados a seguir uma lógica territorial, de forma que a produção aconteceria onde seus insumos estivessem localizados. Assim, os impulsos ao crescimento e ao desenvolvimento industrial não seriam direcionados a uma região específica, algo inédito para a periferia regional Cano (1998).

Para Cano (1998), a década de 1970 foi caracterizada por uma desconcentração virtuosa, em que não só o crescimento de todas as regiões superava seus períodos anteriores, como também a periferia (todas as outras regiões que não o Sudeste) cresciam a taxas mais elevadas. O setor da economia que mais refletiu esse processo foi a indústria de transformação.

Na década de 1980, com o fim do regime militar, a diminuição do crescimento econômico e da produção industrial, e a explosão da dívida externa, o Brasil enfrentou problemas inflacionários de dimensões jamais vistas. O fato de São Paulo possuir o maior parque industrial fez com que o estado sofresse relativamente mais, acabando por gerar

um efeito desconcentrador (CANO, 2007).

Para o autor, a diminuição do processo de desconcentração deveu-se também ao desmantelamento dos órgãos de planejamento e desenvolvimento regional (como é o caso da SUDENE) e aos prejuízos fiscais federais. Estes, quando repassados aos governos estaduais, constituíam obstáculos ao crescimento econômico da periferia nacional. Investimentos no ramo eletrônico na Zona Franca de Manaus, aliados à queda da participação do Sudeste, impediram a concentração absoluta no Sudeste.

Portanto, durante a década de 1980 o Sudeste perdeu parte de sua vantagem sobre as outras regiões, em um contexto de prejuízos no agregado da economia nacional. Também nesta década houve uma desaceleração da industrialização.

Cano (2007) mostra, ainda, que a década de 1990 também apresentou pífio crescimento do PIB, com crescimento acumulado negativo em São Paulo, indicando continuidade do processo de desconcentração em favor do resto das regiões. Desdobramentos do cenário hiperinflacionário da década anterior pioraram a situação socio-econômica, que encontraria algum amortecimento apenas após o Plano Real. É a partir da análise histórica da concentração regional do crescimento do produto e da renda que se pode entender os efeitos esperados dos ciclos para os indicadores sociais de cada região.

Na década de 2000, mais precisamente após 2004, houve uma relativa recuperação do ritmo de crescimento econômico combinado a uma redução do desemprego, a uma elevação da renda média das famílias, com redução da desigualdade e melhora da distribuição pessoal da renda corrente (TROVÃO; ARAÚJO, 2019). Algumas políticas, em especial a de valorização real do salário mínimo e as de transferências diretas de renda (PBF) e de proteção social (nomeadamente o Benefício de Prestação Continuada), favoreceram o crescimento da renda nas regiões mais pobres do Brasil. Somada à elevação da renda, veio a expansão do consumo, alavancado pelo crédito destinado às famílias, e de alguns projetos de investimentos que favoreceram a região Nordeste. Assim, o processo de desconcentração produtiva e a redução das desigualdades intra e interregionais avançaram positivamente, ao menos até a crise da metade da década de 2010, quando a reversão desse processo de redução das desigualdades passou a ser a realidade do país como um todo (TROVÃO; ARAÚJO; MONTENEGRO, 2019).

3.3 PERFIL DA RENDA CORRENTE: MACRORREGIÕES

A presente seção visa analisar o crescimento da Renda de Todas as Fontes e seus componentes no período de 2012 a 2019. Utilizando-se o mesmo método empregado na análise por situação de domicílio, as estimativas para o somatório das rendas macrorregionais foram obtidas por meio da aplicação dos pesos amostrais e dos deflatores específicos para a PNAD-C, disponibilizados pelo IBGE e constantes dos próprios microdados, para

converter os valores nominais estimados em reais do mesmo ano. Posteriormente, os valores foram deflacionados para 2019 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

3.3.1 Rendimento médio por macrorregião geográfica

O percurso de análise do presente Capítulo pauta-se pela comparação dos dados de cada macrorregião (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) com os do Brasil, a partir de um olhar para o comportamento das variáveis estudadas ao longo das fases do ciclo. As três fases identificadas para o ciclo recente são: 2012 a 2014 (desaceleração do crescimento), 2015 a 2017 (crise) e 2018 a 2019 (lenta recuperação). Desse modo, busca-se entender como a distribuição de renda foi afetada entre as regiões durante os choques recentes. Inicialmente, procura-se descrever o comportamento dos rendimentos médios por fonte de renda e por macrorregião, apresentados na Tabela 3.1.

A partir desses dados, pode-se verificar a evolução dos rendimentos médios reais recebidos pelos indivíduos em cada região, entre 2012 e 2019, deflacionadas para o ano de 2019. Entre 2012 e 2014, todas as regiões registraram aumentos reais, especialmente o Nordeste (7%), Sudeste (6,6%) e Sul (4,6%). Os aumentos das regiões Norte e Centro-Oeste foram significativamente menores. O Norte, praticamente estagnado, cresceu 0,8%, enquanto o Centro-Oeste atingiu 3%. Os ganhos especiais do Nordeste e Sudeste se devem a seus aumentos reais na Renda do Trabalho no período, que foram de 7,9% e 8,9%, respectivamente.

Na fase de crise, confirma-se o agravamento da situação econômica negativa, agora sob a ótica da renda corrente, em todas as regiões brasileiras. Observa-se que, em 2015, todas as regiões sofreram reduções nas suas rendas reais em comparação ao ano anterior. Diferente dos efeitos concentrados obtidos durante a fase de desaceleração do crescimento, a crise impactou de forma mais homogênea as rendas médias reais. A perda média das regiões foi de 4,3%, sendo o Nordeste a região menos afetada - perdendo apenas 3,3%, e o Centro-Oeste a mais afetada, perdendo 4,9% e alcançando o seu menor valor na série histórica. Isso implica que, não apenas o Centro-Oeste teve dificuldades de crescer tanto quanto as outras regiões em um período de crescimento geral, quanto, também, que essa região teve grande dificuldade de lidar com o choque econômico, sendo a que mais caiu em termos de renda corrente real média.

A região Norte, que já não vinha crescendo significativamente entre 2012 e 2014, teve sua renda média real reduzida em 4,4% em 2015, fazendo-a voltar a níveis inferiores ao encontrado no início da série. Esta foi a macrorregião que teve maior dificuldade de contornar a situação, dado que suas perdas reais continuaram até o ano de 2016. A região voltou a ver a renda média crescer apenas em 2017, enquanto todas as outras voltaram a apresentar crescimento em 2016. Apesar da melhoria em seus rendimentos em 2017 e 2018, em 2019 voltou a cair para níveis inferiores ao encontrado em 2012.

O Sudeste foi a única região que conseguiu ultrapassar os valores observados para o período pré-crise, antes do aprofundamento da crise em 2016. Todas as outras tiveram de

Tabela 3.1: Renda média real (a preços de 2019) por região geográfica.

Região	Ano	TRB	AEP	PSG	OFR	TOD
Centro Oeste	2012	2.626,22	2.258,82	350,57	1.135,11	2.533,36
	2013	2.650,80	2.207,38	364,62	1.202,49	2.571,81
	2014	2.713,08	2.261,27	390,24	1.148,52	2.610,55
	2015	2.584,59	2.133,68	401,48	1.191,75	2.481,96
	2016	2.601,72	2.258,27	412,96	1.244,78	2.516,21
	2017	2.743,64	2.257,32	443,48	1.340,07	2.653,47
	2018	2.748,07	2.289,51	458,56	1.237,52	2.655,13
	2019	2.670,01	2.402,89	463,53	1.219,73	2.608,05
Nordeste	2012	1.515,54	1.445,66	288,43	747,83	1.412,86
	2013	1.595,25	1.483,32	312,76	701,19	1.465,92
	2014	1.634,70	1.495,89	323,24	759,69	1.511,14
	2015	1.565,58	1.495,10	320,02	743,86	1.461,72
	2016	1.625,06	1.511,74	326,28	778,38	1.490,57
	2017	1.695,18	1.558,33	333,41	815,34	1.542,58
	2018	1.662,05	1.539,07	329,03	808,80	1.521,90
	2019	1.674,33	1.624,79	334,14	826,51	1.549,45
Norte	2012	1.851,21	1.522,55	331,30	1.030,67	1.725,57
	2013	1.864,46	1.543,72	346,60	1.034,22	1.731,92
	2014	1.876,80	1.532,35	381,18	1.032,36	1.739,19
	2015	1.790,33	1.508,32	359,45	979,06	1.663,00
	2016	1.782,86	1.473,80	357,60	837,91	1.620,86
	2017	1.830,97	1.571,37	368,38	806,26	1.666,06
	2018	1.931,01	1.749,02	368,29	1.020,44	1.784,90
	2019	1.794,84	1.661,28	372,05	856,15	1.663,28
Sudeste	2012	2.533,31	2.016,49	338,85	1.491,39	2.502,22
	2013	2.628,09	2.034,25	369,87	1.390,84	2.568,52
	2014	2.759,48	2.115,04	388,60	1.322,23	2.667,63
	2015	2.612,99	2.009,52	413,22	1.402,34	2.547,57
	2016	2.794,22	2.024,97	409,89	1.489,07	2.683,11
	2017	2.724,58	2.060,77	390,28	1.533,03	2.653,26
	2018	2.877,43	2.171,46	415,19	1.569,86	2.802,18
	2019	2.838,24	2.156,97	414,91	1.524,09	2.769,54
Sul	2012	2.457,25	1.842,40	369,34	1.168,76	2.408,97
	2013	2.527,91	1.865,91	394,10	1.143,77	2.464,65
	2014	2.604,78	1.940,93	436,88	1.064,20	2.518,89
	2015	2.492,97	1.844,56	466,16	1.122,53	2.413,63
	2016	2.586,48	1.823,65	429,15	1.205,63	2.480,43
	2017	2.652,02	1.916,70	480,79	1.287,37	2.564,31
	2018	2.725,01	1.945,37	450,92	1.280,02	2.627,36
	2019	2.704,89	1.894,24	470,46	1.202,76	2.596,82

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

esperar até 2017 para voltar aos mesmos níveis de 2014, significando que ser uma região com uma estrutura produtiva consolidada e com grande parcela de participação no Valor Adicionado do país, pode conferir maior estabilidade em seus níveis salariais e de outros rendimentos reais frente a mudanças bruscas negativas da atividade econômica.

Entre 2012 e 2019, o resultado para a renda de todas as fontes das regiões após a fase de crise do ciclo econômico recente foi negativo apenas para o Norte. A renda média real da PNAD-C para o Norte caiu 3,6% em relação a 2012. Com a crise e lenta recuperação, o Centro-Oeste foi a região que menos obteve ganhos reais em termos de renda corrente, com ganhos acumulados (2012 a 2019) de apenas 2,9%. Esse desempenho foi seguido pelo Sul (7,8%), Nordeste (9,7%) e Sudeste (10,7%).

Portanto, percebe-se que o impacto dos movimentos cíclicos trouxe reflexos mais intensos entre os rendimentos médios reais a partir de um olhar regional do que a partir de um recorte rural/urbano. A situação econômica afetou de forma mais desigual as macrorregiões brasileiras, quando comparada aos desempenhos das zonas rural e urbana.

Já, quanto à ótica das fontes de renda, entre 2012 e 2019, a Renda do Trabalho apresentou melhor desempenho no Sudeste, onde aumentou 12%; no Nordeste, houve um aumento de 10,5%; e, no Sul, 10,1%. É interessante observar que, para esta fonte de renda, o Norte apresentou uma redução de 3% e o Centro-Oeste relativa estabilidade (+1,7%). Ainda assim, com o advento da fase de crise, todas as regiões tiveram perdas que variaram entre 4,2% e 5,3% (Nordeste e Sudeste, respectivamente). Mesmo com trajetórias completamente diferentes quanto às fases do ciclo ou quanto ao acumulado do período, a depressão provocou impactos homogêneos e negativos nas dinâmicas de renda do trabalho no país, seja sob a ótica regional ou de situação de domicílio.

Avaliando a evolução da fonte Aposentadorias e Pensões, entre 2012 e 2019, a macrorregião que apresentou melhor desempenho foi Nordeste, onde aumentou 12,4%; no Norte, o aumento foi de 9,1%; e, no Sul, 9%. Nesta fonte de renda, o Sudeste apresentou apenas o quarto maior crescimento, com 7%, ficando na frente apenas do Centro-Oeste, que cresceu 6,4%. Nessa fonte de renda, também, se observou um comportamento cíclico, especialmente frente a fase de crise. Apesar de ter apresentado crescimento do rendimento médio ao final da série, no Nordeste observou, uma ligeira queda nessa fonte de renda (-0,1%). Outra região que apresentou esse comportamento foi a Norte, onde a renda média de A&P caiu 2% no primeiro ano da crise, mesmo tendo o segundo maior crescimento acumulado no período anterior. As regiões Sul e Sudeste tiveram a mesma perda (-5%), enquanto Centro-Oeste - região que apresenta as mais altas rendas de A&P - foi a que mais sentiu o impacto, decrescendo 5,6%. Conclui-se que os impactos homogêneos da depressão sobre a renda do trabalho não se confirmou ao verificado para as Aposentadorias e Pensões. O Nordeste tem consistentemente tido um desempenho superior ao longo do tempo, apresentando altas taxas de crescimento da renda média que se aproximam dos desempenhos observados para os maiores centros econômicos do país.

A renda real média proveniente de Programas Sociais Governamentais no período

selecionado cresceu com maior intensidade no Centro-Oeste (32,2%). Este desempenho foi seguido pelo Sul (27,4%), Sudeste (22,4%), Nordeste (15,8) e Norte (12,3). O desempenho da região Nordeste foi coerente com as fases do ciclo e mostrou resiliência em termos da renda proveniente de programas sociais às vicissitudes da crise: entre 2012 e 2014, cresceu 12,1%, mantendo-se praticamente no mesmo nível em 2015, quando caiu apenas 1%. Apesar disso, sua renda real voltou a ter regressão a níveis mais baixos novamente em 2018, quando caiu 1,3%. O Sudeste, Sul e Norte, apesar dos significativos ganhos entre 2012 e 2014, sofreram fortes quedas em 2015, quando acabaram por se assemelhar, naquela época, ao desempenho do Nordeste.

O comportamento entre 2012 e 2019 da fonte Outras Fontes de Renda foi diferente dos descritos anteriormente: a região que apresentou maior crescimento foi a Nordeste (10,5%), seguida da região Centro-Oeste (7,5%), Sul (2,9%) e Sudeste (2,2%). A região Norte apresentou forte queda de 16,9%, contrariando o observado para as outras regiões. Seu valor mais baixo foi em 2017, quando chegou a estar 21,8% menor que 2012. Ao final da série, o Centro-Oeste apresentou rendas médias superiores às do Sul, Norte e Nordeste.

Na próxima subseção, serão apresentados os dados de participação na massa de renda de cada uma das macrorregiões geográficas ao longo do período. O objetivo é entender como a participação de cada subgrupo respondeu aos movimentos econômicos das fases do ciclo.

3.3.2 Participação no total da renda por macrorregião geográfica

A Tabela 3.2 mostra a participação dos subgrupos regionais na Renda de Todas as Fontes. A maior proporção relativa é a do Sudeste, sempre superior a 50%, a região se mantém estável ao longo do período e não apresenta tendências evidentemente associadas às fases do ciclo: entre 2012 e 2019, sua participação aumentou 1,4%, e em 2019 sua participação era a mesma de 2016. A menor proporção é detida pela região Norte, cuja participação oscilou entre 5,3% e 5,7% durante todo o período. Também sem comportamento associado diretamente às fases do ciclo, finalizou a série 7,1% menor que em 2012, valor também igual a 2016.

Tabela 3.2: Participação (%) das macrorregiões no total da Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Região	Norte	5,7	5,6	5,5	5,6	5,3	5,5	5,6	5,3
	Nordeste	16,9	17,1	17,4	17,6	17,1	17,3	16,4	16,8
	Sudeste	51,2	51,1	51,3	50,8	51,9	50,5	52,0	51,9
	Sul	17,3	17,3	17,1	17,3	17,1	17,6	17,2	17,3
	Centro-Oeste	8,8	8,9	8,7	8,7	8,6	9,1	8,8	8,7
Brasil		100,0							

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Elaboração Própria.

Em 2019, as regiões Nordeste e Centro-Oeste haviam perdido 0,1pp de participação em relação a 2012 (redução de 16,8% e 8,7% nas participações, respectivamente) - exceto pelo Sul, que finalizou a série com a mesma participação de 2012, 2013 e 2015 (17,3%, sem variação).

Isso pode indicar que a distribuição de renda nacional ao longo das regiões envolve questões mais profundas do que podem alcançar os efeitos das fases do ciclo. Se muito alterou a composição na época da crise, em 2015 e 2017 o Sudeste alcançava suas menores participações (50,8% e 50,5%), enquanto o Nordeste alcançava suas maiores (17,6% e 17,3%). Se a crise começou a afetar a composição macrorregional da renda de alguma forma, foi no sentido de desconcentrar a renda do Sudeste para as outras regiões.

3.3.3 Participação no total da renda por macrorregião geográfica e fonte de renda

Na Tabela 3.3, tem-se informações a respeito da composição relativa, em percentual, das fontes de renda por macrorregiões. Observa-se que a Renda do Trabalho (TRB) no país é composta em mais de 60% pelas regiões Sul e Sudeste, sem ter havido mudança significativa nessa distribuição durante o período estudado. O grupo que mais ganhou participação foi o Nordeste, com ganho de apenas 1,2 p.p.

A composição das Aposentadorias e Pensões (AEP) seguem o mesmo padrão, porém, destaca-se a baixa participação no Centro-Oeste e do Norte dessa fonte de renda. Já quanto ao Sul e ao Nordeste estas têm participação de aproximadamente 17% e 21%, respectivamente.

Por outro lado, quando analisada a fonte de renda oriunda de Programas Sociais Governamentais, nota-se que o Nordeste é aquela região com maior peso relativo no total. Esta era responsável por mais de 52% do total da renda de tais programas. Sua participação reduziu 2,2 p.p, enquanto a do Sudeste foi aumentada em 2.0p.p. até 2019. Neste período, o Norte aumentou sua participação em 1,4 p.p., enquanto o Sul reduziu em 0,9p.p.

Dentre as Outras Fontes de Renda, percebe-se um aumento expressivo da região Sudeste (aumento de 4,9 p.p.) em termos de participação no total, em detrimento das participações da região Nordeste e Sul. Já, as outras regiões tiveram redução da participação da Renda de Outras Fontes, notadamente o Sul e Nordeste. Norte e Centro-Oeste não mudaram significativamente o peso relativo dessas fontes. É razoável afirmar que Reforma Trabalhista de 2017 tenha colaborado para a deterioração do poder de compra da Renda do Trabalho Formal ou das próprias condições de trabalho em si (TROVÃO; ARAÚJO, 2020).

Tabela 3.3: Participação relativa (%) das macrorregiões segundo fonte de renda.

Fonte	Grupo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TRB	CO	9,4	9,4	9,2	9,3	9,0	9,6	9,3	9,1
	NE	15,7	15,8	16,1	16,3	15,6	15,9	15,0	15,2
	N	6,0	5,9	5,7	5,8	5,6	5,7	5,8	5,5
	SE	51,6	51,7	51,9	51,4	52,8	51,4	52,6	52,7
	S	17,3	17,3	17,0	17,3	17,1	17,5	17,3	17,5
AEP	CO	6,8	6,9	6,8	6,8	7,3	7,4	7,1	7,4
	NE	20,2	20,7	20,1	20,9	21,2	21,3	19,9	21,3
	N	3,9	4,1	4,0	4,1	3,9	4,2	4,7	4,4
	SE	51,4	50,6	51,2	50,3	50,0	48,5	50,5	49,7
	S	17,7	17,6	17,9	17,9	17,6	18,6	17,8	17,2
PSG	CO	6,8	6,2	6,6	7,1	6,7	7,1	7,3	7,2
	NE	47,7	49,2	48,3	45,8	46,0	46,5	44,3	44,3
	N	12,6	12,7	13,3	12,8	13,1	13,5	13,1	13,2
	SE	24,6	24,3	24,1	25,4	26,4	24,5	27,6	27,4
	S	8,4	7,5	7,7	8,8	7,9	8,4	7,6	7,9
OFR	CO	7,6	8,9	8,7	8,5	8,6	9,0	7,7	7,7
	NE	14,7	13,8	16,7	16,0	14,5	14,7	14,3	13,9
	N	5,0	5,1	5,7	5,4	4,4	4,0	4,9	3,8
	SE	53,1	52,6	50,0	52,0	54,6	53,8	56,0	57,6
	S	19,6	19,5	18,9	18,1	17,9	18,5	17,1	17,0
TOD	CO	8,8	8,9	8,7	8,7	8,6	9,1	8,8	8,7
	NE	16,9	17,1	17,4	17,6	17,1	17,3	16,4	16,8
	N	5,7	5,6	5,5	5,6	5,3	5,5	5,6	5,3
	SE	51,2	51,1	51,3	50,8	51,9	50,5	52,0	51,9
	S	17,3	17,3	17,1	17,3	17,1	17,6	17,2	17,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

3.4 DESIGUALDADES INTRA-SUBGRUPOS

Nessa seção, serão analisados os coeficientes de Gini intra-subgrupo, que foram mensurados separadamente para cada macrorregião geográfica. Desta forma, torna-se possível não só a comparação da trajetória de desigualdade de cada região do país, como também entender como estas se comportam individualmente perante choques experienciados nas fases do ciclo.

Na Tabela 3.4 constam os coeficientes de Gini específicos da distribuição de cada subgrupo. O Sul é a região menos desigual, com coeficientes sempre abaixo de 0,49. Essa região é seguida do Sudeste, que apesar de baixos níveis de desigualdade quando comparadas às outras três regiões restantes, teve seu coeficiente aumentado em 8,6%, alcançando níveis semelhantes aos das regiões Nordeste, Norte e ultrapassando a desigualdade da região Centro-Oeste. Norte e Nordeste iniciam a série com coeficientes praticamente iguais (diferença de 0,001), mas terminam o período com 0,010 de diferença, sendo o Nordeste a região que se manteve como a mais desigual, além de ser junto ao Sudeste as únicas que terminaram 2019, em pior situação que o início da série. A trajetória do Centro-Oeste é peculiar, pois termina a série com a maior diferença negativa em relação a 2012: seu coeficiente de desigualdade reduziu-se em -4,1%.

Apesar de ter sofrido algumas pioras ao longo do período, especialmente nos anos de 2016 a 2018, o Sul conseguiu finalizar a série com os mesmos níveis verificados antes do agravamento da situação econômica (0,477). Assim, apesar de não ter as melhores rendas médias, a distribuição no Sul se manteve como a menos desigual, quando comparada às demais regiões do país. A performance positiva desta região não foi seguida pelo Sudeste, cujo Gini em 2019 foi 8,6% maior (0,522) que o do início da série.

Observando o movimento geral dos dados dispostos na Tabela 3.4, percebe-se que os efeitos na desigualdade intra-subgrupo não foram homogêneos ao longo das fases do ciclo entre os subgrupos. Por exemplo, o período de crise (2015-2016), no Centro-Oeste e Nordeste, só refletem um aumento da desigualdade em 2017 e 2019. Já no Sul e Sudeste, em 2016 os índices de desigualdade já haviam subido. Os dados de participação e rendimentos médios já indicavam uma evidente mudança negativa a partir de 2015.

Tabela 3.4: Índices de Gini intra-subgrupo (macrorregiões) para a Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Região	Centro-Oeste	0,542	0,528	0,516	0,514	0,513	0,525	0,517	0,520
	Norte	0,525	0,517	0,503	0,504	0,507	0,514	0,539	0,520
	Nordeste	0,526	0,517	0,513	0,512	0,519	0,526	0,518	0,530
	Sudeste	0,509	0,503	0,503	0,496	0,512	0,507	0,526	0,522
	Sul	0,488	0,477	0,469	0,460	0,470	0,473	0,480	0,477
Brasil		0,526	0,518	0,514	0,509	0,520	0,520	0,531	0,529

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Elaboração Própria.

Na primeira fase do ciclo, redução do ritmo de crescimento (2012-2014), todas as regiões tiveram reduções em seus respectivos coeficientes de Gini. O Centro-Oeste foi o que mais reduziu suas desigualdades de renda, sendo seu coeficiente diminuído em 4,8%, seguido pelo Norte, que diminuiu em 4,2%, e do Sul, que reduziu seu Gini em 3,9%. As reduções, não tão significativas, comparadas aos outros subgrupos, ficaram a cargo do Nordeste, em 2,5%, e do Sudeste, em 1,2%.

O Centro-Oeste teve sua trajetória de redução da desigualdade revertida em 2017, subindo 2,3% em relação ao ano anterior. Ao final da série, em 2019, esta região apresenta um coeficiente de Gini 4,1% menor do que 2012. Já a desigualdade dentro da região Norte atingiu seu pico em 2018, com 0,539, subindo 4,9% e voltando a patamares superiores a 2012. Em 2019, o Norte voltou a ter uma desigualdade pouco inferior a 2012. No Nordeste, a trajetória de redução da desigualdade parou em 2015. Em 2016, subiu apenas 1,4%, porém continuou subindo mais 1,3% em 2017, caiu em 2018 para então voltar a subir até seu maior valor da série em 2019 (0,530).

O Sudeste comportou-se de maneira peculiar, dado que a evolução dos seus índices ocorria por meio de suaves reduções. Após os efeitos da crise, passou a ter variações mais intensas em seu coeficiente. Em 2016 aumentou pela primeira vez em 3,2%. Após redução em 2017, voltou a subir em 2018 e finalizou 2019 2,6% maior que em 2012. Já o Sul, detentor dos menores índices de Gini, finalizou a série 2,3% menor que no início.

As demais regiões apresentam valores mais elevados de concentração da renda, especialmente o Centro Oeste, que no início da série se mostrava a região mais desigual. Porém, ao final do período, apresentou um nível igual ao Norte (0.520) e menor do que o Nordeste (0.530). Entre 2012 e 2019, Centro-Oeste, Norte e Nordeste evoluíram menos do ponto de vista do Gini do que quando se compara ao movimento observado para os dados de renda média e de população. A explicação para isso deve-se ao fato de que os efeitos sobre a desigualdade tenderem a ser mais lentos do que os efeitos conjunturais causados pelos ciclos nos níveis médios de renda e de emprego. Isso ocorre por conta da complexidade do fenômeno e seus efeitos diretos e indiretos sobre o acesso a distintas fontes de renda.

A seguir, será analisada a decomposição do índice de Gini Brasileiro entre os subgrupos populacionais no período selecionado para avaliar o quanto do índice de Gini total do Brasil pode ser explicado pelas desigualdades existentes dentro e entre macrorregiões.

3.5 DECOMPOSIÇÃO POR MACRORREGIÕES

Nesta seção analisam-se os resultados das decomposições por subgrupos (macrorregiões), o que permite quantificar a contribuição da desigualdade dentro dos subgrupos e entre os subgrupos para o coeficiente total, além das parcelas residuais do modelo, consideradas como unidades sobrepostas. Nas Tabelas 3.5 a 3.7 podemos verificar, respectivamente, os coeficientes resultantes da decomposição de Bhattacharya e Mahalanobis

(1967), a evolução dos componentes da desigualdade (2012 = 100) e a composição relativa (%) da desigualdade total, ao longo do tempo. ¹

Tabela 3.5: Decomposição por macrorregiões do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Região	Dentro	0,157	0,154	0,154	0,151	0,156	0,153	0,160	0,160
	Entre	0,110	0,108	0,112	0,110	0,118	0,107	0,118	0,115
	Sobreposição	0,259	0,255	0,249	0,248	0,246	0,259	0,253	0,254
Brasil		0,526	0,518	0,514	0,509	0,520	0,520	0,531	0,529

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

Na Tabela 3.5 encontram-se os coeficientes de Gini para o Brasil ao longo do período 2012-2019. Verifica-se que não há mudança muito aparente nos números, portanto a evolução relativa foi disposta, com base no ano de 2012 (igual a 100) na Tabela 3.6, e os componentes foram colocados em formato de proporção na Tabela 3.7. Desta forma, torna-se possível a análise tanto da evolução da composição do Gini ao longo dos ciclos, quanto a evolução do comportamento independente de cada coeficiente trazido no resultado agregado.

Analisando a Tabela 3.6, pode-se realizar uma análise da evolução dos coeficientes ao longo das fases do ciclo. Tomando como base o coeficiente do ano de 2012 (2012 = 100), temos que a parcela do coeficiente representada pela desigualdade dentro dos subgrupos diminuiu continuamente em até 2015. Em 2016, o coeficiente sofreu uma elevação de 3,9% em relação ao ano anterior, voltando a um patamar semelhante ao encontrado em 2012. Em 2017, o coeficiente Dentro voltou a cair para então voltar a subir, desta vez, acima do nível encontrado em 2012. Portanto, a desigualdade dentro das macrorregiões vinha explicando cada vez menos a desigualdade total, até que com o agravamento da crise, isso começou a se reverter. Em 2018 e em 2019, o índice estava em níveis maiores do que no início da série. É importante observar que apesar de estarem maiores, em 2018 e 2019, só havia 0,003 a mais em relação a 2012. A desigualdade dentro dos subgrupos passou, sim, a explicar mais a desigualdade do que no início da série. Uma explicação possível para isso pode ser o aumento da desigualdade intra-subgrupo do Sudeste e Nordeste, sendo ambas as regiões com as maiores populações na força de trabalho (PFT) do Brasil.

Ainda na Tabela 3.6, pode-se analisar a evolução da parcela do coeficiente correspondente à contribuição da desigualdade entre as macrorregiões (Entre) para a desigualdade de todo o país em cada ano. A parcela da desigualdade entre os subgrupos apresenta comportamento não-consistente ao longo das fases do ciclo. Entre 2012 e 2015, caiu, voltou a subir e caiu de novo para patamar semelhante a 2012. Após essa trajetória, tornou a subir (7,1%), em 2016, em relação ao ano anterior. Em 2017 apresentou queda de 9% em relação ao ano anterior, para então voltar, em 2018, a um patamar idêntico ao

¹A composição do índice se dá pela soma das três contribuições.

de 2016. Com queda de 2,2% em relação ao ano anterior, e 5,3% maior do que no início da série, a desigualdade entre as macrorregiões apresentou trajetória pouco congruente com o caminho do ciclo econômico ou com o caminho seguido pelo coeficiente para o Brasil como um todo.

É normal que a sobreposição apresente altos valores, neste tipo de decomposição (macrorregional). Apesar das diferenças existentes entre as macrorregiões brasileiras, estas não são tão grandes a ponto de criar um distanciamento exacerbado entre as suas respectivas distribuições da renda. Por isso, muitas unidades de uma determinada região mais concentrada podem receber menos do que aquelas das regiões menos concentradas, e vice versa.

O comportamento da contribuição das unidades em sobreposição para a composição do coeficiente de Gini brasileiro foi de redução contínua entre 2012 e 2016, ano em que o índice ficou 5,2% menor em relação ao início da série. Em 2017 a trajetória se inverte e a contribuição da sobreposição sobe, retornando aos mesmos níveis verificados em 2012. Esse nível cai sensivelmente em 2018 e 2019, reduzindo-se, no final da série, apenas 2% em relação a 2012.

Na Tabela 3.7, pode-se avaliar a evolução das participações dos coeficientes dentro e entre macrorregiões e dos níveis de sobreposição para a desigualdade do país. Assim, avalia-se com mais clareza as variações na composição do Gini brasileiro. Inicialmente, percebe-se que a composição média, em termos macrorregionais, da desigualdade brasileira é explicada da seguinte forma: 29,5% pela desigualdade dentro das regiões, 21,5% pela desigualdade entre as regiões, e 49% pelas unidades em sobreposição entre as distribuições.

Tabela 3.6: Evolução dos componentes da decomposição por macrorregiões do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes (base: 2012 = 100).

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Região	Dentro	100,0	98,2	98,0	96,0	99,7	97,8	102,0	101,9
	Entre	100,0	98,7	102,1	100,4	107,5	97,8	107,7	105,3
	Sobreposição	100,0	98,5	95,9	95,7	94,8	100,0	97,4	98,0
Brasil		100,0	98,4	97,8	96,8	98,9	98,9	100,9	100,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).
Elaboração Própria.

Houve pouca variação na composição relativa durante o período estudado: os níveis da contribuição da desigualdade dentro dos subgrupos entre 2012 e 2015 permaneceram os mesmos (aproximadamente 29,8%), aumentando sensivelmente em 2016 (0,5p.p). Em 2017, o aumento observado em 2016 foi mais que revertido, para então aumentar a níveis superiores aos encontrados em 2012 (em 0.4p.p) e 2016 (em 0.1 p.p), com 30,2% de participação.

Ainda na Tabela 3.7, a análise da desigualdade entre os subgrupos (Entre) na composição total mostra um aumento em sua participação ao longo das fases do ciclo. Entre

2012 e 2014, a participação desta parcela no coeficiente aumentou em 4,3%. Praticamente manteve-se igual em 2015, tornando a subir sua participação para 22,7% em 2016 (5,1% maior que no ano anterior). Apesar da queda de 9,3% em 2017, a participação desta parcela do coeficiente voltou a aumentar em 2018, para 22,3%, com leve queda de 0,5p.p. em 2019.

A participação da sobreposição na determinação do coeficiente manteve-se pouco abaixo dos 50% durante todo o período. Em 2012, explicava 49,3% do coeficiente. Manteve-se no mesmo nível em 2013, diminuindo em apenas 1,8% no ano seguinte. Em 2015, aumentou mais 0.4p.p., quando voltou a cair em 2016. A série atinge seu maior valor em 2017 (49,9%), ano em que a participação das desigualdades dentro e entre subgrupos caíram. Após cair 4,6% em 2018, torna a subir mais 0,8% em 2019. O comportamento errático da evolução da sobreposição somado ao atraso na captação dos efeitos das fases do ciclo nas decomposições torna complexa a análise do significado das variações da contribuição das unidades em sobreposição para o Gini total.

Tabela 3.7: Participação relativa (%) dos componentes da decomposição por macrorregiões do Índice de Gini para a Renda de Todas as Fontes.

Ano		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Região	Dentro	29,8	29,8	29,9	29,6	30,1	29,5	30,2	30,2
	Entre	20,9	20,9	21,8	21,6	22,7	20,6	22,3	21,8
	Sobreposição	49,3	49,3	48,4	48,8	47,3	49,9	47,6	48,0
Brasil		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

Elaboração Própria.

A próxima seção trará uma análise do comportamento dos índices de Gini em decomposição cruzada por fontes de renda e por macrorregiões.

3.6 DECOMPOSIÇÃO POR FONTES DE RENDA

A análise da decomposição cruzada por macrorregiões e por fonte de renda pode ser de grande auxílio para uma melhor alocação dos projetos e recursos públicos destinados à redução da desigualdade de renda entre ou dentro das regiões brasileiras. Ao detectar as principais regiões de maior concentração ou reprodução de desigualdades, pode-se também entender qual fonte pode ser utilizada como meio de alocação dos recursos e medidas destinados à redução das desigualdades. Políticas salariais podem afetar a parcela da desigualdade determinada pelas desigualdades na Renda do Trabalho, por exemplo, assim como programas de renda mínima, a parcela que cabe às fontes associadas a programas sociais. A análise da Tabela 3.8, que traz tal decomposição regional cruzada do Gini por fontes de renda e por sub-grupo, foca, principalmente, na Contribuição da Fonte (%), que

utiliza o total da Decomposição por fonte como base para cálculo da sua contribuição relativa.

Analisando as parcelas relacionadas às diferentes fontes de renda, temos que a desigualdade no Brasil é explicada principalmente pela Renda do Trabalho. Observa-se como a Renda do Trabalho do Nordeste explica grande parte da desigualdade brasileira (aproximadamente 39%). Mesmo não sendo o maior mercado de trabalho nem reunindo os maiores polos industriais brasileiros, a distribuição de Renda do Trabalho desta macrorregião mostra-se um desafio para o enfrentamento da desigualdade de renda no país. A relevância dessa fonte para explicar o Gini total é seguida pelo Sudeste, onde se verificam valores entre aproximadamente 13% e 17%, pelo Norte (aproximadamente 11%), pelo Sul (aproximadamente 9%) e, por último, pelo Centro-Oeste (aproximadamente 5,5%).

A Renda do Trabalho da região Nordeste tem contribuído para a desigualdade total em cerca de 40%. Sua influência, no entanto, tem diminuído: em 2019, a contribuição foi de apenas 35%. Isso significa que outras parcelas de renda do Nordeste podem estar contribuindo mais para a desigualdade nacional (A&P, por exemplo). As outras regiões brasileiras cujas Rendidas do Trabalho ganharam peso relativo para explicar o Gini total foram o Norte (1,3 p.p.), Sudeste (1,6 p.p.) e Sul (0,4 p.p.) e Centro-Oeste (0,2 p.p.).

A Renda de Aposentadorias e Pensões (A&P) também contribui regressivamente para a desigualdade brasileira, dado o sinal positivo de seus coeficientes. Mais uma vez, esta fonte de renda tem sua maior influência vinda do Nordeste. As Aposentadorias e Pensões no Nordeste contribuíram para a desigualdade nacional em 8% em 2019. Esse valor é resultado de um aumento de 15,9% em relação a 2012, de forma que tal componente da renda aumentou 1,1 p.p na determinação relativa da desigualdade total. A contribuição desta fonte no Nordeste vinha aumentando até 2015, quando sofreu pequena queda e voltou a sua trajetória de crescimento a partir de 2016.

Seguido desta região, estão as regiões Norte, que ganhou 0.7 p.p., Sudeste, que ganhou 0.5 p.p. e Sul, com ganho de 0.4 p.p.. A contribuição de A&P da região Centro-Oeste permaneceu relativamente estável no período, terminando a série com apenas 0,1p.p. a mais de participação relativa, mostrando, também, pouca variação ao longo das fases do ciclo. Após cair 11,8% entre 2012 e 2013, a trajetória desta série mostra progressivo aumento até 2019, de forma que as Aposentadorias e Pensões acabaram por determinar mais as desigualdades em cenários de piora econômica. Praticamente todas as regiões mostram, para Aposentadorias e Pensões, uma trajetória de breve redução da contribuição seguida de aumento contínuo. Isso pode ocorrer devido a relativa estabilidade dessa fonte de renda frente aos movimentos cíclicos da economia.

A renda de Programas Sociais Governamentais tem comportamento distinto das demais rendas: em algumas regiões, ela tem sinal negativo, significando que ela contribui para diminuir o índice de Gini (é progressiva). Percebe-se que as regiões que possuem tais valores são Nordeste e Norte. A região Centro-Oeste parece oscilar entre indiferença e diminuição da desigualdade. Isso parece indicar que as regiões mais afetadas pela de-

sigualdade possuem um efeito de diminuição da desigualdade resultante da promoção de programas de proteção social em maior escala relativa, frente às demais regiões. Pode-se concluir que uma política de transferências de renda focalizada nas populações mais pobres, especialmente no Nordeste, possui um efeito progressivo para a redução da desigualdade. Por outro lado, deve-se destacar que as rendas de PSG do Sul e Sudeste contribuem para o aumento da desigualdade em amplitudes semelhantes, ainda que em patamares muito inferiores aos observados, por exemplo para rendas oriundas do trabalho e de A&P.

Por último, analisando a variável Outras Fontes de Renda, tem-se que essa fonte no Nordeste explica a maior parte da desigualdade a ela associada. Tal fonte de renda nessa região aumenta a desigualdade em aproximadamente 2,5%. Sua participação vinha diminuindo no início do período, mas voltou a subir a partir de 2017. No Sudeste, tal fonte representava 1,1% do Gini Nacional, após ter subido desde 0,7% em 2016, o que indica que o aumento das pessoas recebendo outras rendas pode estar afetando esses resultados. O Norte sofreu uma variação cíclica, descendo até 2014, se mantendo estável e voltando a subir em 2017 até 2019.

Tabela 3.8: Decomposição cruzada do Índice de Gini por macrorregiões e por fontes de renda.

Região	Ano	Decomposição por Fonte				Contribuição da Fonte (%)			
		TRB	A&P	PSG	OFR	TRB	A&P	PSG	OFR
Centro-Oeste	2012	0,027	0,008	0,000	0,002	5,4	1,7	0,0	0,3
	2013	0,027	0,008	0,000	0,001	5,4	1,5	0,0	0,2
	2014	0,029	0,008	0,000	0,001	6,0	1,6	0,0	0,2
	2015	0,027	0,008	-0,001	0,001	5,6	1,7	-0,1	0,2
	2016	0,028	0,008	0,000	0,001	5,7	1,7	-0,1	0,3
	2017	0,028	0,009	0,000	0,002	5,7	1,7	0,0	0,3
	2018	0,025	0,009	0,000	0,002	5,0	1,8	-0,1	0,3
	2019	0,029	0,009	0,000	0,002	5,6	1,8	-0,1	0,3
Nordeste	2012	0,199	0,035	-0,008	0,014	39,8	6,9	-1,6	2,8
	2013	0,203	0,034	-0,010	0,013	40,9	6,9	-2,0	2,5
	2014	0,203	0,037	-0,009	0,011	41,6	7,6	-1,8	2,2
	2015	0,197	0,037	-0,008	0,012	40,6	7,6	-1,7	2,5
	2016	0,197	0,035	-0,009	0,012	40,3	7,1	-1,7	2,4
	2017	0,189	0,036	-0,008	0,012	38,4	7,4	-1,7	2,5
	2018	0,195	0,039	-0,008	0,014	38,5	7,8	-1,6	2,7
	2019	0,178	0,041	-0,007	0,013	35,0	8,0	-1,4	2,5
Norte	2012	0,052	0,015	-0,002	0,004	10,5	3,0	-0,5	0,8
	2013	0,057	0,015	-0,002	0,004	11,4	3,0	-0,5	0,7
	2014	0,053	0,017	-0,002	0,003	10,8	3,4	-0,5	0,6
	2015	0,056	0,017	-0,003	0,003	11,6	3,5	-0,6	0,7
	2016	0,053	0,018	-0,002	0,003	10,9	3,6	-0,5	0,7
	2017	0,062	0,017	-0,003	0,004	12,5	3,5	-0,6	0,9
	2018	0,059	0,019	-0,002	0,004	11,7	3,7	-0,5	0,8
	2019	0,060	0,019	-0,003	0,005	11,8	3,7	-0,6	0,9
Sudeste	2012	0,076	0,014	0,001	0,005	15,2	2,7	0,2	1,1
	2013	0,079	0,013	0,001	0,005	15,8	2,6	0,3	0,9
	2014	0,067	0,013	0,002	0,004	13,6	2,7	0,3	0,7
	2015	0,075	0,013	0,001	0,005	15,4	2,6	0,2	0,9
	2016	0,070	0,014	0,001	0,004	14,4	2,8	0,2	0,7
	2017	0,075	0,015	0,001	0,005	15,2	3,0	0,2	1,0
	2018	0,075	0,017	0,001	0,005	14,9	3,4	0,1	1,0
	2019	0,085	0,016	0,000	0,006	16,8	3,2	0,1	1,1
Sul	2012	0,051	0,005	0,001	0,003	10,1	0,9	0,2	0,5
	2013	0,044	0,004	0,001	0,002	8,8	0,8	0,3	0,3
	2014	0,047	0,004	0,001	0,001	9,6	0,8	0,3	0,3
	2015	0,036	0,006	0,001	0,001	7,3	1,3	0,2	0,3
	2016	0,047	0,005	0,001	0,002	9,6	1,0	0,2	0,4
	2017	0,041	0,005	0,001	0,002	8,3	1,0	0,2	0,5
	2018	0,043	0,006	0,001	0,003	8,6	1,2	0,2	0,5
	2019	0,045	0,007	0,001	0,003	8,9	1,3	0,3	0,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia geral deste Capítulo foi analisar a evolução da desigualdade em sua dimensão transversal macrorregional para o Brasil como um todo ao longo do período de 2012 a 2019. Confirma-se, mais uma vez, que a renda de Programas Sociais Governamentais - como o Programa Bolsa Família e o BPC - por focarem nos primeiros decis da distribuição, acabam por gerar um impacto progressivo para a redução da desigualdade. Além disso, a renda de Programas Sociais Governamentais poderiam contribuir para a desigualdade se avançassem em regiões como Sul e Sudeste. A região onde esta fonte de renda tem maior capacidade de promover reduções do Gini brasileiro é a Nordeste, que concentra maior parcela da população nos estratos inferiores, seguida apenas do Norte, que apesar de estar em segundo lugar, tem contribuição para a diminuição do Gini que gira em torno de 1/3 a 1/4 da verificada para o Nordeste.

A fonte de renda que mais explica a desigualdade no país é a Renda do Trabalho da região Nordeste. Apenas essa fonte de renda específica é responsável por até 41% do índice de desigualdade brasileiro entre 2012 e 2019. Isso faz com que seja defensável a promoção de políticas de equiparação e valorização salarial (homens/mulheres, negros/brancos, regionalmente) no mercado laboral.

A fonte Outras Fontes de Renda possui maior impacto sobre a desigualdade, também, no Nordeste (em média 2,5%), seguida pelo Sudeste (em média 0,9%). Ambos são os maiores centros comerciais do país, o que gera rendas e condições negativas e positivas de participação na distribuição de renda de toda ordem.

A consolidada estrutura produtiva e econômica de Sudeste e Sul permite que suas distribuições de renda se mostrem menos sensíveis às vicissitudes econômicas e menos desiguais. Apesar do Centro-Oeste reunir muitos dos maiores rendimentos do trabalho médios de todas as macrorregiões, seu desempenho durante os períodos de crise e seus coeficientes de Gini intra-subgrupo mostraram uma sensibilidade relativamente maior em sua estrutura distributiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo avaliar os resultados dos índices de Gini e suas decomposições para a renda corrente, no Brasil, entre os anos de 2012 e 2019. A base de dados utilizada foi a PNAD-C. Um dos métodos utilizados consiste na decomposição dos coeficientes de desigualdade de renda em componentes dentro e entre grupos (além do resíduo, trazido como sobreposição) para subgrupos populacionais (macrorregiões e situação de domicílio - rural/urbano) e, o outro, uma decomposição cruzada entre as distintas fontes de renda e os subgrupos selecionados.

As fases do ciclo econômico recente foram analisadas, tendo os resultados da decomposição mostrado correlação com a trajetória econômica. Nas fases de desaceleração do crescimento (redução da desigualdade), crise (reversão da trajetória de queda, com um ano de defasagem em relação ao início da crise) e lenta recuperação (aumento do índice de Gini, com suavização em 2019).

As estruturas dos componentes resultantes das decomposições por situação de domicílio e por macrorregiões geográficas são bastante diferentes entre si. Caracterizada por um equilíbrio entre as desigualdades Dentro e Entre subgrupos, a decomposição macrorregional mostrou um nível de sobreposição que representa mais da metade do coeficiente de desigualdade. Enquanto isso, a decomposição por situação de domicílio mostra com mais clareza que grande parte das desigualdades é explicada pelas desigualdades existentes dentro do próprio meio urbano e do meio rural, e não pela desigualdade existente entre eles. Ademais, diferentemente da decomposição por macrorregião, na análise por situação de domicílio, observou-se que a parcela da decomposição explicada pelos resíduos é significativamente menor.

Percebe-se que o estudo do efeito das oscilações econômicas e das fontes de renda (especialmente as oriundas das transferências e dos programas sociais) pode se mostrar cada vez mais relevante para orientar as políticas públicas. Nesse sentido, algumas das questões levantadas puderam ser discutidas nos seguintes termos: os efeitos dos Programas Sociais Governamentais rurais contribuem mais para a redução da desigualdade do que os destinados à zona urbana; o mesmo é válido para a macrorregião Nordeste (que concentra grande parte da população em condição de pobreza).

Assim, pode-se inferir, por exemplo, que aumentar as transferências de renda especificamente para a zona rural do Nordeste pode resultar em uma melhor alocação dos recursos se o objetivo final for a redução das desigualdades (ao menos em sua dimensão

econômica associada à renda corrente).

Pôde ser verificado um movimento de substituição da Renda do Trabalho por outras tipos de fonte de renda após o aprofundamento da crise em termos explicativos para a desigualdade total. A principal fonte que ganha poder explicativo são as Aposentadorias e Pensões (dado seu alto crescimento no acumulado do período) e Outras Fontes de Renda. A perda de participação desta última se intensificou após a fase de crise, abrindo espaço para substituição da renda do trabalho pela renda do não trabalho quanto elemento constitutivo da desigualdade de renda. Este movimento acabou por intensificar, também, o processo de envelhecimento do perfil da renda (A&P) e deterioração da força de trabalho enquanto parte integrante do da distribuição da renda gerada no país. Deve-se destacar ainda o importante papel desempenhado pelos programas sociais governamentais para a redução da desigualdade bem como para servir de colchão amortecedor para os movimentos cíclicos no país.

Fica claro que a decomposição pode ser um método relevante para entender a desigualdade existente nas distribuições, principalmente por permitir localizar onde e quanto determinadas unidades contribuem para esta. Utilizada para enriquecer a agenda de pesquisa nesse tema, a decomposição cruzada pode permitir que se avalie, por exemplo, o quanto as mulheres desempregadas, com filhos e receptoras de PSG no meio rural podem impactar a distribuição caso recursos sejam diretamente alocados para elas, ao invés de homogeneamente para toda a sociedade. Como uma ciência humana, a economia estuda os fenômenos que envolvem as relações humanas em sociedade. Entende-se que os fenômenos econômicos ultrapassam barreiras físicas, estruturais e geográficas, entrando em questões mais subjetivas da sociedade, que acabam por definir distintas dimensões transversais das desigualdades, como sexo, idade, cor de pele, raça, etc. Desse modo, acredita-se que a união dos métodos para explicar as distintas dimensões, bem como a correlação existente entre elas, se mostra essencial para avançar no estudo da desigualdade (de renda e transversais), mostrando-se um campo fértil de pesquisa no país.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; MORELLO, T. F. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: *International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies*. [S.l.: s.n.], 2010. p. 14–16. 39
- ALMEIDA, J. d.; ARAÚJO, J. B. d. Um modelo exaurido: a experiência da sudene. *Teoria e evidência econômica*, v. 12, n. 23, p. 97–128, 2004. 64, 65
- ARAÚJO, T. B. d. Industrialização do nordeste: intenções e resultados. *MARANHÃO, Silvio et alli*, 1984. 61, 62, 64
- ARCAGNI, A.; VALLI, I. *ineqJD: Inequality Joint Decomposition*. [S.l.], 2019. R package version 1.0. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=ineqJD>. 3
- BHATTACHARYA, N.; MAHALANOBIS, B. Regional disparities in household consumption in india. *Journal of the American Statistical Association*, Taylor & Francis, v. 62, n. 317, p. 143–161, 1967. 5, 6, 3, 4, 35, 53, 55, 56, 60, 75, 89
- BORGHI, R. A. Z. The brazilian productive structure and policy responses in the face of the international economic crisis: An assessment based on input-output analysis. *Structural Change and Economic Dynamics*, Elsevier, v. 43, p. 62–75, 2017. 30
- BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs São Paulo, v. 5, n. 13, p. 29–50, 1990. 11, 16
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. [S.l.]: Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998. v. 2. 60, 63, 65
- CANO, W. *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. [S.l.]: Editora Unesp, 2007. 66
- CLARK, C. *National Income and Outlay*. [S.l.]: Routledge, 1937. 21
- CLARK, C. *The conditions of economic progress*. [S.l.], 1951. 22
- COSTA, M. Overlapping component and inequality decomposition: a simulation study for the gini index. *Metron*, Springer, v. 74, n. 2, p. 193–205, 2016. 4
- CROCKETT, J. P. The legal and economic concepts of income. *American Bar Association Journal*, JSTOR, p. 1126–1129, 1966. 19
- DEDECCA, C. *Desenvolvimento capitalista e a recorrência da desigualdade*. Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas. [S.l.], 2009. 13

- DEDECCA, C. S. Desigualdade, mas de qual falamos? *Brazilian Journal of Political Economy*, SciELO Brasil, v. 32, n. 1, p. 55–71, 2012. 1, 8, 15, 16, 18, 20, 21, 24, 25
- DEDECCA, C. S. et al. A queda recente da desigualdade: relevância e limites. *Encontro nacional de economia da associação nacional dos centros de pós-graduação em economia, ANPEC*, 2008. 17, 18, 19, 26, 27, 32, 34
- DEDECCA, C. S.; NEDER, H. D. Características regionais da pobreza rural no brasil: Algumas implicações para políticas públicas. *A Nova Cara da Pobreza Rural: desenvolvimento e a questão regional*, p. 57, 2013. 49
- EISNER, R. *The total incomes system of accounts*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1989. 22
- FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. *The American Economic Review*, JSTOR, v. 62, n. 1/2, p. 391–402, 1972. 28
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. [S.l.]: Companhia das Letras, 1976. 38, 62
- GROUP), I. E. G. O. H. I. S. C. *EXPERT GROUP ON HOUSEHOLD INCOME STATISTICS-THE CANBERRA GROUP: FINAL REPORT AND RECOMMENDATIONS*. [S.l.]: Canberra Group, 2001. 18, 21
- GUIISO, L. et al. *Household portfolios*. [S.l.]: MIT press, 2002. 15
- HAIG, R. M. The concept of income-economic and legal aspects. *The federal income tax*, Columbia University Press New York, v. 1, n. 7, p. 1–28, 1921. 20
- HAMMOUD, R. H. N. Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda. análise dos clássicos: Furtado, cardoso e o milagre econômico. *Anais do XI Encontro Regional de Economia. Curitiba: ANPEC-Sul*, 2008. 65
- HELFAND, S. M.; ROCHA, R.; VINHAIS, H. Pobreza e desigualdade de renda no brasil rural: uma análise da queda recente. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009. 30, 39
- HESHMATI, A. A review of decomposition of income inequality. IZA Discussion Paper, 2004. 2
- HICKS, J. R. *Value and Capital* (; London: Oxford University Press). 1939. 18
- HICKS, J. R. The valuation of the social income. *Economica*, JSTOR, v. 7, n. 26, p. 105–124, 1940. 20, 21, 22
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. [S.l.], 1958. 64
- HOFFMANN, R. Tendências da distribuição da renda no brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. *A Controvérsia sobre a Distribuição de renda no Brasil*, 1972. 28, 29
- HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. *São Paulo em perspectiva*, SEADE, v. 2, n. 1, p. 50–54, 1988. 19

- HOFFMANN, R. A distribuição de renda no brasil e o setor agrícola. *Economia & Região*, v. 8, n. 1, p. 5–23, 2020. 39
- HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no brasil. *Revista de administração de empresas*, SciELO Brasil, v. 12, n. 2, p. 46–66, 1972. 28, 38, 65
- JUSTER, T. et al. A framework for measuring performance. *NBER Chapters*, National Bureau of Economic Research, Inc, p. 25–109, 1973. 17
- KEYNES, J. M. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. [S.l.]: Duncker & Humblot Berlin, 1936. v. 6. 10, 12
- KUZNETS, S. On the valuation of social income-reflections on professor hicks' article. part i. *Economica*, JSTOR, v. 15, n. 57, p. 1–16, 1948. 18
- KUZNETS, S. On the valuation of social income-reflections on professor hicks' article. part ii. *Economica*, JSTOR, v. 15, n. 58, p. 116–131, 1948. 22
- KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. *The American economic review*, JSTOR, v. 45, n. 1, p. 1–28, 1955. 22, 23
- KUZNETS, S. Modern economic growth: findings and reflections. *The American economic review*, JSTOR, v. 63, n. 3, p. 247–258, 1973. 24, 26
- LAMBERT, P.; DECOSTER, A. *The Gini coefficient reveals more*. 2005. Discussion Paper, Katholieke Universiteit Leuven, Center for Economic Studies. 91
- LAMBERT, P. J.; ARONSON, J. R. Inequality decomposition analysis and the gini coefficient revisited. *The Economic Journal*, JSTOR, v. 103, n. 420, p. 1221–1227, 1993. 3, 89
- LAVINAS, L. A estrutura do financiamento da proteção social brasileira e as contas da proteção social. *Economia e Proteção Social: textos para estudos dirigidos*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, p. 249–274, 2006. 13
- MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. [S.l.]: Cambridge New York, NY, 1950. v. 11. 12
- MARX, C. Introducción general a la crítica de la economía política (1857). *POLÍTICA*, p. 1, 1857. 1, 8, 9, 10
- MENDONÇA, R. S. P. de; BARROS, R. P. de. A evolução do bem-estar e da desigualdade no brasil desde 1960. *Revista brasileira de economia*, v. 49, n. 2, p. 329–352, 1995. 29
- MOOKHERJEE, D.; SHORROCKS, A. A decomposition analysis of the trend in uk income inequality. *The Economic Journal*, JSTOR, v. 92, n. 368, p. 886–902, 1982. 3
- NERI, M. C. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. Fundação Getulio Vargas, 2006. 29
- NERI, M. C. *Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?* [S.l.], 2018. 30

- NORDHAUS, W. D.; TOBIN, J. Is growth obsolete? In: *The measurement of economic and social performance*. [S.l.]: Nber, 1972. p. 509–564. 24, 26, 37
- OSBERG, L.; SHARPE, A. An index of economic well-being for selected oecd countries. *Review of Income and Wealth*, Wiley Online Library, v. 48, n. 3, p. 291–316, 2002. 19
- O’SULLIVAN, A.; SHEFFRIN, S. M. Economics: Principles in action. upper saddle river, new jersey 07458: Pearson prentice hall. *Pp202*, 2003. 61
- PIKETTY, T. *Les hauts revenus en France au XXe siècle*. [S.l.]: Hachette, 2001. 11, 19
- PLAT, D. *IC2: Inequality and Concentration Indices and Curves*. [S.l.], 2012. R package version 1.0-1. Disponível em: (<https://CRAN.R-project.org/package=IC2>). 3
- POLANYI, K. A grande transformação: As origens da nossa época. 9ª edição, editora campus, rio de janeiro. *Tradução de The Great Transformation, publicado, originalmente por Reinhart & Company*, 1944. 10, 11
- ROSANVALLON, P.; FITOUSSI, J.-P. A nova era das desigualdades. *Oeiras: Celta Editora*, 1996. 13, 14, 15, 16
- ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. [S.l.]: Marc Michel Rey, 1755. 8, 9
- SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no brasil: uma leitura crítica. *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 1, p. 279–298, 2006. 29, 34
- SCHNEIDER, S. et al. Rural development in brazil: overcoming inequalities and building new markets. *Rivista di economia agraria*, Società Editrice il Mulino, v. 65, n. 2, p. 225–259, 2010. 36, 37, 38, 39
- SILVA, J. G. D.; GROSSI, E. *O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98*. [S.l.], 2001. 36, 37, 38
- SIMONS, H. C. *Personal income taxation: The definition of income as a problem of fiscal policy*. [S.l.]: Chicago University, Chicago, 1938. 26
- SOUZA, P. H. G. F. d. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no brasil, 1926-2013. 2016. 8
- SUZIGAN, W. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no brasil na década de 30. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 4, n. 1, 1984. 63
- TAWNEY, R. The religion of inequality. *M. Desai, LSE on Equality. London: London School of Economics*, 1931. 11, 12
- TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de. Desigualdades brasileiras nos anos 2000: uma abordagem multidimensional. *Geosul*, v. 34, n. 70, p. 56–86, 2019. 13, 16, 17, 29, 66
- TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de. Reformas trabalhistas, flexibilização e novas formas de contratação: impactos sobre o mercado de trabalho no brasil de 2012 a 2019. *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, v. 2, p. e020009–e020009, 2020. 71

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. de; MONTENEGRO, R. F. Economia, trabalho e renda no nordeste brasileiro do início do século xxi. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 1, n. 42, 2019. 35, 66

TROVÃO, C. J. B. M.; MANZANO, S. *Fundamentos da Desigualdade: Uma Abordagem Teórica*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019a. 1, 10, 11, 12, 13, 14

WEBB, S.; WEBB, B. Inequality of income and inequality of personal freedom. *M. Desai, LSE on Equality. London: London School of Economics*, 1995. 9

WEINBERG, D. H. Income data quality issues in the cps. *Monthly Lab. Rev.*, HeinOnline, v. 129, p. 38, 2006. 26

ZENGA, M.; VALLI, I. Joint decomposition by subpopulations and sources of the point and synthetic gini indexes. *Statistica & Applicazioni*, v. 16, n. 1, 2018. 5, 6, 3, 35, 89

ZENGA, M. M. Decomposition by sources of the gini, bonferroni and zenga inequality indexes. *Statistica & Applicazioni*, v. 11, n. 2, 2013. 5, 6, 3, 35, 50, 57, 60

A APÊNDICE METODOLÓGICO

A.1 Definições preliminares e notação

Este apêndice apresenta a metodologia proposta por Bhattacharya e Mahalanobis (1967), posteriormente revisitada por Lambert e Aronson (1993) e Zenga e Valli (2018) para a decomposição do índice de Gini aplicada nesta dissertação. A seguir, apresentaremos as definições preliminares e notação padrão da decomposição.

Sejam dois subgrupos, que chamaremos de “ a ” e “ b ”, que podem representar regiões ou qualquer outra partição socioeconômica da população. Considere também que existem N_a domicílios no grupo a , e N_b domicílios no grupo b . Sejam $F_a(x)$ e $F_b(x)$ as funções de distribuição e $f_a(x)$ e $f_b(x)$ as funções de densidade, para a renda monetária x nos dois grupos. Devemos supor que as funções de distribuição são contínuas em $[0, \infty)$. Sejam

$$\mu_a = \int [1 - F_a(x)] dx \quad \text{e} \quad \mu_b = \int [1 - F_b(x)] dx \quad (\text{A.1})$$

as respectivas rendas médias, e G_a e G_b os coeficientes de Gini, para a renda monetária, onde

$$\mu_a G_a = \int [1 - F_a(x)] F_a(x) dx \quad \text{e} \quad \mu_b G_b = \int [1 - F_b(x)] F_b(x) dx \quad (\text{A.2})$$

Supomos que as rendas monetárias dos membros do grupo “ b ” são deflacionadas por um fator m em relação às do grupo “ a ” para fins de agregação.

Assim, criamos uma população artificial mesclada de unidades de renda $N_a + qN_b$, uma de cada domicílio do grupo a e q de cada domicílio do grupo b . O parâmetro q , que não precisa ser um número inteiro, ajusta a importância numérica dos respectivos grupos na população geral.

Então, seja

$$\theta = \frac{N_a}{N_a + qN_b} \quad (\text{A.3})$$

a proporção de domicílios do grupo a na população combinada. A função de distribuição $H(y)$ para os padrões de vida y na população combinada é definida por

$$H(y) = \theta F_a(y) + (1 - \theta) F_b(my) \quad (\text{A.4})$$

A média μ_Y e o coeficiente de Gini G_Y para os padrões de vida satisfaz

$$\mu_Y = \int [1 - H(y)] dy = \theta \mu_a + \frac{(1 - \theta) \mu_b}{m} \quad \text{e} \quad \mu_Y G_Y = \int [1 - H(y)] H(y) dy \quad (\text{A.5})$$

A.2 Decomposição do índice de Gini

Substituindo a equação (A.2) em (A.5), nos permite expressar G_Y em termos de G_a e G_b . O seguinte é facilmente verificado:

$$\mu_Y (1 + G_Y) = \theta^2 \mu_a (1 + G_a) + (1 - \theta)^2 \frac{\mu_b}{m} (1 + G_b) + 2\theta(1 - \theta) \int [1 - F_b(my) F_a(y)] dy \quad (\text{A.6})$$

Seja φ a parcela dos padrões de vida totais dos domicílios do grupo a na população combinada,

$$\varphi = \frac{N_a \mu_a}{[N_a \mu_a + q N_b \frac{\mu_b}{m}]} \quad \text{e} \quad (1 - \varphi) = \frac{(1 - \theta) \frac{\mu_b}{m}}{\mu_Y} \quad (\text{A.7})$$

A decomposição do Gini com termos entre grupos, dentro dos grupos e de sobreposição é dada por

$$G_Y = \theta \varphi G_a + (1 - \theta)(1 - \varphi) G_b + G_{ENTRE} + R, \quad (\text{A.8})$$

em que G_{ENTRE} é o Gini entre grupos, que é formalmente definido em (A.10) – (A.11) adiante e R é um termo de resíduo. Ao dividir (A.6) por μ_Y e, usando (A.7), temos um resultado semelhante, porém com o termo R explícito

$$1 + G_Y = \theta \varphi (1 + G_a) + (1 - \theta)(1 - \varphi)(1 + G_b) + 2\theta(1 - \theta) \frac{\int [1 - F_b(my) F_a(y)] dy}{\mu_Y} \quad (\text{A.9})$$

O termo de sobreposição R em (A.8) é ao mesmo tempo um efeito entre grupos e dentro de grupos: mede um fenômeno entre grupos, sobreposição, que é gerado pela desigualdades dentro dos grupos.

A.3 Propriedades do termo de sobreposição

Por geometria direta a partir do diagrama de Lorenz em que cada renda é substituída pela média de seu grupo e, em seguida, usando (A.8)–(A.9), temos que

$$\mu_a \geq \frac{\mu_b}{m} \implies G_{ENTRE} = \varphi - \theta \quad \text{e} \quad R = 2\theta(1 - \theta) \frac{\int [1 - F_b(my)] F_a(y) dy}{\mu_Y} \quad (\text{A.10})$$

e

$$\mu_a \leq \frac{\mu_b}{m} \implies G_{ENTRE} = \theta - \varphi \quad \text{e} \quad R = 2\theta(1 - \theta) \frac{\int [1 - F_a(y)] F_b(my) dy}{\mu_Y} \quad (\text{A.11})$$

Podemos identificar várias propriedades interessantes da sobreposição das equações

(A.8)–(A.9) e (A.10)–(A.11). Estas se referem a situações em que não há sobreposição entre as faixas de renda dos subgrupos, e também os efeitos em R das transferências de renda dentro dos grupos, da mudança na renda de um grupo em relação a do outro, e na mudança do parâmetro de ponderação q relativo ao grupo “b”.

Lambert e Decoster (2005) faz as seguintes observações a respeito do termo de sobreposição: (a) as transferências de renda, dentro de um grupo, dos mais ricos para os mais pobres em geral reduzem o R ; (b) ao aumentar a renda no grupo com a renda média mais baixa aumenta o R (para um valor máximo que ocorre quando as rendas médias dos grupos se tornam iguais); (c) aumentar o peso da população de um grupo em relação ao outro tem um efeito sobre R que pode ser determinado diretamente; no caso de padrões de vida e adultos equivalentes, (d) uma pequena transferência de renda daqueles no grupo “a” com renda maior para o grupo “b” aumenta o R se o grupo “b” possui renda média mais baixa (e vice-versa); e (e) se o deflator que controla a escala de equivalência para o grupo “a” for aumentado, alterando assim concomitantemente o número de adultos no grupo, a sobreposição cai se a renda média de “a” for inferior à do grupo “b” (e vice-versa).